



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS E APLICADOS
DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE INFORMAÇÃO
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO BRASIL: O CASO DO INSTITUTO
BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO (IBBD).**

**Dissertação apresentada para obtenção
do título de Mestre em Biblioteconomia
e Documentação.**

Aluno: LUIZ ANTONIO GONÇALVES DA SILVA

Professor Orientador: CORDÉLIA ROBALINHO CAVALCANTI

BRASÍLIA
1987

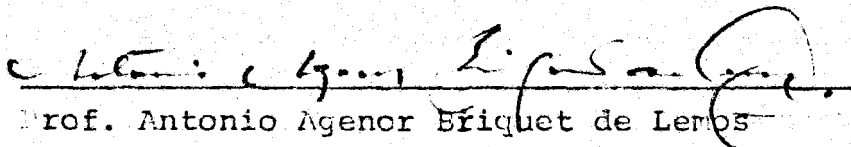
DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO DEPARTAMENTO DE
BIBLIOTECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍ-
LIA, COMO PARTE DOS REQUISITOS PARA A OB-
TENÇÃO DO GRAU DE MESTRE.

Brasília, 24 de agosto de 1987

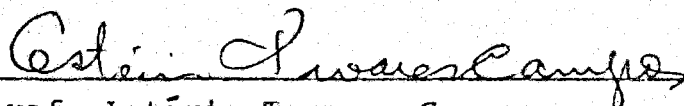
Aprovada por:



Profa. Cordelia Robalinho de O. Cavalcanti



Prof. Antonio Agenor Briquet de Lemos



Prof. Astério Tavares Campos



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS E APLICADOS
DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE INFORMAÇÃO
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO BRASIL: O CASO DO INSTITUTO
BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO (IBBD).**

**Dissertação apresentada para obtenção
do título de Mestre em Biblioteconomia
e Documentação.**

Aluno: LUIZ ANTONIO GONÇALVES DA SILVA

Professor Orientador: CORDÉLIA ROBALINHO CAVALCANTI

BRASÍLIA

1987

À Ci,

pelo apoio sempre presente.

Ao Pe. Astério,

À Dona Myriam,

gratidão profissional.

Agradecimentos

No decorrer da realização desta dissertação contei com a colaboração de diversas instituições e pessoas. Aqui desejo registrar a minha gratidão.

- Na etapa da discussão das idéias:

à professora Cordélia que aceitou me acompanhar na jornada com sua orientação segura,

ao professor Briquet, mestre e amigo, pela sua disposição sempre presente para discussões e comentários.

- Na etapa de coleta de dados:

aos colegas do Centro de Informação em Ciência da Informação (CCI), do IBICT, pela presteza da ajuda na localização e obtenção de documentos;

aos colegas do Centro de Informação sobre Política Científica e Tecnológica (CPO), por semelhante ajuda;

aos colegas do Departamento de Informação e Documentação do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), pela inestimável ajuda na consulta ao Arquivo de São Cristóvão, do CNPq;

aos funcionários do Arquivo Central da Fundação Getúlio Vargas, onde encontrei o fio da meada;

à Maria Esther, que me sugeriu a pista através da qual cheguei à documentação da Unesco;

à Divisão de Cooperação Intelectual do Ministério das

Relações Exteriores, que me forneceu a cópia do relatório final da consultoria da Unesco;

à Fernanda Gallo, do Programa Geral de Informação da Unesco, pelo fornecimento de cópias de documentos e pela confirmação da existência; nos arquivos da Unesco, da documentação sobre o assunto;

à Rosmarie e Maria Luiza que me forneceram informações sobre as atividades bibliográficas da USP;

à Suelena pela disponibilidade sempre presente em ajudar-me;

às seguintes pessoas que se prontificaram a me conceder entrevistas:

Dona Lydia e Dona Jannice, também pela autorização para consultar documentos pertencentes ao Arquivo Central da FGV; Dr. Luiz Simões Lopes; Dr. Jorge Oscar de Mello Flôres; Dr. Mário Vianna Dias; professor Ibany Ribeiro; sra. Irene Dória; professor Edson Nery da Fonseca e professora Myriam Gusmão de Martins, especialmente pelas preciosas informações que me foram de grande utilidade para o entendimento do contexto.

Na fase de preparação dos originais:

à Davilene e Iêda, pela datilografia;

à Meire, pelas competentes montagens

à Alda, pela segura revisão ortográfica.

à amiga Lúcia Valle pela leitura atenta e oportunas sugestões;

Finalmente, ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) que me proporcionou as condições e facilidades necessárias para a realização do trabalho, especialmente pelo empenho do seu diretor em trazer para o País,

cópia da documentação existente no Arquivo da Unesco, sobre a criação do Centro Bibliográfico.

SUMÁRIO

Lista dos anexos.....	VII
Resumo.....	VIII
Abstract.....	IX
1	Introdução..... 1
2	Definição do problema..... 4
2.1	Objetivos..... 8
2.2	Justificativa..... 8
2.3	Metodologia..... 9
2.3.1	Universo..... 9
2.3.2	Coleta de dados..... 10
3	Serviços bibliográficos..... 16
3.1	O papel da Unesco..... 18
3.1.1	Atuação da Unesco na América Latina..... 26
3.1.1.1	A experiência mexicana..... 27
3.1.1.2	A experiência uruguaia..... 29
4	Origens das atividades bibliográfica no Brasil..... 36
4.1	As iniciativas particulares..... 36
4.2	As iniciativas institucionais..... 36
4.2.1	A Biblioteca Nacional..... 37
4.2.2	A Universidade de São Paulo..... 42
4.2.3	O Departamento Administrativo do Serviço Público..... 44
4.2.4	A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência..... 49
4.2.5	O Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas..... 51

4.2.6	A Fundação Getúlio Vargas.....	53
4.2.7	O Conselho Nacional de Pesquisas.....	57
4.2.7.1	A ação do CNPq relativa ao desenvolvimento da bibliografia e de bibliotecas técnico- científicas.....	64
5	A institucionalização das atividades de bibliografia e documentação no Brasil.....	88
5.1	A origem da proposta para criação de um centro bibliográfico no Brasil.....	88
5.2	A definição da vinculação administrativa.....	107
5.3	As negociações entre o CNPq e a FGV.....	110
5.4	A consultoria prestada pela Unesco.....	124
5.5	A formalização da proposta e a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD).....	137
6	Primeiras revisões	168
7	Conclusões.....	173
8	Anexos.....	176

Lista dos anexos

- Anexo I - Cronologia dos principais fatos relacionados com a criação do IBBD..... 175
- Anexo II - Notas biográficas das principais pessoas envolvidas com o IBBD e outras entrevistadas até a data de criação do Instituto..... 180
- Anexo III - Quadro comparativo das diversas propostas que resultaram na criação do IBBD..... 186
- Anexo IV - Documentação seletiva relacionada com o processo que resultou na criação do IBBD..... 188

RESUMO

A partir do exame do contexto internacional e nacional, estuda-se o processo referente à criação de um centro bibliográfico no País, que deu origem ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). Esse contexto é composto da ação da Unesco, de apoio às atividades bibliográficas a nível mundial, da atividade bibliográfica no Brasil, anterior ao estabelecimento do IBBB, dos fatos que determinaram a formulação da proposta para a criação do Instituto e das negociações que se desenvolveram entre as instituições envolvidas nesse processo.

ABSTRACT

The process that led to the creation of the Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) is studied within the international and national context of the time. This background is formed by the global bibliographic activities of Unesco, the bibliographic activities in Brazil before the establishment of IBBB, the facts that were determinant in the preparation of the proposal for the creation of the Institute as well as the negotiations that took place among the institutions involved in this process.

1 INTRODUÇÃO

As atividades de informação científica e tecnológica no Brasil vêm passando por uma fase de grande desenvolvimento. Observa-se a existência de significativo número de bibliotecas, centros e serviços de documentação ou informação nas diferentes áreas do conhecimento e em diversos setores de atividade. Na área acadêmica, por exemplo, as bibliotecas constituem, hoje, importante componente da administração universitária, apoiando a execução dos programas de ensino, pesquisa e extensão. Em campos especializados, conta-se com existência de centros de documentação ou serviços de informação que desempenham papel fundamental para o desenvolvimento do setor, como na energia nuclear, química, geologia, ciências ambientais, biotecnologia, petroquímica etc. Na área industrial, a informação tecnológica é objetivo de ação prioritária, onde vêm sendo constituídos serviços de informação para apoiar as atividades de diferentes segmentos do setor produtivo. Em campos específicos, são desenvolvidas atividades cooperativas, formando-se redes ou sistemas de informação, como na agricultura, na saúde e na área jurídica.

A informática é utilizada há mais de uma década no setor, existindo considerável experiência no uso do computador para a automação de serviços administrativos de bibliotecas, tra-

tamento e recuperação de informações.

A área conta com número considerável de profissionais, oriundo não só da Biblioteconomia como de outras formações acadêmicas. A massa crítica vem sendo formada em cinco cursos de pós-graduação stricto sensu, já sendo apreciável o número de dissertações apresentadas. Conta-se com a publicação regular de quatro títulos de periódicos, todos analisados por serviços internacionais de indexação.

Observa-se que as atividades de informação estão localizadas, em sua quase totalidade, no setor público, onde o Estado desempenha papel fundamental de planejamento, fomento e execução. Só mais recentemente é que se fez sentir a ação do setor privado, através de atividades isoladas, não se registrando, todavia, significativos investimentos na área.

Atribui-se ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), órgão criado pelo Poder Executivo, através do Decreto 35 124, de 27 de fevereiro de 1954, papel preponderante no desenvolvimento das atividades de informação no País, sobretudo na área científica e tecnológica(1) (2).

Notas e referências

- 1 FONSECA, Edson Nery da. Origem, evolução e estado atual dos serviços de documentação no Brasil. Revista do Serviço Público, 108(1):37-52, jan./abr. 1973.
- 2 VICENTINI, Abner Lellis Corrêa. The organization of national documentation and information services in Latin America, with special reference to Brazil. Library Trends, 17(3):245-57, jan. 1969.

2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

O desenvolvimento da informação científica e tecnológica no Brasil foi precedido pelas atividades de bibliografia e documentação, que começaram a ser impulsionadas, sobretudo, a partir do final da década de 30, através da ação de diversas instituições governamentais. No âmbito do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado em 1938, foi implantada uma biblioteca modelo para a administração pública e criado um serviço de catalogação cooperativa. A Fundação Getúlio Vargas, ^{FGV} que fora criada em 1944, também passou a desenvolver atividades de documentação, notadamente no campo das ciências sociais. Em 1951, foi criado o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) que, entre seus objetivos, visava implantar uma rede de bibliotecas científicas no País.

No âmbito internacional, fazia-se sentir a ação da Unesco, criada em 1945/e que se interessou, desde o início, pela organização das atividades bibliográficas a nível mundial. A Unesco preconizou o estabelecimento de centros bibliográficos nacionais, e ofereceu apoio para a criação de um centro modelo em um Estado-membro interessado.

É junto a FGV que a Unesco manteve os primeiros contatos para a organização de um centro bibliográfico no Brasil.

Esse centro veio a concretizar-se através da criação,

do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), mediante esforço conjunto da FGV e do CNPq.

Apesar da importância atribuída ao IBBB no desenvolvimento das atividades bibliográficas no País, o órgão passou por diversas fases de instabilidade institucional, conforme demonstram os fatos descritos a seguir. Após o movimento militar de 1964, ocorreu a primeira grande mudança no Instituto com a substituição da sua fundadora e primeira presidente por mais de dez anos. A partir de então, o IBBB foi alvo de intervenções governamentais e objeto de análises por parte de diversos consultores estrangeiros que estiveram no País, deixando uma série de recomendações relativas às atividades do Instituto (1,2,3,4,5).

A primeira manifestação do Governo após 1964 com relação ao IBBB/foi verificada no 1º Seminário de Educação e Segurança Nacional, realizado em 1966, sob a direção das universidades do antigo Estado da Guanabara e do Rio de Janeiro e de organizações militares, como a Escola de Comando e Estado Maior do Exército e o Conselho de Segurança Nacional. A comissão nº 5 do Seminário abordou o tema "Exequibilidade da criação de um órgão nacional de coleta de dados e informações de natureza cultural". Nessa comissão foi debatida a estrutura ideal de um organismo de informação, sendo formuladas comparações com um anteprojeto de reestruturação do IBBB que fora encaminhado ao CNPq. Do debate, resultou uma série de recomendações relativas à reforma do Instituto, que passaria a denominar-se Instituto Brasileiro de Documentação e Informação, sob a forma jurídica de Fundação. Foi recomendada, ainda, a formação de uma Rede Nacional de Informações

tendo como organismo nacional o IBBD(6).

No início da década de 70 foram elaborados estudos por um grupo de trabalho de nível governamental, resultando na proposta de criação de um Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT), que não chegou a ser concretizado. O SNICT tinha por objetivo "planejar e coordenar, em âmbito nacional, os trabalhos de informação científica e tecnológica, no sentido do estabelecimento de uma rede nacional de cooperação e intercâmbio para assegurar o aproveitamento integral dos conhecimentos adquiridos no País e no estrangeiro" (7). Cabia ao CNPq, como órgão central do SNICT, exercer as funções de coordenação e operação do Sistema, através de uma Comissão de Coordenação. Essa Comissão seria apoiada por uma Secretaria Executiva, também constituída no CNPq. Embora atuando como órgão de informação científica do Conselho, o IBBD foi considerado apenas como elemento de apoio ao SNICT, operando como Centro Referencial(8).

A mais significativa mudança, porém, veio a ocorrer em 1976, no bojo da reestruturação do Conselho Nacional de Pesquisa, ao qual foi atribuída a coordenação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SNDCT), passando a denominar-se Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (9).

Por força da Resolução Executiva nº 20/76, de 23 de março de 1976, da presidência do CNPq, foi criado o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), como desenvolvimento natural do IBBD. Essa mesma Resolução determinou a extinção do IBBD, cujos direitos e obrigações pas

saram para o IBICT. Deve-se salientar que o Decreto Presidencial que criou o IBBD não foi revogado(10).

Essa mudança veio a alterar substancialmente o órgão, atingindo inclusive o seu quadro de pessoal, antes constituído basicamente por bibliotecários, que passou a ter a predominância de engenheiros e analistas de sistemas, numa tentativa clara de dar nova conotação às atividades do Instituto. Entretanto, após essa reformulação verificando-se sucessivas crises, representadas por seguidas mudanças na direção do Instituto. No período de 1976 a 1980, o IBICT teve quatro diretores. Durante essa fase, foram sendo suprimidos os serviços que o Instituto prestava à comunidade científica e tecnológica, perdendo, pouco a pouco, sua visibilidade perante essa comunidade. Salienta-se a interrupção da publicação das bibliografias nacionais especializadas e a extinção do serviço de localização e fornecimento de cópias de documentos.

Em 1980, a sede do Instituto foi transferida do Rio de Janeiro para Brasília, a fim de propiciar a sua integração mais estreita com o CNPq e demais órgãos federais envolvidos com informação científica.

Com o advento da Nova República, surge um fato novo através da criação do Ministério da Ciência e Tecnologia. Esse novo Ministério trouxe consigo uma reordenação do sistema de ciência e tecnologia. Entre as modificações previstas, conforme foi manifestado, estaria a vinculação direta do IBICT ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Essa nova mudança implicará uma reavaliação das propostas de trabalho que o IBICT vem seguindo.

2.1 Objetivos

A presente dissertação visa compreender as condições, considerando a conjuntura do momento a nível internacional e nacional, que propiciaram a criação, pelo Governo Brasileiro, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, em 1954.

2.2 Justificativa

Para se entender o processo de desenvolvimento do IBBD e posteriormente do IBICT - considerando as vicissitudes enfrentadas pelo órgão em sua trajetória - é necessário o conhecimento das condições que propiciaram a sua criação. Assim é que se pode fazer as seguintes indagações:

1 - qual a conjuntura histórica que propiciou o aparecimento do IBBD?

2 - qual o panorama internacional e nacional, na área de bibliografia e documentação, existente na época da criação do IBBD?

3 - quais as necessidades existentes que levaram à criação do IBBD?

4 - qual a razão que levou as instituições governamentais a patrocinar a criação do IBBD?

Não se encontra uma resposta satisfatória a essas colocações. O assunto é tratado pela literatura da área de forma genérica, descritiva e repetitiva, ou de maneira fragmentada.

Apesar da importância atribuída ao IBBD, os motivos que levaram à sua criação ainda não foram objeto de investigação,

através de um estudo abrangente e sistemático. Os trabalhos até agora realizados foram de natureza institucional, faltando um estudo que situe o aparecimento do Instituto no contexto maior do próprio desenvolvimento brasileiro. Em 1959, foi elaborada uma tese intitulada The Brazilian Institute of Bibliography and Documentation (Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação) - its history, organization and function, de autoria de June Phillips Hughes que foi submetida a School of Library Science, da Western Reserve University (10). O trabalho, que utilizou como principal fonte o IBBD Boletim Informativo, concentra-se numa apresentação descritiva das atividades do Instituto.

Esta dissertação constituirá uma contribuição para situar a criação do IBBB, considerada não como fato isolado, mas fruto de uma determinada conjuntura.

2.3 Metodologia

2.3.1 Universo

O estudo considerou o período imediatamente precedente à criação do IBBB, concentrando-se na análise dos fatos marcantes relacionados com o estabelecimento do órgão, em 1954.

Não foi objeto de análise a atividade desenvolvida pelo Instituto após sua criação.

2.3.2 Coleta de dados

Os dados para a realização do estudo foram obtidos através de:

a) busca bibliográfica na literatura estrangeira e nacional;

b) coleta de documentos nos arquivos das seguintes instituições:

. Conselho Nacional de Pesquisas, atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científica o Tecnológico (CNPq) - o arquivo do CNPq sofreu ao longo da sua história perda de documentos, sendo difícil determinar o volume e a espécie das peças desaparecidas. Testemunhos de antigos funcionários se referem à deterioração física e ao extravio de partes do arquivo em consequência das más condições de conservação, frequentes mudanças de local e à destruição indevida de muitos documentos (11).

A documentação que abrange o período de 1951 a 1977 encontra-se localizada no denominado Arquivo de São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Parte dessa documentação foi também transferida para outros locais. Em diversas ocasiões, foram feitas buscas nesse acervo dos processos que tramitaram no CNPq sobre a criação do centro bibliográfico que veio a ser o IBBD. Apesar de se ter os números desses processos, nenhum veio a ser localizado naquela oportunidade.

No momento, esse acervo encontra-se em recuperação e organização pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) do CNPq.

Foram também consultados os volumes das Atas e Anais das sessões do Conselho Deliberativo do CNPq relativas ao período de 1951 a 1956. Os Anais contêm a transcrição dos debates, possivelmente taquigrafados, ocorridos nas diversas sessões. As Atas contêm os registros das resoluções aprovadas. Esta coleção está localizada junto à Secretaria Técnica dos Órgãos Colegiados do CNPq, em Brasília.

Os documentos citados pertencentes a esse arquivo estão identificados nas notas e referências existentes no final de cada capítulo, através da notação Arquivo do CNPq, após a respectiva referência.

. Fundação Getúlio Vargas (FGV) - a documentação da FGV está organizada no Arquivo Central, um dos setores do Instituto de Documentação da entidade. Nesse arquivo foram consultados os seguintes dossiês: IBBD; Unesco - acordos, contratos, convênios e Unesco - bolsas de estudos no exterior. Também foram verificados os relatórios anuais e as atas dos conselhos curador e diretor da entidade referente ao período de interesse. Este foi o único arquivo consultado no País onde existe documentação sobre o assunto de forma organizada.

Os documentos citados pertencentes a este arquivo estão identificados através da notação Arquivo da FGV.

. Unesco - desde o início do estudo foram realizadas tentativas no sentido de localizar a documentação da Unesco sobre o assunto, principalmente os relatórios elaborados por Herbert Coblans, consultor que esteve no País durante o período de dezesseis meses, imprescindíveis para o entendimento da questão. Foi feita uma consulta formal ao Programa Geral de

Informação da Unesco que, através de seu Centro de Documentação, comunicou não existir registro dessa documentação.

Em artigo escrito, em 1976, por Edward Carter, ex-diretor da Divisão de Biblioteca da Unesco, na época das negociações sobre a criação do centro, há um vasto estudo biográfico sobre Coblans. Nesse artigo é informado que foi realizada uma busca, sem sucesso, dos relatórios da missão Coblans nos arquivos da Unesco(12).

J. S. Parker no seu livro, Unesco and Library Development Planning, no apêndice onde estão relacionados os consultores da Unesco e respectivas missões, não apresenta informação sobre o relatório da missão Coblans(13).

Acreditando na possibilidade da existência dos relatórios, foram tomadas outras iniciativas visando à localização dos documentos, que incluiu uma correspondência com Alice Coblans, viúva de Herbert Coblans.

Foi também encaminhada uma solicitação à Divisão de Cooperação Intelectual (DCINT), do Ministério das Relações Exteriores, no sentido de que fossem realizados contactos com a Unesco, para a localização dos relatórios.

Através de gestões efetuadas pela DCINT, foi obtida a cópia do relatório final da missão Coblans, localizado nos arquivos da Unesco. Na cópia desse documento constava o seguinte registro: "Bibliographical and Documentation Centre Brazil. 002+011 a 031(81)". Através deste número, que corresponde à localização da documentação no arquivo, foi possível chegar até ao dossiê completo sobre o assunto. O dossiê é composto de quatro partes, cobrindo o período que vai de maio de 1953 a abril de 1954, e consta de cerca de 1 700 documen-

tos. Mediante empenho do diretor do IBICT, que esteve na Unesco em novembro de 1986, foi adquirido para o acervo do Instituto uma cópia, em microficha, do dossiê completo.

Os documentos citados pertencentes a este arquivo estão identificados com a notação Arquivo da Unesco.

Foram realizadas consultas a outros arquivos, como o do próprio IBICT, onde não foi encontrada documentação significativa, e o do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), cujo arquivo relativo aos anos de interesse havia sido dispersado.

Na seção Arquivo Intermediário do Arquivo Nacional, localizada em Brasília, onde estão depositados os documentos da administração pública referente ao período estudado, foi procurado o processo do antigo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) relativo à criação do IBBD, que não foi localizado na pasta respectiva.

c) contatos e entrevistas com bibliotecários, pesquisadores, administradores e outras personalidades que à época da criação do IBBD estiveram envolvidos com os problemas de bibliografia e documentação no Brasil. Os entrevistados estão assinalados nas notas biográficas constantes do Anexo II.

Notas e referências

- 1 BORKO, H. Organization and structure of a National System of Scientific and Technological Information (SNICT). Paris, Unesco, 1972. 27 p. (2824/RMD. RD/OBA).
- 2 PFETSCH, Frank R. The launching of a pilot-project in statistics on science and technology in Brazil. Paris, Unesco, 1973.
- 3 _____ . Pilot project in statistics on science and technology in Brazil. Rio de Janeiro, 1973. 26 p.
- 4 ROMERIO, G. F. A national information system for Brazil. Paris, Unesco, 1977. (FMR/PGI/77/261/FIT/prov.)
- 5 SARACEVIC, T. Evaluation and potential use of the data bank at the Brazilian Institute of Bibliography and Documentation. Paris, Unesco, 1974. 152 p. (3055/RMO. RD/DBA)
- 6 SEMINÁRIO Educação e Segurança Nacional, 1, Rio de Janeiro, 1966. Recomendação. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1967.
- 7 DIRETRIZES básicas para a implantação do Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT). Ciência da Informação, 2(1):69-72, 1973.

- 8 Idem, ibidem.
- 9 CNPq. Resolução Executiva 20/76, de 25 de março de 1976. Criação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.
- 10 HUGHES, June Phillips. The Brazilian Institute of Bibliography and Documentation (Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação) - its history, organization and function. s.l., Western Reserve University, School of Library Science, 1959. 50 p.
- 11 ALBAGLI, Sarita. Do arquivo CNPq. In: _____. Marcos institucionais do Conselho Nacional de Pesquisas. Perspicillum. 1(1):73, maio, 1987.
- 12 CARTER, Edward. Herbert Coblans: a biography. Journal of Documentation, 34(4):299-72, Dec., 1978.
- 13 PARKER, J. Stephen. Unesco and library development planning. London, Library Association, 1985. 493 p.

3. SERVIÇOS BIBLIOGRÁFICOS

A atividade bibliográfica, entendida como a compilação de listagens de obras ordenadas segundo determinado critério, é conhecida desde os tempos remotos(1).

Com a introdução da imprensa no século XV, esse tipo de trabalho ficou cada vez mais necessário em virtude do crescente número de publicações que começou a surgir. A partir dessa época, iniciou-se a elaboração de listas e catálogos de impressores e livreiros, ^{de} bibliotecas e outras listagens de mais diversa natureza, em número significativo. Esses instrumentos, entretanto, mostraram-se inadequados para o uso dos estudiosos, pela falta de critérios precisos de organização, o que os tornava incompletos e falhos, e principalmente pela ausência de uma sistematização por assunto(2).

É no século XIX que surge a preocupação pelo aprimoramento das técnicas de organização bibliográfica. Contribuiu para tanto o periódico científico que, em meados desse século, começou a adquirir importância fundamental como veículo de comunicação científica. Fez-se necessário, então, o aperfeiçoamento de métodos bibliográficos para o tratamento dessas publicações periódicas, principalmente no que se refere ao conteúdo, que exigia uma organização por assunto.

As sociedades científicas tiveram papel preponderante no início dos trabalhos de organização bibliográfica de forma sistemática. Em 1867, a Royal Society of London iniciou a publicação do Catalogue of Scientific Papers, que pretendia incluir toda literatura científica publicada no século XIX.

A primeira iniciativa visando à organização bibliográfica a nível mundial, foi levada a efeito pelos belgas Paul Otlet e Henri La Fontaine com a fundação, em 1893, do Escritório Internacional de Bibliografia, em Bruxelas, que teve por finalidade organizar um catálogo universal.

A fim de obter o apoio necessário e discutir as diretrizes do trabalho, foi organizada a Conferência Internacional de Bibliografia, em Bruxelas, em 1895. Nessa ocasião, o Escritório foi transformado em Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) e adotado o sistema de classificação de Dewey de forma detalhada para a organização do catálogo universal, o que deu origem à Classificação Decimal Universal (CDU).

Os objetivos do IIB revelaram-se utópicos, na medida em que a prática mostrou ser impossível reunir, de forma centralizada, a produção intelectual a nível mundial. Mesmo assim, chegou-se a reunir 13 milhões de fichas classificadas.

As atividades do IIB foram interrompidas pela Primeira Guerra Mundial, quando seu pessoal foi disperso, o edifício destruído, e suspenso o auxílio financeiro que recebia do governo belga.

Em 1931, o Instituto ressurgiu com o nome de Instituto Internacional de Documentação e, finalmente, em 1938, é reorganizado.

zado tornando-se a Federação Internacional de Documentação (FID).

A FID, entre os seus objetivos, atua no sentido de "reunir num plano internacional as pessoas jurídicas e físicas interessadas nos problemas da documentação e coordenar os seus esforços", e de "desenvolver o estudo, a organização e a realização da documentação em todos os seus ramos e sob todas as suas formas, e criar uma rede internacional de documentação"(3).

A partir de 1986, a sua denominação foi alterada para Federação Internacional de Informação e Documentação conservando, porém, a mesma sigla. Pretende, assim, a FID atuar de forma mais abrangente nas questões relativas à informação.

É, sobretudo, através da ação empreendida pela Unesco que a bibliografia e a documentação passam a se desenvolver de forma sistemática a nível mundial.

3.1 O papel da Unesco

A Unesco é o mais importante organismo de cooperação internacional no campo das ciências, da cultura e da educação. Sua atuação é bastante ampla, cobrindo praticamente todas as áreas do conhecimento. Do ponto de vista geográfico, exerce atividade abrangente com programas em quase todos os países do mundo. Sua ação tem sido particularmente marcante nos países em desenvolvimento.

A Unesco teve como organismo predecessor o Instituto Internacional para a Cooperação Intelectual que, até o início da Segunda Guerra Mundial, estimulou atividades de intercâmbio

internacional no campo da ciência e da cultura. Suas bases imediatas foram lançadas pela Conferência dos Ministros de Educação dos Países Aliados que começou a se reunir em Londres, a partir de 1942. As questões discutidas na ocasião diziam respeito aos problemas que os países aliados estavam enfrentando com relação à reorganização dos seus sistemas educacionais e culturais afetados pelas consequências da guerra.

Entre os fatos analisados pela conferência estavam a destruição e dispersão de bibliotecas e arquivos ocorridas em diversos países europeus ocupados durante a guerra.

As discussões então levadas a efeito, resultaram na elaboração de uma proposta relativa à criação de uma organização de cunho educacional e cultural no âmbito das Nações Unidas. Após a realização de diversas reuniões preparatórias, foi constituída a Unesco, cuja primeira Conferência-Geral foi realizada em Paris, no dia 19 de novembro de 1946(4).

A constituição da Unesco estabeleceu que a organização deve estimular "a cooperação entre as nações em todos os campos da atividade intelectual e o intercâmbio internacional [...] de publicações [...] e de qualquer documentação" e facilitar "através dos meios adequados o acesso de todos os povos ao que cada um deles publique" (5).

Tendo em vista esses princípios, a Unesco procurou estimular e coordenar as atividades de bibliografia e documentação em âmbito mundial.

Um dos problemas que chamou a atenção da Unesco foi o crescente número de publicações científicas sob as mais variadas formas, como livros, artigos de periódicos, comunicações de congressos, relatórios, patentes etc, que impossibi-

litava o cientista de tomar conhecimento, por sua própria conta, da documentação corrente na sua área de atuação. O fato determinou a necessidade da organização de serviços de análise com o objetivo de oferecer aos cientistas, de forma sistemática e atualizada, informações sobre publicações nas diferentes áreas da ciência.

Com a finalidade de examinar a situação dos serviços de análise de documentos nas áreas das ciências exatas e naturais e aplicadas, a Unesco convocou a Conferência Internacional sobre Análise de Documentos Científicos, realizada em Paris, de 20 a 25 de junho de 1949(6).

Os conferencistas, após tomarem conhecimento da situação dos serviços de análise existentes, apresentaram diversas recomendações destinadas ao aperfeiçoamento desses serviços de modo a torná-los úteis ao trabalho desenvolvido pelos homens da ciência(7). As principais recomendações referiam-se à criação de comitês regionais para análise de documentos, à criação de comitês especializados nas áreas de física, engenharia, química, agricultura, medicina e geologia. Foi recomendado, ainda, a adoção de normas e padrões para preparação de resumos e o uso de instrumentos terminológicos. De modo particular, recomendou-se a criação de centros bibliográficos regionais e instituições depositárias de obras publicadas e não publicadas, dotados de equipamentos para reprodução e fornecimento de cópias de documentos. Com a finalidade de assessorar a Unesco na implementação das medidas sugeridas, foi criado um Comitê Consultivo Provisório(8).

Após a realização dessa conferência, a Unesco passou a ampliar a sua ação no campo da bibliografia geral.

De acordo com resolução aprovada por ocasião da sua 2ª Conferência-Geral, realizada na cidade do México, em 1947, a Unesco encomendou à Library of Congress, dos Estados Unidos, a realização de um estudo sobre a situação em que se encontravam os serviços bibliográficos no mundo e as possibilidades do seu desenvolvimento. O trabalho, que ficou conhecido como Projeto Bibliográfico Unesco/Library of Congress, teve início em 1948 e resultou na apresentação de um relatório contendo uma análise sobre o estado dos serviços bibliográficos, e linhas de ação que poderiam ser tomadas para o desenvolvimento do setor(9). Esse relatório foi encaminhado a grupos bibliográficos, constituídos em 41 países, sob recomendação da Unesco, com o objetivo de tecerem comentários e discussões sobre o assunto para apresentação no Terceiro Congresso Internacional de Biblioteconomia e Bibliografia, que teve lugar nos Estados Unidos, em outubro de 1950(10).

A publicação desse relatório foi considerada um marco da nova etapa da luta empreendida pela Unesco para eliminar os obstáculos ao livre intercâmbio de idéias e documentação entre países, melhorar os serviços existentes ou provocar a criação de novos(11).

Em decorrência dessas atividades, a Unesco convocou a Conferência Internacional sobre o Melhoramento dos Serviços Bibliográficos, realizada em Paris, no período de 7 a 10 de novembro de 1950. O evento reuniu representantes de 38 países, sendo 10 da América Latina, entre os quais o Brasil(12), e de diversos organismos intergovernamentais e organizações internacionais não-governamentais, como a FID.

O objetivo da Conferência foi examinar as proposições apresentadas pelos grupos bibliográficos nacionais a partir do debate em torno do relatório sobre os serviços bibliográficos preparado pela Library of Congress e apresentar recomendações ao diretor-geral da Unesco e a instituições nacionais e internacionais responsáveis pela organização de serviços bibliográficos (13).

Para orientar as discussões, foi apresentado um documento de trabalho (14) enfocando os seguintes pontos:

- a) características de um serviço de bibliografia nacional corrente;
- b) organização da bibliografia especializada corrente;
- c) as condições para uma ação eficaz;
- d) o organismo nacional responsável pelo estabelecimento de um plano, e
- e) a coordenação dos planos e dos programas de trabalho.

Os debates foram realizados em dois comitês. O primeiro, constituído pelos representantes dos países presentes à conferência, examinou as questões referentes ao desenvolvimento de serviços bibliográficos nacionais, segundo as linhas estabelecidas no documento de trabalho. O outro, discutiu a criação de um comitê consultivo internacional permanente para a organização das atividades bibliográficas a nível mundial.

Como resultado final, a Conferência formulou 14 resoluções que foram encaminhadas ao diretor da Unesco com a solicitação de que fossem levadas ao conhecimento dos governos dos Estados-membros (15). As recomendações diziam respeito principalmente aos seguintes pontos:

a) estabelecimento em cada país de um organismo de planejamento, oficialmente reconhecido, com as funções de proporcionar o desenvolvimento dos serviços de bibliografia e de informação, de estimular as pesquisas na área de técnica bibliográfica e servir de centro de intercâmbio de informações sobre esse campo, de coordenar os esforços e as prioridades na execução de projetos e de servir de órgão de enlace com os diferentes grupos internacionais de bibliografia e informação;

b) publicação de bibliografias nacionais correntes cobrindo os diferentes tipos de materiais;

c) criação de centros nacionais de informação bibliográfica;

d) criação de serviços especializados de informação bibliográfica complementarmente aos centros nacionais;

f) criação de um comitê internacional consultivo permanente de bibliografia com a função de atuar, a nível internacional, na coordenação de trabalhos bibliográficos(16).

O programa de trabalho previsto para o comitê pretendia, entre outros itens, examinar a criação, pela Unesco, a título de experiência piloto, de um centro bibliográfico nacional ou regional em um país ou região onde esse centro pudesse servir de modelo.

A Conferência apresentou, ainda resoluções complementares sendo uma delas referente à bibliografia na América Latina. Essa resolução considerou que os relatórios apresentados pelos grupos de trabalho dos países latino-americanos demonstraram que os trabalhos bibliográficos nesses países careciam de normalização, continuidade e coordenação. Seria desejável

que esses países, unidos pela língua, história e cultura, trabalhassem de forma cooperativa no campo da bibliografia. Para isso, recomendou-se que fosse nomeado um especialista em questões de biblioteca e biblioteconomia para o Centro Regional da Unesco no Hemisfério Ocidental, criado em Havana.

As resoluções aprovadas pela conferência constituíram a base para a orientação dos programas bibliográficos da Unesco e para as atividades que a organização passou a desenvolver nesse campo.

Em decorrência, a Conferência Geral da Unesco, em sua 6ª sessão, realizada em 1951, aprovou resolução convidando os Estados-membros a "melhorar a organização e as atividades dos centros nacionais de bibliografia e documentação e a promover as atividades dos grupos de trabalho já existentes nesses dois campos". Para atingir esses objetivos o diretor-geral ficava autorizado a "em cooperação com o Comitê Internacional de Bibliografia e Documentação, apoiar o Estado-membro que apresentasse solicitação, com uma consultoria, e, com a participação financeira desse Estado, estabelecer um centro nacional de bibliografia e documentação modelo(17).

A ação da Unesco na área bibliográfica teve como apoio substancial o Programa de Assistência Técnica das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico, voltado, principalmente, para os países em desenvolvimento.

Este programa foi estabelecido, em 1950, através de uma resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas, contando com um fundo constituído por contribuições voluntárias de cerca

de 90 países. Este fundo é utilizado pelas diversas organizações que integram as Nações Unidas para a realização de programas na sua área de competência. Cabe à Unesco a realização de projetos nas áreas de educação, ciência e cultura. Entre seus os projetos definidos como de responsabilidade especial, através do Programa de Assistência Técnica, consta a organização de serviços de documentação científica e técnica (18).

Através deste programa, foram aplicados, durante o ano de 1956, 28 milhões de dólares para atividades em 60 países. Dessa soma, 5 milhões foram alocados à Unesco para programas na área educacional e científica, que proporcionaram a participação de 300 peritos em missões de assistência técnica em 51 países durante esse ano(19). Através, do Programa de Assistência Técnica a Unesco proporcionava o envio, por um período variável, de especialistas previamente aceitos pelos países que apresentavam a demanda, o oferecimento de bolsas de estudos a pessoal local para estudo e estágio no exterior, como o objetivo de se preparar para assumir, na volta, o lugar dos especialistas estrangeiros, e ajuda financeira para aquisição de equipamentos, obras de referência, assinatura de periódicos e aparelhos para serviços reprográficos(20).

Dentro das atividades do Programa de Assistência Técnica, a Unesco teve uma atuação marcante na criação dos seguintes centros bibliográficos:

- Centro de Documentación Científica y Técnica, do México (1951);

- National Scientific Documentation Centre (INSDDC), da Índia (1951);
- Jugoslovenski Centar za Tehničku i Naučnu Dokumentaciju, da Iusgoslávía (1952);
- Centro de Documentación Científica, Técnica Y Económica, do Uruguai (1953), e o
- Scientific and Technical Documentation Centre, do Egipto (1954)

3.1.1 Atuação da Unesco na América Latina

Uma maior participação dos países latino-americanos nos programas da Unesco começou a se verificar a partir da 2ª Reunião da Conferência Geral realizada, em 1947, na cidade do México (21).

Com a finalidade de auxiliar os Estados-membros da região no desenvolvimento de programas na área de atuação da Unesco e coordenar as atividades de cooperação, foi estabelecido, em fevereiro de 1950, o Centro Regional da Unesco no Hemisfério Ocidental, com sede em Havana(22). Esse Centro passou a contar com um especialista em biblioteconomia e, em julho de 1953, iniciou a edição, em língua espanhola, do Boletín de la Unesco para las Bibliotecas. Foi criado ainda um Centro de Cooperação Científica para América Latina com sede em Montevideu, Uruguai.

A atuação da Unesco na América Latina, no campo da biblioteconomia e documentação, durante a primeira metade da década de 1950, concentrou-se no desenvolvimento de bibliotecas públicas e na criação de centros bibliográficos nacio-

nais. Em 1951, a Unesco promoveu a Conferência sobre o Desenvolvimento dos Serviços de Bibliotecas Públicas na América Latina, em São Paulo, que teve como objetivo "considerar os problemas básicos das bibliotecas na América Latina e estabelecer projetos e normas para desenvolvimento e extensão dos serviços das bibliotecas da região". Com relação a serviços bibliográficos, a Conferência recomendou a criação de centros bibliográficos em todos os países da América Latina e que a Unesco considerasse o desejo, manifestado pelos delegados do Brasil e do Uruguai, de que seus respectivos países fossem escolhidos para sediar o Centro Bibliográfico Piloto que se encontrava em planejamento(24). Como um dos resultados dessa conferência, a Unesco promoveu, com a participação do governo da Colômbia, a criação da Biblioteca Pública Piloto na cidade de Medellín(25). Foi todavia na área bibliográfica que a Unesco teve atuação destacada nesse período. Através do Programa de Assistência Técnica, foi prestado auxílio à criação de centros bibliográficos no México e no Uruguai.

3.1.1.1 A experiência mexicana

Em novembro de 1950, foi firmado um convênio entre o governo mexicano e a Unesco - através do Programa de Assistência Técnica - para a criação de um centro de documentação científica e técnica na cidade do México. Em abril de 1951, chegou ao México, para dirigir os trabalhos do centro, um especialista indicado pela Unesco, ao qual se juntaram posteriormente, três outros peritos estrangeiros. Ao mesmo tempo, foi recrutado pessoal local que recebeu bolsas de estu-

dos para treinamento no exterior(26).

O centro mexicano tinha uma característica regional, pois, pretendia prestar serviços a toda a América Latina, e proporcionar aos demais países do mundo acesso à produção científica latino-americana(27).

Após três anos de trabalho, sob a direção dos especialistas da Unesco, o Centro foi entregue à responsabilidade exclusiva do governo mexicano, passando a funcionar como um órgão autônomo, criado por decreto presidencial, com a denominação de Centro de Documentación Científica y Técnica de México. Todavia, dez anos depois, em 1961, o Centro perdeu a sua autonomia, passando a ser vinculado administrativamente ao Instituto Politécnico Nacional(28) que mantinha o compromisso de prestação de serviços para a comunidade científica e industrial. Pouco tempo depois, o Centro foi transferido fisicamente para o Instituto e transformado em Departamento de Bibliotecas y Estudios Avanzados do referido Instituto. Cessaram os serviços, as coleções foram interrompidas e o Centro desapareceu(29).

A idéia, porém, renasceria mais tarde com a criação, em 1971, de um Centro de Información para Ciencias y Humanidades (CICH) na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), com as mesmas características e serviços do Centro que fora extinto(30). Vale ressaltar que um dos fatores mais importantes que contribuíram para a extinção do Centro de Documentación Científica y Técnica do México foi que 75% dos seus usuários pertenciam à UNAM, conforme afirmação do seu ex-diretor(31).

Entre outras causas da sua desativação estava o desinteresse dos cientistas mexicanos pela literatura latino-americana, preferindo a informação procedente da Europa e dos Estados Unidos. Acrescente-se, também, a atitude de outros países da região, como a Argentina e o Brasil, que reagiram negativamente a canalizar suas atividades de documentação científica por intermédio do México(32).

3.1.1.2 A experiência uruguaia

Mediante acordo de assistência técnica, firmado, em 1953, entre o governo uruguaio e a Unesco, foi criado o Centro de Documentación Científica, Técnica y Económica (CDCTE), vinculado à Biblioteca Nacional, em Montevideu. A participação da Unesco consistiu no envio de especialista para a organização do Centro e ajuda financeira para aquisição de bibliografia e equipamento. Coube ao governo uruguaio colocar recursos em moeda local e pessoal técnico e administrativo, o que não pôde ser realizado de imediato devido a impedimentos de ordem administrativa. Com o final da missão, em 1955, a Biblioteca Nacional assumiu a responsabilidade pela administração do Centro. No entanto, como não foram consignados dotação específica e pessoal próprio para os trabalhos do Centro, o serviço passou a ser prejudicado por todas as dificuldades que já atingiam a própria Biblioteca Nacional(33). Através de acordo com o Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICYT), o CDCTE passou a coordenar o programa nacional de informação científica do Uruguai(34).

Notas e referências

- 1 SHERA, Jesse H. & EGAN. Exame atual da Biblioteconomia e da Documentação. In: BRADFORD, S. C. Documentação. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961. p.17.
- 2 Idem, ibidem,
- 3 ZAHER, Célia Ribeiro. Introdução à documentação. Rio de Janeiro, 1967. p.15.
- 4 Um estudo sobre a fundação da Unesco e as origens do seu programa relativo a bibliotecas encontra-se em PARKER, J. Stephen. Unesco and library development planning. London, Library Association, 1985. 493 p.
- 5 CONSTITUCIÓN de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura. In: Unesco. Qué es la Unesco? Paris, 1963. p. 45.
- 6 Os representantes do Brasil na Conferência foram Miguel Ozório de Almeida e Mário Ulisses Vianna Dias, ambos do Instituto Oswaldo Cruz.
- 7 CONFÉRENCE INTERNATIONALE SUR L'ANALYSE DE DOCUMENTS SCIENTIFIQUES. Paris, 1949. Rapport final. Paris, Unesco, 1951. 200 p.

- 8 Participou do Comitê Consultivo Provisório o representante brasileiro Miguel Ozório de Almeida.
- 9 UNESCO & LIBRARY OF CONGRESS. The Unesco / Library for Congress bibliographical survey; bibliographical services, their present state and possibilities of improvement; report prepared as working paper for an international conference on bibliographye. Washington, Library of Congress, 1950. v.1.
- 10 No Brasil, o grupo foi organizado na Biblioteca Nacional, que ficou encarregada de preparar o relatório sobre a situação bibliográfica do País, o qual não chegou a ser incluído no relatório geral publicado pela Unesco, em 1950, sobre a situação dos serviços nacionais de bibliografia.
- 11 The survey of bibliographical services. Unesco Bulletin for Libraries, 4(2):521, Feb. 1950.
- 12 O Brasil foi representado por Rubens Borba de Moraes, ex-diretor da Biblioteca Nacional, que na época exercia o cargo de diretor do Centro de Informação das Nações Unidas, em Paris.
- 13 Comité sur l'amélioration des services bibliographiques. Bulletin Officiel de l'Unesco, 3(1):33-4, oct./dec. 1950.

- 14 CONFERENCE ON THE IMPROVEMENT OF BIBLIOGRAPHICAL SERVICES, Paris, 7-10 November 1950. Working paper prepared by Denise Ravage. Paris, Unesco, 1950. (CUA/1).
- 15 CONFÉRENCE SUR L'AMÉLIORATION DES SERVICES BIBLIOGRAPHIQUES. Paris, 7-10 novembre 1950. Compte rendu... Paris, 1950. (CUA/5).
- 16 O Comitê Consultivo Internacional de Bibliografia foi instalado em abril de 1953, composto de 12 membros: Julien Cain (França), presidente; Pierre Bourgeois (Suíça), Federação Internacional de Associações de Bibliotecários; L. Brummel (Holanda); Verner W. Clapp (Estados Unidos); J. E. Cummins (Austrália); F. C. Francis (Reino Unido); Elvira A. Lorena Martínez (Uruguai); J. Marouzean (França), Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas; J. Meyriat (França), Comitê Internacional de Documentação em Ciências Sociais; Arne Moller (Dinamarca), Federação Internacional de Documentação; Adnan Otuken (Turquia); S. R. Ranganathan (Índia). Suas principais atividades concentravam-se no estímulo à criação e coordenação dos grupos bibliográficos nacionais, na preparação de manuais destinados à criação e operação dos serviços bibliográficos e na elaboração de guias periódicos sobre os centros bibliográficos nacionais, os dois primeiros, intitulados Serviços Bibliográficos no Mundo, foram elaborados por Louise-Noëlle Malciès.

- 17 UNESCO GENERAL CONFERENCE, 6th session, 1951. Resolutions.
p. 27
- 18 UNESCO. Qué es la Unesco? Paris, 1963. p. 10-2.
- 19 COBLANS, Herbert. United Nations technical assistance and documentation. American Documentation, 7(4): 289, Oct. 1956.
- 20 Les projets d'assistance technique de l'Unesco em matière de bibliographie et de bibliothèques. Bulletin de l'Unesco à l'Intention des Bibliothèques. 4(11-12):134, nov./dec. 1952.
- 21 PENNA, C. V. La Unesco y el desarrollo de las bibliotecas en la América Latina. Boletín de la Unesco para las Bibliotecas. 7(7):1-4, jul. 1953.
- 22 Que é o Centro Regional da Unesco no Hemisfério Ocidental. Correio do IBECC, 3:12-3, jan. 1959.
- 23 A recomendação para que fosse designado um especialista em Biblioteconomia foi, como já se viu, aprovada na Conferência sobre Melhoramento dos Serviços Bibliográficos. O cargo foi ocupado por Carlos Víctor Penna que posteriormente foi subdiretor de Atividades Culturais e finalmente, diretor do Centro. Depois, em Paris, Victor Penna foi chefe da Divisão de Bibliotecas, Documentação e Arquivos da Unesco. Carlos Penna and Library develop-

- ment planning. In: PARKER, J. Stephen. Unesco and library development planning. London, Library Association, 1984. p. 204.
- 24 UNESCO. Development of public libraries in Latin America; the São Paulo Conference. Paris, 1952. p. 176.
- 25 A Biblioteca Pública de Medellín, inaugurada em 1954, foi o segundo projeto piloto da Unesco na área de bibliotecas públicas, tendo sido sua criação prevista na Conferência sobre o Desenvolvimento dos Serviços de Bibliotecas Públicas na América Latina. O Brasil - assim como a Guatemala, Cuba e a Colômbia - candidatou-se para sediar o projeto.
- 26 O chefe da missão foi o espanhol A. Perez-Vitoria que dirigiu as atividades do Centro. Os três outros especialistas estrangeiros encarregaram-se da edição do boletim, do serviço bibliográfico e da reprodução de documentos. Após a missão no México, Pérez-Vitoria seguiu para o Egito, onde organizou o centro de documentação científica e técnica, entre 1954 e 1959, atuando depois em missões no Iraque, Líbano e Síria.
- 27 PEREZ-VITORIA, A. Diez años después; el Centro de Documentación Científica y Técnica de México. Boletín de la Unesco para las Bibliotecas, 15(4):262, jul./ago. 1961.

- 28 O Instituto Politécnico Nacional é uma instituição de ensino superior, fundada em 1937, reunindo as escolas que não foram agrupadas na UNAM. O Centro de Investigaciones y Estudios Avanzados foi criado em 1961 com o objetivo de promover pesquisas nos vários campos da ciência e tecnologia.
- 29 PEREZ-VITORIA, A. Los primeros años del CICH-UNAM. Revista de la Unesco de Ciencia de la Información, Bibliotecología y Archivología, 4(3):196, jul./sep. 1982.
- 30 SANDOVAL, Armando M. Centro de Información Científica y Humanística: un centro de información universitario del tercer mundo. Boletín de la Unesco para las Bibliotecas, 32(1):45-52, ene./feb., 1978.
- 31 Idem., p. 45
- 32 HILTON, Ronald. The scientific institutions of Latin America. Stanford, California Institute of International Studies, 1970, p. 29.
- 33 DI VITA CRAVOTTO, Maria Luísa: Evolución científica y documentación en el Uruguay. In: CONFERÊNCIA GERAL DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO, 26. Rio de Janeiro, 1960.
- 34 Libraries in Uruguay. In: KENT, Allen, ed. Encyclopedia of library and information service. New York, Marcel Dekker, 1981, v.32, p. 186.

4. ORIGENS DA ATIVIDADE BIBLIOGRÁFICA NO BRASIL

4.1 As iniciativas particulares

A atividade bibliográfica no Brasil foi marcada, desde o início, pela ação individual de diversos bibliógrafos cujos trabalhos constituíram a base da bibliografia nacional.

Essa atividade corresponde à fase artesanal da história da bibliografia, de acordo com a classificação adotada por Malclès (1).

Os mais destacados trabalhos foram desenvolvidos por Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1846-1938), Alfredo Vale Cabral (1851-1894), Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake (1827-1903), Alfredo de Carvalho (1870-1916), Antonio Simões dos Reis (1899-1980) e Rubens Borba de Moraes (1899-1986). Estudos sobre a obra destes bibliógrafos foram realizados por Edson Nery da Fonseca (2).

4.2 As iniciativas institucionais

Diversas instituições na área cultural, administrativa e científica, surgidas na sua maioria durante a primeira metade deste século, propiciaram o desenvolvimento de atividades bibliográficas. Algumas dessas atividades não ficaram restri

tas à área de atuação dessas instituições, que passaram a executar ações com abrangência nacional.

4.2.1 A Biblioteca Nacional

A Biblioteca Nacional procurou sistematizar as atividades de bibliografia e documentação como, a criação em 1911, do Serviço de Bibliografia e Documentação, durante a administração de Manuel Cícero Peregrino da Silva(3). Esse serviço foi previsto no novo Regulamento da Biblioteca Nacional, aprovado pelo Decreto nº 8.835, de 11 de julho de 1911, que consubstanciou a grande reforma da instituição empreendida por Manuel Cícero, marcando as atividades da Biblioteca Nacional em seu novo edifício, inaugurado em 1910.

A criação do Serviço de Bibliografia e Documentação representou a adesão pioneira do Brasil ao Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), criado em 1895, em Bruxelas por Paul Otlet e Henri La Fontaine. Através desse serviço, o Brasil teve participação efetiva no Repertório Bibliográfico Universal, levado a efeito pelo IIB(4).

As atribuições do Serviço de Bibliografia e Documentação abrangiam a organização, segundo o sistema de Classificação Decimal Universal, do repertório bibliográfico brasileiro como contribuição para o repertório bibliográfico universal, a impressão e venda de fichas bibliográficas e a organização do catálogo coletivo das bibliotecas brasileiras. O Serviço chegou a publicar, durante os anos de 1918 a 1921, o Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, organizado de forma sistemática com o emprego da Classificação

Decimal Universal (CDU). Essas atribuições são, basicamente, as mesmas que viriam a ser executadas, posteriormente, pelos centros bibliográficos nacionais (5).

As atividades do Serviço não tiveram continuidade devido ao desinteresse dos sucessores de Manuel Cícero na direção da Biblioteca Nacional (6) e à interrupção da compilação do Repertório Universal pelo IIB, causado pela eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Muito embora tivesse passado por períodos de apogeu durante a administração de Ramiz Galvão, Manuel Cícero e Borba de Moraes (7), a Biblioteca Nacional chegou à década de 1950 enfrentando sérias dificuldades (8).

Um dos problemas dizia respeito à conservação das coleções, sujeitas ao ataque de insetos, fungos e poeira. O prédio começava a se mostrar insuficiente e inadequado para a conveniente proteção do acervo.

A Biblioteca Nacional também sofria grande pressão de leitores devido à contingência de ter que suprir a falta de bibliotecas públicas no Rio de Janeiro. O grosso da frequência de usuários era constituída por estudantes de escolas secundárias e superiores, o que levava a Biblioteca a adotar medidas para atender a essa clientela, sem causar prejuízos ao patrimônio bibliográfico.

Outro grave problema relacionava-se com o atraso na catalogação e classificação do material bibliográfico, causado pela insuficiência de pessoal e grande número de obras, sem tratamento, acumuladas no decorrer dos anos. Estimava-se a existência de "200 mil livros e folhetos não catalogados nem

classificados, sendo a sua existência desconhecida por parte da própria Biblioteca"(9). Calculava-se, ainda, que seriam necessários 40 anos para catalogar e classificar os 10 mil volumes novos que a Biblioteca recebia, em média, anualmente, além da reclassificação do material antigo, constante de aproximadamente 700 mil livros e folhetos(10).

Com a finalidade de solucionar parte desse problema a Biblioteca Nacional encaminhou ao Conselho Nacional de Pesquisas pedido de auxílio para catalogação e classificação das obras científicas pertencentes ao seu acervo. O pedido provocou acirrado debate no Conselho Deliberativo do órgão(11).

O primeiro ponto colocado dizia respeito ao enquadramento do pedido aos objetivos do Conselho, que, sendo um órgão propulsor da pesquisa científica e tecnológica, não podia apoiar uma instituição preponderantemente cultural:

"Foge, escapa à atribuição do Conselho cuidar da cultura de um modo inteiramente geral. Embora apreciemos, gostemos muito daquelas belíssimas obras de caráter literário que a Biblioteca Nacional possui, se nós ainda temos uma ciência incipiente, como vamos empregar os nossos recursos nessa outra"? (Alvaro Alberto) (12).

Foi também argumentado que serviço semelhante já vinha sendo feito, em cooperação, pela Fundação Getúlio Vargas, o Departamento Administrativo do Pessoal Civil e a Imprensa Nacional, através do Serviço de Intercâmbio de Catalogação. Por outro lado, o Conselho não poderia subvencionar uma atividade

de catalogação:

"[...] porque é função precípua e específica da Biblioteca Nacional fazer isto, do contrário ela não existe. Uma biblioteca que não se organiza para prestar este serviço, é melhor fechar" (Arízio de Viana) (13).

Assim, a manutenção da Biblioteca Nacional deveria ser garantida pelo Governo Federal, através de um reforço das verbas orçamentárias:

"[...] se este serviço é necessário, a Biblioteca que solicite ao governo as verbas necessárias e os elementos materiais para ser executado" (Arízio Viana) (14).

Assim, não cabia ao Conselho:

"[...] estimular, com recursos financeiros, uma atividade administrativa, uma atividade elementar de uma biblioteca. Poder-ia-se [sic] traduzir em recomendações junto aos poderes públicos, ao próprio governo, para auxiliar, para dar novos recursos e não tirar dos seus recursos, que devem ser destinados a estimular atividades administrativas de repartições do Estado" (Arízio de Viana) (15).

Por fim, as discussões se voltaram para o problema de conservação das coleções, que poderia justificar o apoio do Conselho:

"É preciso não esquecer que existem, na Biblioteca Nacional, obras científicas de grande valor histórico, um acervo precioso que está ameaçado de desaparecer [...]. A proposta [...] é no sentido de subvencionar, por tarefa, esse trabalho de recuperação". (Costa Ribeiro)(16).

Essa nova proposta é ainda objeto de resistências, principalmente por parte do conselheiro Arízio de Viana, que propõe, mais de uma vez, que seja recusada.

"[...] porque sua recusa, não se dá nenhum atentado à cultura. [...] Vamos prestigiar um pouco mais as poucas verbas de que dispomos, num emprego para estimular essas pesquisas deficientes, ou incompletas, que por várias razões desconhecidas, precisam da nossa cooperação e da nossa ajuda"(17).

Finalmente, o Conselho Deliberativo aprovou proposta no sentido de que a Divisão Técnico-Científica entrasse em contato com a Biblioteca Nacional "a fim de estudar um plano de recuperação das obras científicas preciosas existentes no acervo não classificado da referida Biblioteca, plano esse a ser apresentado posteriormente à apreciação do Plenário". Esse parecer foi encaminhado à Biblioteca Nacional(18).

Assim, a Biblioteca Nacional, lidando com problemas básicos de organização, não tinha condições para assumir outras atividades como bibliografia e documentação.

4.2.2 A Universidade de São Paulo

A Universidade de São Paulo (USP), fundada em 1934, passou a executar atividades bibliográficas através da sua Biblioteca Central, criada em 1947, com características de um centro de documentação bibliográfica(19). Como tal, a Biblioteca Central começou a se preocupar com o desenvolvimento de instrumentos para o trabalho bibliográfico, como a compilação de catálogos coletivos de livros e de publicações periódicas.

O catálogo coletivo de livros foi o primeiro a ser organizado, reunindo informações sobre os acervos das bibliotecas da USP. A partir de 1954, o catálogo passou a ter uma abrangência estadual, cobrindo as principais bibliotecas do Estado e, juntamente, com o catálogo de periódicos, constituiu o Catálogo Coletivo do Estado de São Paulo, instituído por ato do reitor da Universidade, com autorização do governador do Estado. A contribuição das bibliotecas oficiais do Estado foi regulamentada por resolução governamental específica(20).

Com relação ao catálogo coletivo de periódicos, São Paulo teve experiência pioneira, anterior à atividade da USP, com a organização, entre 1939-40, pelo Instituto Butantan, do Catálogo de Revistas que Interessem à Biologia, reunindo as coleções de 37 bibliotecas do Estado. Uma edição atualizada desse catálogo foi publicada em 1944-45, através dos Fundos Universitários de Pesquisas e com o auxílio da Rockefeller Foundation.

Com a criação da Biblioteca Central da USP, a compilação

do catálogo coletivo de periódicos passou a ser uma das suas atribuições, prevista do Regimento Interno da Reitoria da Universidade. O catálogo, inclusive, adquiriu abrangência nacional, cobrindo os periódicos "existentes nos diversos institutos universitários e principais bibliotecas especializadas do Brasil" (21).

Nada foi feito de substancial, porém, até o ano de 1953, devido a uma série de obstáculos de ordem administrativa. Nesse ano, o prof. Paulo Sawaya, do Departamento de Fisiologia Geral e Animal, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, obteve da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) auxílio financeiro para o desenvolvimento do catálogo. Em depoimento perante o Conselho Deliberativo do CNPq, o prof. Sawaya assim relata o contato com a CAPES:

"Em 1953, a CAPES iniciou intenso movimento no sentido de melhorar o conhecimento do pessoal de nível superior. O Departamento de Fisiologia Geral e Animal teve a honra de receber, algumas vezes, a visita do dr. Rubens Maciel, então colaborador da CAPES. Numa dessas visitas, fomos interpelados pelo dr. Maciel sobre os meios mais indicados para melhorar a cultura do pessoal de nível superior, e, no momento, ocorreu-nos mostrar-lhe o Catálogo de Periódicos, paralisado em 1943. Segundo a nossa opinião, uma das maneiras mais indicadas para incrementar a cultura do pessoal de nível superior seria justamente atualizar o referido catálogo, a fim de que os jovens cientistas pudessem ter facilmente à mão o material bibliográfico indispensável para a renovação de seus conhecimentos e à orientação das pesquisas científicas" (22).

Após receber a subvenção da CAPES, o prof. Paulo Sawaya assumiu, pessoalmente, a responsabilidade pela condução dos trabalhos, que contou com a colaboração da Biblioteca Central da USP e do Instituto Brasileiro para a Educação, Ciência e Cultura (IBECC). Com o objetivo de obter a colaboração necessária, Paulo Sawaya visitou diversas instituições do País. O trabalho resultou na compilação do catálogo, abrangendo o acervo de periódicos de 144 bibliotecas, sendo 96 do Estado de São Paulo e 48 dos demais Estados, com registros atualizados até 1953. A impressão do catálogo foi demasiado lenta. O primeiro volume, referente às letras A e B, só foi publicado em 1962, com um atraso de quase 10 anos.

O trabalho de Paulo Sawaya representa a compreensão, por parte de uma pessoa ligada diretamente à ciência, da importância de um instrumento bibliográfico para apoio às atividades científicas.

4.2.3 O Departamento Administrativo do Serviço Público

A necessidade de disciplinar e estabelecer uma estrutura orgânica para o funcionalismo civil da União, levou o governo a criar o Conselho Federal do Serviço Público, instituído pela Lei 284, de 24 de outubro de 1936. Os trabalhos desenvolvidos por esse Conselho demonstraram ao governo a necessidade da existência de um órgão permanente e com funções mais amplas.

A Constituição Federal de 1937 previu a existência, junto à Presidência da República, de um órgão destinado a realizar estudos sobre a administração pública, visando permitir

melhor organização dos serviços públicos, preparar a proposta orçamentária e fiscalizar a execução do orçamento da União.

Essas funções vieram a ser exercidas pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado pelo Decreto-Lei 579, de 30 de julho de 1938. Durante todo esse processo, destacou-se a figura de Luiz Simões Lopes, que foi presidente do Conselho e posteriormente diretor-geral do DASP, desde sua criação até 1945.

O DASP introduziu no País as modernas técnicas de administração, constituindo-se num dos "raros centros de pesquisas e estudos sistemáticos de administração pública em termos de planejamento, organização e métodos, orçamentos públicos, pessoal, material e obras, documentação [grifo nosso] e relações humanas no trabalho"(23).

As atividades de documentação do DASP foram exercidas através de seu Serviço de Documentação, que compreendia a Biblioteca, a Revista do Serviço Público e as seções de Documentação de Publicações, de Estatística Administrativa e de Expedição.

A Revista do Serviço Público, criada em 1937, ainda na época do Conselho Federal do Serviço Público, era destinada a divulgar matéria doutrinária, informativa, crítica e noticiosa relativa à difusão de conhecimento no campo da administração pública. A revista veiculava com frequência artigos sobre documentação, biblioteconomia e assuntos correlatos(24).

Em 1946, foi publicada a tradução do trabalho Documentos e Documentação, de Paul Otlet, editado depois em separa-

ta (25).

A Biblioteca foi o segundo componente da atividade de documentação do DASP. Na sua criação teve-se em mente as seguintes diretrizes: "uma seleção e classificação cuidadosa de livros e publicações especializadas, um serviço de referência tanto quanto possível capaz de atender ao máximo de solicitações e interesses, a concessão de facilidades aos leitores no que diz respeito a empréstimo e consulta, uma obediência sempre vigilante aos princípios da Biblioteconomia moderna" (26).

A Biblioteca funcionou como um serviço modelo durante mais de uma década. "Inovou todo o aspecto do ambiente físico, com mobiliário adequado, moderno, sóbrio e confortável. Usou, pela primeira vez, plantas ornamentais dentro do ambiente de trabalho, organizou a coleção especializada de forma a atender mais a utilização pelos usuários do que preservá-la. Havia, permanentemente, profissionais treinados para o atendimento direto ao público. Acresce, ainda, a organização dos catálogos, o arranjo das obras por assunto segundo a classificação de Dewey e o livre acesso às estantes"(27).

Essa nova visão dos serviços bibliotecários fazia parte da própria filosofia do programa de reforma do serviço público da União liderado por Simões Lopes, como se pode depreender do seguinte texto: "O Estado Nacional vem dispensando especial interesse ao problema biblioteconômico brasileiro, pois deseja que nossas bibliotecas se transformem em órgãos ativos e eficientes. Por isso, no plano geral de remodelação do serviço público, a biblioteca ocupa situação de des-

taque" (28).

O DASP, através de sua Divisão de Aperfeiçoamento, mantém Cursos de Administração nas áreas de interesse do serviço público, entre elas a preparação de pessoal para bibliotecas, visando à reformulação dos métodos organizacionais daqueles serviços. Os participantes desses cursos estagiavam na Biblioteca do DASP de onde levavam idéias para implantação nas suas repartições de origem.

Através da Seção de Publicações, foi divulgado, na época, em língua portuguesa, o que de mais recente e necessário havia no exterior nos campos específicos da administração pública, inclusive Biblioteconomia e Documentação.

Junto à Biblioteca foi criado, em setembro de 1942, o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) destinado a desenvolver atividades de catalogação cooperativa entre as bibliotecas brasileiras. A idéia foi trazida por Lydia de Queiroz Sambaquy de um estágio na Library of Congress dos Estados Unidos, onde observou o serviço que lá funcionava desde o princípio do século.

O SIC começou a funcionar mediante acordo entre o DASP e a Imprensa Nacional, cabendo ao primeiro a recepção e revisão das fichas catalográficas, e ao outro a impressão, distribuição, e venda das fichas aos interessados.

A rede de bibliotecas cooperantes começou a ser formada pelas bibliotecas do Rio de Janeiro, obtendo posteriormente a adesão de outras bibliotecas do País.

O SIC enfrentou algumas dificuldades, principalmente no meio bibliotecário. A falta de pessoal habilitado para a ca-

atalogação não permitia que o trabalho fosse desenvolvido de forma padronizada, acarretando um acúmulo na etapa de revisão das fichas, agravado pela inexistência de material de referência, principalmente nacional, para consulta. Por outro lado, a divergência entre as normas de catalogação fez com que a Biblioteca Nacional e as bibliotecas do Estado de São Paulo, que usavam o código da American Library Association, não participassem do SIC, uma vez que este adotava o código da Biblioteca Vaticana(29).

Ocorreram também dificuldades de ordem administrativa. Com a saída de Simões Lopes do DASP, em 1945, e a crise que se seguiu no órgão, o SIC não continuou com o mesmo apoio. Em 1947, através de acordo, a Fundação Getúlio Vargas passou a ter maior responsabilidade pelo funcionamento do Serviço, cabendo ao DASP continuar cedendo as instalações físicas(30). O SIC, entretanto, não obteve a compreensão necessária por parte dos novos dirigentes do DASP, como se depreende do seguinte depoimento, perante o Conselho Deliberativo do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq):

"(...) o que se está criando em matéria de catalogação e classificação, é uma espécie de ciência adjetiva de terceira categoria, que cria esse negócio de catalogação, da ficha, da classificação decimal, enfim, tudo menos colocar o livro à disposição do leitor. Conheço muito bem esse problema; posso confessar ainda mais ao Conselho: estou com um problema desses atravessado no DASP, há vários anos. O DASP, a Fundação Getúlio Vargas e a Imprensa Nacional estão fazendo um sistema de intercâmbio e catalogação de livros, que não sei

como vai parar. A pretensão do trabalho é catalogar todas as obras, em todo o mundo. Quer dizer, não há, positivamente, nenhuma seção, seja literária, científica especializada, mesmo rudimentarmente especializada, que possa apresentar um acervo de fichas "au grand complet" (Arízio de Viana) (31).

Através desse depoimento pode-se avaliar a concepção, na época, entre administradores de alto nível, sobre os serviços bibliotecários. Essa concepção, de certa forma distorcida, era devida, em parte, ao comportamento da maioria dos bibliotecários, mais preocupados em manter padrões e normas estrangeiras, sem atentar para as condições de insuficiência do leitorado e do País.

4.2.4 A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Em 1948, um grupo de cientistas reuniu-se em São Paulo com a finalidade de discutir a criação de uma sociedade destinada a lutar pelo progresso e pela defesa da ciência no País. Assim, em 8 de julho daquele ano foi fundada a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

No momento em que a Sociedade foi constituída, a comunidade científica paulista passava por dificuldades devido à falta de apoio por parte do governo estadual, à época exercido por Adhemar de Barros(32). As medidas administrativas tomadas pelo governo constituíram graves ameaças ao desenvolvimento das atividades científicas, prejudicando a liberação de verbas e a aquisição de materiais e equipamentos, inclusive bibliografias científicas.

Entre os seus objetivos, a SBPC se propunha a "assumir atividade definida e ativa de combate no sentido de assegurar, contra possíveis incompreensões, a liberdade de pesquisa, o direito do pesquisador aos meios indispensáveis de trabalho, à estabilidade para realização de seus programas de investigação, ao ambiente favorável à pesquisa desinteressada"(33). Foi nessa luta por melhores condições para o trabalho científico que a SBPC, já no seu primeiro ano de existência, apresentou apelo ao governador de São Paulo em favor das bibliotecas do Estado. Essas bibliotecas estavam prejudicadas pela decisão do governo estadual de incluir as revistas científicas na listagem de material permanente, cuja aquisição ficou proibida. Argumentou a SBPC, no documento enviado ao governador, a falha permanente que poderia ocorrer nas coleções das bibliotecas com a suspensão das aquisições de revistas. As bibliotecas encontravam-se bastante prejudicadas em decorrência das duas guerras mundiais, que dificultaram a aquisição de material bibliográfico, causando brechas irreparáveis nos seus acervos(34). Concluía apelando para que fossem tomadas as medidas necessárias a fim de evitar que as assinaturas de revistas científicas fossem interrompidas. Face a esse apelo, a Reitoria da Universidade de São Paulo obteve do governo do Estado a autorização para que revistas e outras publicações de cunho científico fossem retiradas da lista de material permanente cuja aquisição estava proibida (35). Comentando a decisão, a SBPC esperava que a medida fosse estendida às demais bibliotecas científicas do Estado.

Posteriormente, a SBPC passou a se preocupar com a questão bibliográfica a nível nacional. Por ocasião da realiza-

poderiam obter cópias integrais dos artigos em microfílm (42).

4.2.6 A Fundação Getúlio Vargas

O Governo Federal, através do Decreto-Lei 6 693, de 14 de julho de 1944, autorizou o então presidente do DASP, Luiz Simões Lopes, a criar uma entidade destinada "ao estudo e a divulgação dos princípios e métodos da organização racional do trabalho e ao preparo de pessoal qualificado para administração pública e privada, mantendo núcleos de pesquisas, estabelecimentos de ensino e os serviços que forem necessários" (43). Essa entidade veio a ser a Fundação Getúlio Vargas (FGV), pessoa jurídica de direito privado, cujos estatutos foram aprovados pelo Ministério da Justiça em 19 de outubro de 1944 e a escritura de constituição assinada em 20 de dezembro de 1944.

Das instituições mantenedoras da FGV faziam parte o Governo Federal, os Estados, o antigo Distrito Federal, os Territórios, institutos de previdência social, o Banco do Brasil, caixas econômicas, a Prefeitura de São Paulo, o Instituto de Resseguros do Brasil e diversas outras entidades e empresas particulares, totalizando mais de 300 instituições.

A FGV iniciou suas atividades contando com uma biblioteca especializada e alguns núcleos científicos e técnicos, em briões dos diversos institutos e escolas que vieram depois a compor sua estrutura (44). Entre eles, destacam-se os institutos de ensino e pesquisa, criados na primeira fase da FGV, como o Instituto de Seleção e Orientação Profissional

(ISOP), em 1947, a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), em 1952, com o auxílio da Unesco, e a Escola de Administração de Empresas de São Paulo, em 1954.

Segundo os seus Estatutos, a FGV deveria "constituir-se em centro de documentação para sistematizar e divulgar conhecimentos técnicos"(45). Essa função foi exercida pelo Departamento de Pesquisas e Documentação que, juntamente com o Departamento de Ensino, constituíam os dois grandes setores da FGV, criados em 1947.

Subordinada ao Departamento de Pesquisas e Documentação encontrava-se a Biblioteca, importante núcleo de apoio às atividades porque, segundo afirmou o seu presidente, a Fundação "é uma biblioteca em torno da qual se trabalha"(46). Desde o início passou a ser formado um acervo bibliográfico especializado em ciências sociais, do qual fazia parte um considerável número de assinaturas de periódicos(47).

Com a demanda crescente por informações bibliográficas, notadamente as contidas em periódicos para apoiar os trabalhos de pesquisa da Fundação, como por exemplo os do Centro de Análise da Conjuntura Econômica, foi organizado, anexo à Biblioteca, um serviço de catalogação analítica de periódicos. A atividade era executada por um grupo de colaboradores dos vários órgãos técnicos da Fundação e um grupo de resumidores selecionados entre jovens economistas e licenciados de outras carreiras que trabalhavam na FGV(48).

Em continuidade a esse trabalho, começou a ser editada, em dezembro de 1950, a Bibliografia Econômico-Social, com periodicidade mensal(49).

alguma coisa, continuamos aquele trabalho que vinha sendo feito no DASP, as pessoas eram mais ou menos as mesmas, porque uma parte do pessoal que iniciou a Fundação era gente que saiu e que tinha estado no DASP antes, além de eu próprio". (Simões Lopes)

Essa posição é confirmada por Mello Flores:

"Quando eu era diretor do DASP e a D. Lydia era a bibliotecária, criou-se o Serviço de Intercâmbio de Catalogação [...] Mais tarde quando se criou a FGV, eu aí já como diretor-executivo da FGV, fiz um acordo com o DASP e recebi o SIC [...]"

Também em 1947, foi criado o Serviço do Catálogo Coletivo, "destinado à organização do catálogo comum a todas as bibliotecas importantes do País"(53), ligado à biblioteca da Fundação. Esse catálogo incluía apenas livros e a partir de 1950 foi agregado ao SIC(54). Em 1953, o catálogo coletivo continha 375 573 itens(55).

Por meio do SIC e do catálogo coletivo, a FGV considerava ter exercido grande contribuição para o desenvolvimento da biblioteconomia e documentação no País, criando ambiente para a implantação de um serviço de maior amplitude mais tarde:

" [...] chegamos à conclusão de que o trabalho excedia as nossas possibilidades financeiras de continuar promovendo essa modificação tão grande dentro do cam

po da biblioteconomia. E aí chegamos à conclusão de que era preciso um órgão do governo para tomar conta desse problema [...] (Simões Lopes)

4.2.7 O Conselho Nacional de Pesquisas

A idéia da existência de um órgão governamental de apoio à pesquisa remonta à origem da Academia Brasileira de Ciências (ABC) que, em diversas ocasiões, constituiu-se em foro de debates sobre o assunto. Suas propostas, porém, não encontraram receptividade no âmbito do governo(56).

Em 1936, o Presidente Getúlio Vargas, em mensagem ao Congresso Nacional, propôs a criação de um Conselho Nacional de Pesquisas Experimentais com a finalidade precípua de apoiar as atividades de pesquisa na área agrícola e coordenar a ação do governo nesse setor. A preocupação com a informação já existia nessa proposta, a qual atribuía ao referido Conselho a função de coligir e analisar os resultados das pesquisas e de publicar uma revista científica(57). A mensagem chegou a detalhar que tal revista seria no gênero do Journal of Agricultural Research e do Experimental Station Record (58). Esse Conselho não chegou a ser instituído.

Uma nova proposta foi encaminhada ao governo por Carlos Chagas ao retornar, em 1938, de estágio realizado na França e na Inglaterra. Na França, Carlos Chagas observou o papel que o Centre National de La Recherche Scientifique exerceu na renovação da ciência francesa e reuniu uma documentação sobre a organização e métodos de trabalhos da instituição. Os documentos foram entregues ao Ministro da Educação e Saú-

de Gustavo Campanema, com a sugestão de criação de um órgão semelhante no Brasil. A ocasião, mais uma vez, não foi propícia à concretização da idéia(59).

A preocupação com a energia atômica, evidenciada pela Segunda Guerra Mundial, quando a ciência e a tecnologia tiveram papel preponderante na decisão dos acontecimentos, levou o governo a tomar medidas concretas para a criação de um órgão de apoio à pesquisa.

No período de 1946 a 1948, o Brasil participou da Comissão de Energia Atômica das Nações Unidas, na qualidade de um dos países possuidores de jazidas de matérias físséis. Em decorrência dos trabalhos nessa Comissão, foi elaborado em 1946, por iniciativa do chanceler João Neves da Fontoura e do almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva, chefe da delegação brasileira, um projeto para criação de um Conselho Nacional de Energia Atômica. Esse projeto, entretanto, não foi implementado, tendo o governo preferido executar uma proposta mais ampla (60).

Em abril de 1949, o presidente Eurico Gaspar Dutra nomeou uma comissão composta de 22 membros, sob a presidência do almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva, com a incumbência de elaborar um anteprojeto de lei para estruturação do Conselho Nacional de Pesquisas. O anteprojeto foi encaminhado em maio do mesmo ano, como projeto de lei, ao Congresso Nacional.

A criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) foi efetivada pela Lei 1 310, de 15 de janeiro de 1951, e o seu Regulamento aprovado pelo Decreto nº 29.433, de 4 de abril do mesmo ano. Em todo o processo de instalação do CNPq, foi de-

cisiva a participação pessoal do almirante Álvaro Alberto, posteriormente nomeado primeiro presidente do Conselho.

O CNPq marcou a institucionalização da ação do Estado en quanto agente patrocinador de pesquisas, muito embora o desenvolvimento das ciências e da tecnologia sempre tenha estado dependente, desde o período colonial, do patrocínio governamental (61). Através do CNPq, o Estado assume, explicitamente, a função de apoio à atividade de pesquisa científica.

Cabia ao CNPq "promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento". No campo da energia nuclear, tinha a competência de "incentivar, em cooperação com órgãos técnicos oficiais, a pesquisa e a prospecção das reservas existentes no País de materiais apropriados ao aproveitamento da energia atômica", ficando, ainda, sob o controle do Estado, por intermédio do CNPq, ou quando necessário, do Estado-Maior das Forças Armadas ou outro órgão que fosse designado pelo Presidente da República, "todas as atividades referentes ao aproveitamento da energia atômica"(62). Posteriormente, foram criados órgãos específicos para o desenvolvimento dessas atividades (63).

Para o financiamento das atividades do CNPq, foi instituido o Fundo Nacional de Pesquisas, especialmente administrado e movimentado pelo Conselho.

A ação do CNPq, desde o início, teve característica politica, determinada pela sua subordinação, direta e imediatamente, à Presidência da República, que lhe facultava os meios para articulação sem intermediação com os demais órgãos da

administração.

A sua estrutura organizacional era constituída de um Conselho Deliberativo, uma Divisão Técnico-Científica e uma Divisão Administrativa.

O Conselho Deliberativo era o órgão máximo de orientação das atividades do CNPq, cuja composição era a seguinte:

a) dois membros de livre escolha do Presidente da República, respectivamente, o presidente e o vice-presidente do Conselho;

b) cinco membros escolhidos pelo governo como representantes dos ministérios da Agricultura, da Educação e Saúde, das Relações Exteriores, do Trabalho, Indústria e Comércio e do Estado-Maior das Forças Armadas;

c) nove membros, no mínimo, e dezoito no máximo, representando um deles a Academia Brasileira de Ciências, dois ou três órgãos representativos das indústrias e da administração pública, "escolhidos os demais entre homens de ciência, professores, pesquisadores ou profissionais técnicos pertencentes a universidades, escolas superiores, instituições científicas, tecnológicas e de alta cultura, civis ou militares, e que se recomendem pelo notório saber, reconhecida idoneidade moral e devotamento aos interesses do País" (64).

A Divisão Técnico-Científica competia elaborar os planos gerais de trabalho e de pesquisas relacionados com os objetivos do Conselho. Era dirigida por um diretor-geral e possuía os seguintes oito setores, cada um dirigido por um diretor de pesquisa: setores Técnico, de Pesquisas Matemáticas, de Pesquisas Químicas, de Pesquisas Biológicas, de Pesquisas

Tecnológicas(65). Com a finalidade de auxiliar a elaboração de estudos e planos, era prevista a possibilidade da instituição de comissões consultivas formadas de homens da ciência.

À Divisão Administrativa cabia prestar os serviços de administração geral, documentação e contabilidade. Compreendia os Serviços de Administração, de Contabilidade e de Documentação. Ao Serviço de Documentação competia, entre outras atividades(66):

a) coligir, ordenar, classificar, guardar, conservar e divulgar os textos documentários e elementos estatísticos referentes às atividades abrangidas pelo CNPq;

b) adquirir, registrar, classificar, guardar, conservar, emprestar e permutar obras de interesse para as atividades do CNPq, por intermédio da biblioteca, e auxiliar os técnicos e cientistas no uso desse material, e

c) editar publicações de interesse da ciência nos campos de atividades do Conselho.

O Serviço de Documentação iniciou suas atividades em junho de 1951, através da organização dos seguintes cadastros: de técnicos e cientistas nacionais; de órgãos de pesquisas nacionais; de bibliotecas existentes no País, atividade exercida conjuntamente com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; de minerais e minérios de interesse para a produção de energia nuclear; de técnicos e cientistas estrangeiros; de órgãos de pesquisa estrangeiros e de patentes e invenções de interesse para a produção de energia nuclear(67).

Subordinada ao Serviço de Documentação achava-se a Biblioteca, que iniciou suas atividades em 1952. Baseada no que dispunha o artigo 74 - das disposições gerais e transitórias do Regimento do Conselho - , que previa a promoção, sob a responsabilidade do CNPq, de atividades de intercâmbio de informações bibliográficas e o auxílio ao desenvolvimento de bibliotecas especializadas (68), a idéia inicial que orientou a formulação dos objetivos da biblioteca foi a de um órgão coordenador de um sistema de bibliotecas especializadas (69). Teria, ainda, a função de um centro de referência e de intercâmbio de catalogação e documentação técnico-científica (70).

Privado, de 1953 em diante, de atribuições na área da energia nuclear, a atuação do CNPq se concentrou no auxílio a pesquisas e formação de recursos humanos por meio de concessão de bolsas de estudos que absorviam a maior parte dos seus recursos financeiros.

O pesquisador passou a ser a preocupação principal do Conselho. Sua atividade estava voltada para examinar "cuidadosamente todos os pedidos que lhe chegarem no sentido da concessão de bolsas de estudos e de pesquisa ou de auxílios a instituições, laboratórios e pesquisadores e realização de investigações, concedendo, na medida das possibilidades, os recursos necessários a todos aqueles que se mostrarem capazes de levar a bom termo as tarefas a que se propõem" (71). Cabia também ao CNPq criar condições para o desenvolvimento científico, auscultando diretamente as necessidades dos centros de pesquisas existentes, a fim de lhes fornecer os ele-

mentos de que necessitavam para suas atividades(72).

Assim, a "proteção do cientista foi total ... sob a forma de compra de equipamentos, de livros e revistas [grifo nosso], bolsas para o exterior, complementação de salários para tempo integral, propiciamento de participação em congressos e simpósios no estrangeiro ou no País, ou de visita ao Brasil de cientistas estrangeiros"(73).

Merece especial consideração o papel que exercia o Conselho Deliberativo (CD) do CNPq nos primeiros anos de funcionamento do órgão. Reunindo-se, ordinariamente, quatro vezes por mês, o CD constituiu um foro de debates sobre os mais diferentes aspectos da ciência brasileira que começava a se organizar sob a ação do CNPq. Os assuntos dirigidos ao Conselho eram objeto de análise por parte da Divisão Técnico-Científica, que após realizar o necessário exame e formular o parecer, encaminhava-os ao plenário do CD para aprovação. Na maioria das vezes, os conselheiros teciam amplas considerações sobre os assuntos em pauta. Os depoimentos estão registrados nos Anais do Conselho Deliberativo, que são importante fonte para conhecimento da visão da época sobre a ciência no País e temas correlatos.

Nem todos os assuntos, entretanto, seguiam o mesmo procedimento. "Certas instituições [...] foram fortalecidas sem que o processo de solicitação houvesse chegado ao Conselho". (74). E ainda o tratamento de alguns assuntos, quer na Divisão Técnico-Científica, quer no Conselho Deliberativo, era, "às vezes, conduzido pela mão forte de Álvaro Alberto"(75).

O CNPq começou também a empreender uma ação executora

por meio da criação de institutos a ele vinculados, respaldada pela sua própria lei de criação, que previa "para a realização de seus objetivos, o Conselho é autorizado a prover a criação e a organização de laboratórios ou institutos (...) que lhe ficarão subordinados científica, técnica e administrativamente" (76).

Assim, foram criados, no período imediatamente posterior à instalação do CNPq, os seguintes órgãos: Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), em 1952; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), em 1952; Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), em 1954 e Instituto de Pesquisas Rodoviárias (IPR), em 1957. O IPR foi desvinculado do CNPq, em 1972, para integrar o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Em 1976, o CNPq incorporou o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e o Observatório Nacional (ON).

4.2.7.1 A ação do CNPq relativa ao desenvolvimento da bibliografia e de bibliotecas técnico-científicas.

O CNPq, como órgão responsável pela promoção da pesquisa em todos os domínios do conhecimento, demonstrou desde sua criação interesse pela bibliografia e desenvolvimento de bibliotecas científicas.

A lei que criou o Conselho estabeleceu, em seu artigo 3º, entre as suas competências, "manter-se em relação com instituições nacionais e estrangeiras para intercâmbio de documentação técnico-científica" (77). Essa atuação é melhor explicitada no Regulamento do CNPq, cujo artigo 74, como já se viu,

determinava que o "CNPq promoverá um intercâmbio de informações bibliográficas pelos meios mais adequados, auxiliará o desenvolvimento das bibliotecas dos institutos de pesquisas e promoverá a formação de bibliotecas especializadas onde julgar conveniente(78).. O intercâmbio de informações foi uma das diretrizes gerais da política de pesquisa, propostas pelo almirante Álvaro Alberto na primeira reunião do Conselho, em 17 de abril de 1951(79).

A concessão de auxílios para pesquisas, pesquisadores e instituições foi uma das atividades principais do CNPq. Entre os auxílios concedidos no seu primeiro ano de funcionamento constavam o apoio a quatro instituições para atividades de bibliotecas e publicações(80).

Essa demanda inicial levou o Conselho a começar a se preocupar com a definição de uma política relativa ao desenvolvimento de bibliotecas científicas e serviços bibliográficos no País. O relatório de atividades de 1951 registra, entre as medidas de caráter geral que estavam a requerer os esforços do Conselho, " a criação de uma rede de bibliotecas científicas, baseadas nas bibliotecas já existentes, das instituições universitárias e de pesquisa, bem como a organização de serviços eficientes de bibliografia científica e de intercâmbio de documentação que tornem acessíveis a todos os pesquisadores, de modo fácil e rápido, as informações necessárias aos trabalhos a que se dedicam"(81). O esboço do plano de trabalho para 1952 e exercícios seguintes, encaminhado à Presidência da República, previa, entre a prestação de serviços básicos de caráter geral por parte do CNPq, "a organização de bibliografias e sumários científicos, a formação de

uma rede de bibliotecas científicas especializadas, e os serviços de intercâmbio de documentação científica e técnica por meio de microfilmes e outros meios de divulgação"(82).

O relatório anual de 1952 mostra que a idéia evoluíra consideravelmente: "Atendendo a que a formação de bibliotecas especializadas é medida de alta relevância para o progresso da investigação científica no Brasil e sem cujo curso nossos cientistas teriam em muito seus trabalhos dificultados, o Conselho Nacional de Pesquisas, no ano de 1952, tomou várias medidas destinadas à criação de um sistema adequado de bibliotecas e de um serviço eficiente de intercâmbio de documentação científica e de informações bibliográficas"(83).

Para realizar esse intento, foi adotada a estratégia de estabelecer para cada ramo da ciência uma biblioteca-chave, escolhida entre aquelas que apresentassem melhor acervo de livros e revistas sobre o respectivo assunto. Essa biblioteca atenderia a usuários externos mediante o fornecimento de cópias dos documentos de que necessitassem. O relatório de 1952 informa que várias bibliotecas tinham recebido auxílio financeiro para desempenharem essa função(84).

Além disso, o Conselho concedeu auxílio para a publicação do Índice - Catálogo Médico Brasileiro, elaborado por Jorge de Andrade Maia, da Faculdade de Medicina da USP(85).

A questão começou a ser debatida com maior profundidade no Conselho Deliberativo em decorrência do exame da proposta de concessão de um auxílio ao Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), para completar a sua biblioteca(86). Em

face do problema apresentado, o Conselho manifestou sua preocupação quanto à posição a ser adotada:

"[...] qual será a decisão do Conselho, diante de pedidos semelhantes, que poderão vir de todas as bibliotecas do Brasil, em todas as demais especialidades, porque, na verdade, nós não possuímos, no País, bibliotecas satisfatórias em nenhuma das especialidades [...]" (87) (Otto Bier).

A colocação foi respondida por Costa Ribeiro diretor-geral da Divisão Técnico-Científica do CNPq:

"Parece-me que a política mais sensata seria, justamente, não a de distribuir indiscriminadamente, mas a de escolher, dentre as bibliotecas existentes no País, aquelas que fossem mais representativas em determinadas especialidades, e organizar, então, um plano geral de auxílio, intensificando o desenvolvimento dessas bibliotecas e, organizar no CNPq uma biblioteca de referências [sic] para assuntos gerais, que seria de utilidade para os diferentes setores de pesquisas. Organizar, ainda um serviço de documentação bibliográfica com microfilmes, cópias fotostáticas, de modo a permitir o acesso a coleções de revistas, que existiam em diferentes bibliotecas do País, aos pesquisadores que desejassem trabalhar sobre determinado assunto" (88).

Foi também sentida a necessidade de definição de prioridades para a concessão dos auxílios:

"Seria esta a solução: estabelecer a prioridade, em cada ramo, para uma biblioteca considerada padrão, no Brasil. É, evidentemente, impossível atendermos a todos os que mereceriam ser atendidos logo, no nosso segundo ano de trabalho, já que as dotações, nem de longe, seriam suficientes para sanar as deficiências de todas as bibliotecas que deveriam ser atendidas no Brasil". (Baptista Ferreira)(89).

Se, por um lado, havia a aceitação de que o CNPq deveria subvencionar o desenvolvimento de bibliotecas, de acordo com prioridades estabelecidas, havia por outro, a preocupação de que:

"[...] esta declaração do Conselho não deve ser interpretada, mais tarde, como implicando em obrigação do Conselho em subvencionar bibliotecas em todos os setores do conhecimento, porque [...] a função do Conselho é supletiva ao Orçamento da República" (Barbosa da Silva)(90).

Depreende-se dessa intervenção haver o entendimento de que a manutenção de bibliotecas deveria ser responsabilidade da União, através de dotações orçamentárias específicas. Nesse sentido, foi apresentada a proposição de que:

"estando em estudo o Orçamento Geral da República, para 1953, o Conselho faça sentir às autoridades a necessidade de melhor dotar de verbas destinadas à manutenção e formação das bibliotecas das instituições científicas do País" (Sylvio Torres)(91).

A proposição foi encaminhada ao diretor-geral do DASP, que coordenava a proposta orçamentária federal, no sentido de serem previstas dotações orçamentárias adequadas às bibliotecas científicas das instituições de ensino e pesquisa mantidas pelo Governo Federal. Argumentava o CNPq que as instituições de pesquisas enfrentavam grandes dificuldades para formar, manter ou ampliar suas bibliotecas e, embora o Conselho tivesse, entre os seus planos de ação, o de conceder auxílios destinados à formação de uma rede de bibliotecas científicas e o desenvolvimento dos serviços de bibliografia e intercâmbio de documentação científica, os recursos seriam insuficientes se não fossem previstas verbas adequadas para as necessidades básicas de cada instituição(92).

A idéia, porém, da necessidade de um programa que orientasse a atuação do CNPq com relação às bibliotecas voltou a ser reforçada:

"[...] O Conselho deveria estudar as situações das bibliotecas do País, localizar exatamente quais são os setores de especialidades em que o Conselho está interessado, no momento, para o desenvolvimento dos seus trabalhos e fazer um planejamento de socorro das principais bibliotecas do País, nesses setores de es

pecialidade em que o Conselho pretende inicialmente atuar" (Otto Bier) (93).

Na discussão da proposta orçamentária do CNPq para ano de 1953, ficou decidido que os recursos seriam destinados à apoiar determinadas bibliotecas científicas consideradas como representativas em diferentes ramos do conhecimento e à organização de um serviço de intercâmbio bibliográfico, articulado pelo setor de Documentação do CNPq, que pudesse tornar essas bibliotecas acessíveis a todos os pesquisadores do País mediante o fornecimento de cópias de documentos através de microfilmes ou processos fotostáticos (94).

A atuação inicial do CNPq foi pautada em grande parte na experiência de órgãos internacionais (95). De fato, durante os dois primeiros anos de existência do órgão, diversos membros do Conselho Deliberativo visitaram países estrangeiros com a finalidade de efetuar observações e buscar colaboração de cientistas e técnicos para os trabalhos do CNPq (96). O próprio presidente do Conselho, almirante Álvaro Alberto, esteve por duas vezes em missão nos Estados Unidos (97). Numa dessas ocasiões, o almirante Álvaro Alberto manteve contato com um especialista americano em informação científica para que viesse prestar assistência na implantação de um serviço no Brasil. O contato foi relatado na sessão do Conselho Deliberativo de 9 de julho de 1952:

"Quando me encontrava em New York, [...] tive conhecimento da existência de um senhor Johson [sic], que é uma preciosidade em assunto de informação científica [...]"

Ele é o chefe do serviço informativo da comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos da América [...] Este cavalheiro foi convidado, por mim para vir ao Brasil, fazer alguma coisa aqui, nesse sentido. No momento, ele disse que era inteiramente impossível [...] Depois que cheguei aqui [...] recebi uma carta dele em que dizia que dentro de algum tempo poderia passar aqui uns quinze dias para treinar o pessoal nacional nesse serviço especializado". (Álvaro Alberto) (98).

Não foram encontradas referências sobre a vinda desse especialista. O fato, entretanto, denota que havia interesse na organização, por parte do CNPq, de um serviço especializado de informação científica baseado em experiências estrangeiras. Demonstra, também, certo desconhecimento das atividades que já vinham sendo realizadas no País.

Um outro ponto, já objeto de interesse do CNPq, foi a organização de catálogos coletivos. Esse trabalho seria desenvolvido pela Biblioteca do Conselho que, conforme sugestão apresentada sob sua organização em reunião do Conselho Deliberativo, deveria ser "substancialmente constituída por um grande fichário de referência das obras existentes nas principais bibliotecas do País e dos artigos publicados nas revistas especializadas de maior renome" (99). Nessa sugestão, encontramos nada menos do que a idéia básica dos catálogos coletivos de livros e periódicos.

Prosseguindo nessa direção, o Conselho, tomando conhecimento de que a Universidade de São Paulo dispunha de um catá

logo coletivo das principais bibliotecas técnico-científicas do País, encaminhou ofício à Universidade manifestando o interesse em obter uma cópia do catálogo em questão, visto pretender, também, organizar algo semelhante (100).

Assim, desde a sua criação, começam a se definir no CNPq diretrizes para sua ação no campo da bibliografia e da documentação, como uma das suas atividades principais, que podem ser resumidas nos seguintes pontos básicos:

- a) criação de uma rede constituída de bibliotecas representativas por área do conhecimento;
- b) elaboração de um plano geral para o desenvolvimento de bibliotecas científicas;
- c) organização de um catálogo coletivo;
- d) organização de um serviço para fornecimento de cópias de artigos científicos em nível nacional;
- e) organização de uma biblioteca referencial no CNPq.

- 5 "Os serviços então atribuídos pelo legislador à Biblioteca Nacional são exatamente os mesmos que, atualmente, são da competência de qualquer centro bibliográfico moderno". Sambaquy, Lydia de Queiroz. Catálogo Coletivo de Periódicos. I.B.B.D. Boletim Informativo, Rio de Janeiro, 2(1-2):25, jan./abr., 1956.
- 6 FONSECA, Edson Nery da. Origem, evolução e estado atual dos serviços de documentação no Brasil. Revista do Serviço Público, Brasília, 108(1):40, jan./abr. 1973.
- 7 Sobre as gestões de Ramiz Galvão e Manuel Cícero ver :
FONSECA, Edson Nery da. A biblioteconomia brasileira no contexto mundial. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Brasília, INL, 1979. p. 25-32.
Sobre a de Ramiz Galvão ver: FONSECA, Edson Nery da. Ramiz Galvão, bibliotecário e bibliógrafo. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1963. 48 p.
Sobre a de Borba de Moraes ver: MORAES, Rubens Borba de. Relatório do diretor da Biblioteca Nacional ao Ministro da Educação e Saúde, relativo ao exercício de 1946. Revista de Biblioteconomia de Brasília, 2(2):203-31, jul./dez. 1974. Excelente relato da situação em que se achava a Biblioteca Nacional no final da década de 1940.
- 8 SEIXAS, Ary. A Biblioteca Nacional e seus problemas. Revista do Serviço Público, 3(1):82-6, jul. 1952.

- 9 Idem, Ibidem
- 10 Idem, ibidem
- 11 O pedido de auxílio da Biblioteca Nacional foi debatido na 99ª sessão do Conselho Deliberativo, em 9 de julho de 1952.
- 12 CNPq. Anais da 99ª sessão do Conselho Deliberativo, 9 de julho de 1952.
- 13 Idem, ibidem.
- 14 Idem, ibidem.
- 15 Idem, ibidem.
- 16 Idem, ibidem.
- 17 Idem, ibidem.
- 18 Ofício de Álvaro Alberto a Eugênio Gomes, 6 de agosto de 1952. Arquivo do CNPq.
- 19 CUNHA, Maria Luiza Monteiro da & LUTHOLD, Rosmarie. Catálogos coletivos, São Paulo, USP, 1958, p. 11.
- 20 Idem, p. 15

- 21 Idem, p. 19
- 22 SAMBAQUY, Lydia de Queiroz, op. cit. p. 28.
- 23 VIANA, Arízio de. DASP, instituição a serviço do Brasil. Rio de Janeiro, 1953, p. 10.
- 24 Os artigos sobre documentação publicados na Revista do Serviço Público, no período de 1944 a 1961, foram reunidos em uma coletânea intitulada Diretrizes da Documentação, com o objetivo "de contribuir para a formulação de uma doutrina brasileira de documentação".
DASP. Diretrizes da Documentação. 1964. 356 p.
- 25 OTLET, Paul. Documentos e documentação. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947. 31 p. (Brasil. Departamento Administrativo do Serviço Público. Serviço de Documentação. Publicação avulsa n. 254).
- 26 LOPES, Luiz Simões. Documentação administrativa. Revista do Serviço Público, 3(3):5, set. 1943.
- 27 MARTINS, Myriam Gusmão de. Entrevista.
- 28 DASP. Biblioteca moderna. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942. n. p.

- 29 BARBOSA, Alice Príncipe. Novos rumos da catalogação. Rio de Janeiro, BNG/Brasilart, 1978. p. 84.
- 30 FGV. Relatório de 1947. p. 47. Arquivo da FGV.
- 31 CNPq. Anais da 99ª sessão do Conselho Deliberativo, 9 de julho de 1952.
- 32 SCHWARTZMAN, Simon. Formação da comunidade científica no Brasil. Rio de Janeiro, FINEP; São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979. p. 288.
- 33 Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Ciência e cultura, 1(1-2):1, jan./abr. 1949.
- 34 APELO em favor das bibliotecas científicas do Estado. Ciência e Cultura, 1(1-2):43, jan./abr. 1949.
- 35 Idem, ibidem.
- 36 FONSECA, Maria José Lessa da. Bibliografia brasileira especializada. In: Resumos das comunicações à III reunião anual da SBPC. Ciência e Cultura, 3(4):300-1, dez. 1951.
- 37 Ata da reunião do Conselho e Diretoria da SBPC, realizada em 6 de novembro de 1951. s.n.t. p. 4a.
- 38 SCHWARTZMAN, Simon. op. cit. p. 289.

- 39 RIBEIRO, J. Costa. A Física no Brasil In: AZEVEDO, Fernando, ed. As ciências no Brasil. São Paulo, Melhoramentos. s.d. v.1, p. 177-8.
- 40 CBPF. Relatório de 1949. s.n.t. p. 1. Arquivo do CBPF.
- 41 Idem, p. 15
- 42 CBPF. Plano de trabalho e orçamento para 1950. s.n.t. p. 31-2. Arquivo do CBPF
- 43 BRASIL, Leis, etc. Decreto-lei nº 6 693, de 14 de julho de 1944.
- 44 FGV. Vinte anos de atividades (1944/1964). Rio de Janeiro, FGV, 1966. p. 16.
- 45 FGV. Estatutos e legislação pertinente. Rio de Janeiro, 1960. p.9.
- 46 FGV. Vinte anos de atividades (1944/1964). Rio de Janeiro, FGV, 1966. p. 151.
- 47 Otto Maria Carpeaux foi o organizador da biblioteca e primeiro bibliotecário da FGV.
- 48 Entre os resumidores estavam Américo Barbosa de Oliveira, Annibal Vilhanova Villela, Arízio de Viana, Isaac Kerstenetzky e Julian Magalhães Chacel.

- 49 BIBLIOGRAFIA ECONÔMICO-SOCIAL. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1950-1954. Mensal.
- 50 FGV. Relatório de 1947. Rio de Janeiro, 1948. p. 32. Arquivo da FGV.
- 51 FGV. Relatório de 1948. Rio de Janeiro, 1949. p. 47-8. Arquivo da FGV.
- 52 FGV. Relatório e balanços do exercício de 1951. Rio de Janeiro, 1952. p. 42. Arquivo da FGV.
- 53 FGV. Relatório de 1947. Rio de Janeiro, 1948 p. 32. Arquivo da FGV.
- 54 FGV. Relatório e balanços do exercício de 1950. Rio de Janeiro, 1951. p. 54. Arquivo da FGV
- 55 FGV. Relatório e balanços do exercício de 1953. Rio de Janeiro, 1954. p. 61. Arquivo da FGV.
- 56 A Academia Brasileira de Ciências foi fundada em 1916, com a denominação de Sociedade Brasileira de Ciências, por iniciativa de um grupo de professores da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Em 1922, transformou-se em Academia.
- 57 PRIMEIRA referência à criação de um Conselho Nacional de Pesquisas Experimentais. In: CNPq. Relatório de suas atividades no período de 16 de abril a 31 de dezembro de 1951, apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Repú-

63 Em 1953 foi criada a Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos ligada ao Ministério das Relações Exteriores, que absorveu as atividades do CNPq relacionadas com a energia atômica. Posteriormente, as atribuições dessa Comissão passaram para a Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA), criada em 1956, posteriormente Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

64 BRASIL. Leis, etc. Lei nº 1 310, de 15 de janeiro de 1951.

O Conselho Deliberativo do CNPq era composto, em dezembro de 1951, dos seguintes membros: Alvaro Alberto da Mota e Silva, presidente; Armando Dubois Ferreira, vice-presidente; Álvaro Ozório de Almeida; Edmundo Pena Barbosa da Silva, representante do Ministério das Relações Exteriores; José Batista Pereira; Otto Guilherme Bier; Luís Cintra do Prado; J. Costa Ribeiro; Álvaro Difini; Luís de Barros Freire; Ernesto Lopes da Fonseca Costa, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; Olímpio Oliveira Ribeiro da Fonseca Filho; Zélio I. Gama; Heitor Griolo; Djalma Guimarães; César Lattes; Francisco João Maffei; Bernardino Correia de Mattos Neto; Arthur Moses, representante da Academia Brasileira de Ciências; Mário A. da Silva Pinto, representante do Ministério da Agricultura; Orlando da Fonseca Rangel Sobrinho, representante do Estado Maior das Forças Armadas; Francisco de Sá Lessa, representante do Ministério da Educação e Saúde; Ari Frederico Tôres; Sil-

vio Tôrres e Arízio de Viana, representante do Departamento Administrativo do Serviço Público.

- 65 BRASIL, Leis, etc. Decreto nº 29 433, de 4 de abril de 1951. art. 17.

Em 1951, o diretor-geral da Divisão Técnico-Administrativa foi J. Costa Ribeiro e os diretores dos setores foram: Otávio A. L. Martins, do Setor Técnico; Cândido L. da Silva Dias, de Pesquisas Matemáticas; Bernhard Gross, de Pesquisas Físicas; Orlando Rangel Sobrinho, de Pesquisas Químicas; Carlos Chagas Filho, de Pesquisas Biológicas e Djalma Guimarães, de Pesquisas Geológicas.

- 66 BRASIL. Leis, etc. Decreto nº 29 433, de 4 de abril de 1957. art. 27.

O diretor da Divisão Administrativa foi, em 1951, Ibany da Cunha Ribeiro e do Serviço de Documentação, Otacílio P. C. de Souza.

- 67 CNPq. Relatório das atividades do Conselho Nacional de Pesquisas em 1952... Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1955. p. 84.

- 68 BRASIL. Leis, etc. Decreto nº 29 433, de 4 de abril de 1951. art. 74

- 69 RIBEIRO, Ibany da Cunha. Serviço de Documentação; biblioteca - centro de documentação - organização. s.n. t. p. 9.
- 70 RIBEIRO, Ibany da Cunha & FERNANDES, Ozéa Botelho. Planejamento de uma biblioteca técnico-científica, no Conselho Nacional de Pesquisas. s.n.t. p.1
- 71 ORAÇÃO proferida pelo prof. J. Costa Ribeiro, por ocasião da posse dos membros do Conselho Deliberativo, 16 de abril de 1951, In: CNPq. Relatório de suas atividades no período de 16 de abril a 31 de dezembro de dezembro de 1951. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1953. p. 85
- 72 Idem, p. 85-6
- 73 CHAGAS FILHO, Carlos, opus. cit. p. 652
- 74 Idem, p. 651
- 75 Idem, ibidem.
- 76 BRASIL. Leis, etc. Lei nº 1 310, de 15 de janeiro de 1951.
- 77 Idem, Ibidem
- 78 BRASIL. Leis, etc. Decreto nº 29 433, de 4 de abril de 1951

- 29 BARBOSA, Alice Príncipe. Novos rumos da catalogação. Rio de Janeiro, BNG/Brasilart, 1978. p. 84.
- 30 FGV. Relatório de 1947. p. 47. Arquivo da FGV.
- 31 CNPq. Anais da 99ª sessão do Conselho Deliberativo, 9 de julho de 1952.
- 32 SCHWARTZMAN, Simon. Formação da comunidade científica no Brasil. Rio de Janeiro, FINEP; São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979. p. 288.
- 33 Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Ciência e cultura, 1(1-2):1, jan./abr. 1949.
- 34 APELO em favor das bibliotecas científicas do Estado. Ciência e Cultura, 1(1-2):43, jan./abr. 1949.
- 35 Idem, ibidem.
- 36 FONSECA, Maria José Lessa da. Bibliografia brasileira especializada. In: Resumos das comunicações à III reunião anual da SBPC. Ciência e Cultura, 3(4):300-1, dez. 1951.
- 37 Ata da reunião do Conselho e Diretoria da SBPC, realizada em 6 de novembro de 1951. s.n.t. p. 4a.
- 38 SCHWARTZMAN, Simon. op. cit. p. 289.

- 79 ESBOÇO de diretrizes gerais da política de pesquisas constantes de uma proposição apresentada pelo presidente Álvaro Alberto, na primeira reunião do Conselho Nacional de Pesquisas, em 17 de abril de 1951. In: CNPq. Relatório de suas atividades no período de 16 de abril a 31 de dezembro de 1951. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1953. p. 87-8.
- 80 As instituições beneficiadas foram: Sociedade de Matemática de São Paulo, para publicações; Sociedade Brasileira de Química, para publicações e organização de biblioteca; Escola Nacional de Engenharia, para a biblioteca e Academia Brasileira de Ciências, para publicações.
Idem, p. 47
- 81 CNPq. Relatório de suas atividades no período de 16 de abril a 31 de dezembro de 1951... Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1953.
- 82 Ofício de J. Costa Ribeiro, presidente em exercício do CNPq a Lourival Fontes, Secretário da Presidência da República, 23 de janeiro de 1952. Arquivo do CNPq.
- 83 CNPq. Relatório das atividades do Conselho Nacional de pesquisas em 1952... Rio de Janeiro, Jornal do Comercio, 1955, p. 74.

84 As bibliotecas que receberam auxílio foram as do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Instituto Oswaldo Cruz, do Instituto de Química Industrial, da Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul, da Faculdade de Medicina da Universidade de Pernambuco, e do Instituto de Matemática Pura e Aplicada entre outras.

Idem, ibidem.

85 Ofício de Álvaro Alberto a Jorge de Andrade Maia, 15 de janeiro de 1953. Arquivo do CNPq.

86 CNPq. Anais da 60ª sessão do Conselho Deliberativo, 28 de janeiro de 1952.

87 Idem, ibidem.

88 Idem, ibidem.

89 Idem, ibidem.

90 Idem, ibidem.

91 Idem, ibidem.

92 Ofício de Armando Dubois Ferreira a Arízio de Viana, 14 de março de 1952. Arquivo do CNPq.

93 CNPq.

5 A institucionalização das atividades de bibliografia e documentação no Brasil

5.1 A origem da proposta para criação de um centro bibliográfico no Brasil

As negociações para a criação de um centro bibliográfico no Brasil envolveram, num primeiro momento, as seguintes instituições: Unesco, CBPF e FGV.

Na Unesco, Paulo Carneiro, delegado brasileiro junto à essa organização(1), conhecedor do interesse em se oferecer apoio a um Estado-membro para a criação de um centro bibliográfico nacional, empenhou-se em trazer a atividade para o Brasil.

O próprio Paulo Carneiro confirmou esse seu esforço em depoimento prestado ao Conselho Deliberativo do CNPq, em março de 1956:

"No momento atual, a Unesco concentra seus esforços na recomendação de criação de centros nacionais de bibliografia e documentação [...]. Dentro desse plano, eu me preocupei em obter, do Brasil, a criação de um Centro de Bibliografia e Documentação, logo que possível"(2).

César Lattes, então primeiro diretor-científico do CBPF, em visita à Unesco, no intuito de obter auxílio para o centro recém-organizado, tomou conhecimento do assunto conforme relatou na reunião do Conselho Deliberativo do CNPq, em 28 de janeiro de 1952.

"[...] há cerca de um ano entrei em contato, com o diretor do CBPF, com a Unesco. Desejávamos coleções de periódicos e o nosso orçamento não permitia despesas dessa ordem. A Unesco se propunha a organizar, no Brasil, um centro bibliográfico como já havia organizado no México, Índia e Paris, e estava disposta a colaborar com o CBPF e outras instituições de ensino e pesquisa. [...] Por esse plano, as despesas de pessoal administrativo, instalações e administração correriam parte pelo Governo e a Unesco poria à disposição do Brasil, desde o início, a quantia de US\$ 200 000,00 para equipamentos e filmes"(3).

Considerando que o fato narrado é localizado por César Lattes em cerca de um ano antes da data em que ocorreu a sessão do Conselho Deliberativo, esse teria sido, provavelmente, o primeiro entendimento com a Unesco sobre a possibilidade de criação de um centro bibliográfico com o apoio dessa instituição, mantido por uma autoridade brasileira, além de Paulo Carneiro.

A Fundação Getúlio Vargas, porém, aparece desde logo como a instituição que poderia vir a organizar o centro, que, conforme se verificou, já desenvolvia atividades de relevância no campo da bibliografia e da documentação em ciências sociais. O contato com a Fundação para que viesse assumir o projeto, foi mantido durante uma visita de Paulo Carneiro a Luiz Simões Lopes, presidente da entidade, realizada em 1950 (4).

Em uma pasta intitulada "Documentação relativa à criação do IBBD", existente no Centro de Informação em Ciência da Informação (CCI), do IBICT, consta um documento relativo a um "Centro de Bibliografia Científica". Trata-se de uma folha tamanho ofício, com o timbre da Fundação Getúlio Vargas, datilografada e sem data. Nesse documento, lê-se que "conforme entendimentos iniciados com os srs. Paulo B. Carneiro e César Lattes em 12/50 e Adiseshian em II/51 [sic], a Fundação criava, em cooperação com a Unesco, um Centro Brasileiro de Documentação Científica" (5).

Conforme esses entendimentos preliminares, as responsabilidades do centro seriam:

- a) "promover a coordenação da documentação periódica na área a seu alcance (D. Federal, S. Paulo e adjacências);
- b) manter um serviço de informação sobre a existência de periódicos nas bibliotecas dos centros de estudos científicos do Distrito Federal, São Paulo e adjacências;
- c) manter, tanto quanto possível, em dia e completas as coleções de periódicos dos tais centros;

d) fornecer, ou providenciar o fornecimento em original ou em microfilme, de documentação periódica que lhe for solicitada pelos pesquisadores;

e) catalogar, analiticamente, as revistas científicas brasileira providenciando o preparo de resumos, através de especialistas dos órgãos de estudos específicos;

f) traduzir os artigos escritos em língua estrangeira, conforme as requisições que forem feitas;

g) [colaborar com o] Centro Latino-Americano de Documentação Científica (México), para o qual enviaria o material catalogado e resumido" (6).

Menciona-se que a Unesco assumiria os seguintes compromissos: auxílio de US\$ 2.500,00 para aquisição de equipamentos e complementação de coleções de periódicos, assistência técnica na organização do serviço e auxílio à manutenção na forma de pessoal (7).

Tendo em vista as datas dos entendimentos mencionadas no citado documento, esse seria, possivelmente, o primeiro esboço de idéias sobre a criação do centro bibliográfico.

A Unesco, porém, tinha definido as características que o centro bibliográfico deveria possuir na qualidade de projeto piloto. Como tal, o centro deveria demonstrar a importância dos serviços bibliográficos no Brasil e em outros países da América Latina e atuar como laboratório para a experimentação de métodos bibliográficos. Assim, o trabalho do centro deveria servir de exemplo para os demais países do continente. O projeto teria a duração de cinco anos e durante sua vigência a Unesco ofereceria ajuda financeira e enviaria um consultor.

Essa assistência seria decrescente até o término do período, quando o Governo deveria assumir total responsabilidade pela manutenção do projeto em caráter permanente.

Essas condições foram comunicadas pelo diretor da Divisão de Bibliotecas da Unesco, E. J. Carter, a Paulo Carneiro, em 24 de julho de 1951, com a solicitação de que o Governo Brasileiro se manifestasse o quanto antes com relação à aceitação do projeto(8).

Embora a Fundação tivesse demonstrado interesse pelo projeto, não lhe pareceu, porém, que estivesse "em condições de aceitar a responsabilidade de organizar e manter um centro latino-americano de documentação, tal como foi sugerido. Considerou-se viável, porém, que [a Fundação organizasse, e] viesse a manter, de futuro, o centro de documentação técnica"(9).

Muito embora houvesse divergência entre a Unesco e a FGV quanto aos objetivos do centro, os entendimentos prosseguiram.

Mediante empenho de Paulo Carneiro, a Unesco concedeu duas bolsas de estudos para aperfeiçoamento do pessoal da Fundação envolvido com as atividades de documentação. Foram contempladas Lydia de Queiroz Sambaquy, chefe da Biblioteca do DASP e do Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) e Jannice de Mello Monte-Mór, funcionária da FGV, a serviço do SIC(10). O programa, realizado de novembro de 1951 a setembro de 1952, consistiu em visitas e estágios em bibliotecas e

serviços de documentação dos Estados Unidos, Canadá e países europeus. Durante a estada dos bolsistas em Paris, foram realizadas discussões na Unesco entre E. J. Carter, Paulo Carneiro e Lydia Sambaquy sobre a criação do centro no Brasil, chegando-se a elaborar uma proposta de projeto e orçamento(11).

Restava, porém, ser tomada a decisão oficial quanto a escolha do país que deveria sediar o projeto piloto. A resolução 4 451 de 6ª Conferência-Geral, que autorizava a realização do projeto, não mencionava o país que deveria sediar a atividade. A Primeira Conferência Regional das Comissões Regionais, realizada em Havana em 1950, manifestou o desejo de que esse centro viesse a ser sediado em um país da América Latina. Idêntica recomendação foi formulada durante a Conferência sobre o Desenvolvimento de Bibliotecas Públicas na América Latina, realizada em São Paulo, em outubro de 1951, com referência particular ao Brasil e Uruguai, que manifestaram, na ocasião, o interesse em sediar o projeto(12).

Considerando as candidaturas apresentadas por esses dois países, a Divisão de Bibliotecas da Unesco propôs que o pedido do Uruguai fosse atendido através do Programa de Assistência Técnica, e que o Brasil sediasse o projeto piloto. Essa proposição justificava-se nos contatos preliminares que já vinham sendo mantidos com a Unesco através de Paulo Carneiro, no interesse demonstrado pela Fundação Getúlio Vargas para desenvolver o projeto e nas discussões que foram mantidas por ocasião da passagem das bolsistas da Fundação pela Unesco(13).

Dessa forma, o Conselho Executivo da Unesco, reunido em sua 29ª sessão, realizada em abril de 1952, decidiu que o centro bibliográfico piloto fosse sediado no Brasil, na Fundação Getúlio Vargas (14).

Através de um comunicado à imprensa, a Unesco anunciou a decisão do Conselho. Segundo a nota, o centro teria como objetivos dotar o Brasil de um serviço geral de bibliografia, organizar um escritório internacional de bibliografia e servir de campo de experiência para o estudo de métodos bibliográficos cujos resultados poderiam ser aplicados em outros países. O centro teria um caráter internacional, oferecendo serviços para os diversos países da América Latina. Para auxiliar na instalação do centro a Unesco enviaria, no início de 1953, um consultor que trabalharia em colaboração com a sra. Sambaquy, chefe do Catálogo Coletivo Brasileiro (15).

A proposição oficial do Brasil à Unesco, para a criação do centro bibliográfico, foi encaminhada por Paulo Carneiro, ao diretor-geral, em 4 de julho de 1952 (16). A correspondência informava que após contatos mantidos com entidades como o Conselho Nacional de Pesquisas, a Biblioteca Nacional e a Fundação Getúlio Vargas, o Governo Brasileiro manifestava seu interesse na criação de um centro bibliográfico nas áreas científica, técnica e econômica com possibilidade de ampliação das atividades a outros países da América Latina. A instituição mais indicada para sediar o centro era a Fundação Getúlio Vargas, cuja bibliotecária, Lydia Sambaquy, já havia estado na Unesco quando da discussão das primeiras idéias relativas ao centro. Argumentava, ainda, a correspondência, sobre a neces-

sidade da América Latina vir a sediar mais um centro, além do que já estava sendo organizado no México, devido à impossibilidade de se reunir, em um só ponto do continente, serviços bibliográficos. Dessa forma, solicitava-se o apoio da Unesco, através do Programa de Assistência Técnica, comprometendo-se a FGV a fazer um esforço financeiro e fornecer pessoal necessário para os serviços previstos.

A correspondência encaminhava a solicitação de ajuda do Governo Brasileiro ao Programa de Assistência Técnica das Nações Unidas para a criação do Centro(17). A solicitação apresentava como justificativa a necessidade do País contar com serviços bibliográficos adequados para apoiar o seu desenvolvimento econômico. Ressaltava as atividades que a FGV já vinha executando nesse campo e a oportunidade de ampliação através de um centro com características nacionais.

Desde o início, porém, houve dificuldades no enquadramento do pedido brasileiro no Programa de Assistência Técnica. O projeto foi considerado demasiado genérico nos seus objetivos, não apresentando relevância para o desenvolvimento econômico nacional(18). Com a finalidade de facilitar as negociações, seria necessário fazer alterações na solicitação original que fora encaminhada ao Programa de Assistência Técnica e que tinha sido baseada na minuta do projeto apresentado por Lydia Sambaquy(19).

Por outro lado, o Comitê de Assistência Técnica, em Nova Iorque, decidiu, em novembro de 1952, que não haveria recursos para novos projetos no ano seguinte(20) (21). Em consequência, a solicitação brasileira não foi aceita pelo Comitê

de Assistência Técnica, decisão esta tomada fora do controle da Unesco(22).

A solução adotada para possibilitar o envio do consultor e o início do projeto em 1953 foi a utilização dos recursos próprios da Unesco através do seu programa normal(23).

Na citada pasta "Documentação relativa à criação do IBBD", encontra-se um projeto relativo ao Centro Bibliográfico Nacional no Brasil, como parte do programa normal da Unesco. Trata-se de uma cópia, não datada, com a observação: nota provisória e pessoal. Foi, possivelmente, a primeira idéia do projeto a ser negociado com a Unesco já de acordo com a nova orientação.

O projeto teria a duração de cinco anos, iniciando-se em 1952, durante os quais a Unesco organizaria o centro como uma experiência piloto. Após esse período, o centro passaria para a responsabilidade do Governo Brasileiro.

As linhas de ação previstas no projeto eram as seguintes:

1º ano (1952) - discussão do projeto, entre representante da Unesco e autoridades brasileiras, sobre os objetivos do centro e os meios para sua organização; assinatura do acordo; indicação pela Unesco de especialistas estrangeiros (um diretor, um diretor adjunto e um técnico), aquisição de equipamentos reprográficos e coleção de obras de referência; fornecimento pelo Brasil de instalações físicas e mobiliário, recrutamento de candidatos para os postos que seriam criados e manutenção de contatos com outras instituições no País para cooperação no projeto. A Unesco e o Brasil, de comum acordo, escolheriam um candidato ao qual seria oferecida uma bolsa de

estudos com a finalidade de substituir o diretor estrangeiro por ocasião do término do projeto.

2º ano (1953) - organização da bibliografia nacional conforme resolução nº 2 da Conferência sobre o Melhoramento dos Serviços Bibliográficos no Mundo, de 1950, com ênfase em: levantamento das obras científicas publicadas; indexação dos artigos publicados em periódicos brasileiros; distribuição das fichas com os registros bibliográficos e organização de catálogo coletivo de periódicos.

3º ano (1954) - continuação dos trabalhos iniciados e implantação de uma nova etapa, apoiada pelo Programa de Assistência Técnica, com a finalidade de criar um centro de documentação semelhante ao do México, cujas principais atividades seriam: preparação e publicação de resumos analíticos de periódicos científicos e técnicos estrangeiros; instalação de um laboratório fotográfico e organização de um serviço de levantamento bibliográfico.

A proposta que foi negociada ocorreu de uma maneira completamente diversa dessas primeiras idéias.

Em novembro de 1952, foi encaminhada ao Governo Brasileiro a comunicação oficial da ajuda da Unesco (24). O auxílio consistia no envio de um especialista para exercer as funções de consultor junto à FGV durante um período de seis meses em 1953 e quatro em 1954. Os recursos destinados ao projeto, no período de 1952 a 1954, totalizavam US\$ 12 130,00 sujeito à aprovação da Conferência-Geral no que se referia aos anos de 1953 e 1954 pois não existia, ainda, nessa data, definição oficial dos recursos destinados às fases futuras do projeto (25). Sobre esse total, foram acrescentados, no valor referen

te a 1952, US\$ 1 000,00 destinados à compra de equipamentos. Posteriormente, foi acrescida uma soma equivalente com a mesma finalidade(26).

Paulo Carneiro, em nome do Governo Brasileiro, de imediato, confirmou a aceitação do auxílio da Unesco, manifestando a esperança de que a colaboração mútua pudesse resultar na instalação de um verdadeiro centro bibliográfico nacional no mesmo estilo e proporções do centro criado no México(27). Agradeceu a colaboração que nesse sentido foi colocada pela Divisão de Bibliotecas e reafirmou o desejo de contar, também, com ajuda financeira significativa por parte do Programa de Assistência Técnica para possibilitar ao Centro prestar serviços não só ao Brasil como aos países vizinhos(28).

Houve uma grande expectativa com relação à colaboração financeira que poderia ser recebida. Foi noticiado na imprensa, de acordo com declaração prestada por Paulo Carneiro à Folha Carioca do dia 11 de outubro de 1952, que se esperava uma ajuda por parte do Programa de Assistência Técnica da ordem de US\$50 000,00(29).

O envolvimento do CNPq na proposta de criação do Centro também foi provocado por Paulo Carneiro, conforme informação prestada por Costa Ribeiro, diretor-técnico do Conselho, na reunião do Conselho Deliberativo do CNPq, em janeiro de 1952:

" [...] recebemos no fim do ano passado, por intermédio do professor Paulo Carneiro, uma sugestão, justamente, relativa ao projeto de estabelecimento de um centro bibliográfico num país da América Latina"(30).

Segundo Costa Ribeiro, o auxílio que a Unesco poderia prestar seria muito oportuno e estaria de acordo com o programa do CNPq referente ao apoio a bibliotecas(31).

Assim, na sessão do Conselho Deliberativo de 31 de março de 1952, foi aprovado parecer no sentido de que o Conselho declarasse o seu interesse em acompanhar as negociações entre a Fundação Getúlio Vargas e a Unesco relativas à criação do centro bibliográfico. O CNPq, porém, procurou se isentar de um compromisso maior que envolvesse responsabilidade financeira e apoio irrestrito ou incondicional a acordo que viesse a ser feito(32).

Uma comunicação nesse sentido foi dirigida à Fundação Getúlio Vargas relatando o contato com o CNPq e manifestando grande interesse do Conselho em participar das negociações relativas à criação do centro bibliográfico, tendo em vista que constava dos seus objetivos o desenvolvimento de atividades no campo da bibliografia(33).

Por sugestão de Paulo Carneiro, o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) (34) criou uma comissão formada por representantes das instituições interessadas na criação do centro. Essa comissão, reunida em 18 de outubro de 1952, foi presidida por Jorge Oscar de Mello Flôres, vice-presidente do IBECC e membro do Conselho Diretor da FGV, tendo a participação de Mário Vianna Dias, pelo Instituto Oswaldo Cruz, Lydia de Queiroz Sambaquy, pela FGV e Octávio Martins, pelo CNPq. De agora em diante, essa comissão será mencionada como Comissão do IBECC.

A finalidade dessa Comissão foi discutir a organização

do centro e examinar questões relativas à sua forma jurídica, vinculação administrativa e financiamento.

As idéias básicas relativas à estruturação do centro foram trazidas à Comissão pela representante da FGV, Lydia Sambaguy(35).

Segundo essas idéias, o centro que se chamaria Centro Brasileiro de Bibliografia e Documentação, teria as seguintes atribuições:

- a) "publicar boletins bibliográficos técnicos-científicos;
- b) manter serviço de reprodução fotográficas;
- c) prestar serviço de referência especializado às instituições científicas, técnicas e industriais;
- d) manter um serviço de catalogação cooperativa;
- e) organizar o catálogo coletivo dos recursos bibliográficos do País;
- f) preparar bibliografias especiais, necessárias às instituições colaboradoras;
- g) compor e publicar guias gerais das fontes de pesquisa bibliográficas;
- h) cooperar internacionalmente no campo da pesquisa bibliográfica;
- i) colaborar com a Biblioteca Nacional na publicação da bibliografia brasileira;
- j) promover o empréstimo entre as bibliotecas"(36)

O CNPq, por sua vez, apresentou durante as reuniões os seus objetivos quanto às bibliotecas científicas, serviço de bibliografia e intercâmbio e o papel a ser desempenhado pelo centro bibliográfico, que foram os seguintes:

I - Bibliografia

- a) publicação regular da bibliografia científica e técnica brasileira. Em cada ramo científico haveria a publicação de índices e resumos, ou de uma combinação dos dois. A elaboração do trabalho seria descentralizada, funcionando o mencionado centro bibliográfico como elemento normativo, coordenador e divulgador.
- b) colaboração com as publicações bibliográficas internacionais, no sentido de tornar mais rápido e eficiente o registro da produção científica brasileira.

II - Bibliotecas científicas especialmente de instituições de pesquisa científica e tecnológica

- a) estudo da organização conveniente a dar em nosso meio a bibliotecas científicas e serviços auxiliares.
- b) levantamento da situação atual e das lacunas e deficiências das bibliotecas científicas em todo o País.
- c) desenvolvimento e aperfeiçoamento das bibliotecas científicas, compreendendo: aperfeiçoamento de pessoal técnico das bibliotecas, aperfeiçoamento dos cientistas e técnicos quanto aos processos de utilização de bibliotecas, aperfeiçoamento dos serviços de catalogação e uniformização da classificação e desenvolvimento e ampliação das bibliotecas, visando especialmente ao

preenchimento de lacunas nas coleções de revistas científicas e técnicas fundamentais.

III - Intercâmbio de documentação científica e técnica

a) organização e manutenção de um catálogo coletivo das bibliotecas científicas brasileiras.

b) formação de uma rede cooperativa de bibliotecas científicas de modo a haver, em cada região, uma biblioteca especializada, em cada ramo científico importante, tão completa quanto possível. Em face da impossibilidade de se ter bibliotecas auto-suficientes, "o melhor emprego dos recursos disponíveis consistirá em escolher, em cada região e em cada ramo científico, uma biblioteca que já tenha acervo importante, boa organização e espírito de colaboração, e transformá-la em biblioteca central para as necessidades da região no setor científico considerado. As demais bibliotecas de instituições dedicadas ao mesmo setor teriam apenas as coleções fundamentais necessárias aos trabalhos correntes, devendo os cientistas e técnicos recorrer, quando necessário, à biblioteca central por meio de consultas diretas ou pedidos de microfilmes ou de empréstimos de documentos entre bibliotecas".

Para atingir esse objetivo seria preciso organizar serviços de reprodução de documentos e promover a organização de um serviço de pesquisas bibliográficas.

Finalmente, seria fundamental a criação de mecanismos de propaganda, como se dizia então, com o objetivo de criar a consciência do problema da informação entre cientistas, técnicos, bibliotecários e administradores, utilizando os meios de comunicação disponíveis. Um dos objetivos dessa propaganda seria também o de "eliminar as divergências entre cientistas e bibliotecários quanto à organização dos serviços, por meio de reuniões conjuntas de estudos, mesas redondas e divulgação dos resultados obtidos" (37).

As idéias da FGV e do CNPq divergiam em diversos aspectos. A FGV propunha um órgão com uma estrutura centralizada, oferecendo serviços e executando produtos. O CNPq, ao contrário, previa uma estrutura descentralizada na qual o centro teria as funções de coordenação e normalização de uma rede de bibliotecas científicas. Havia também divergência quanto ao escopo do centro. A FGV pretendia uma cobertura mais abrangente, enquanto o CNPq restringia-se à área científica. Os pontos coincidentes se referiam à organização de catálogos coletivos e à elaboração de bibliografias especializadas. O CNPq visava objetivos mais amplos, pretendendo implantar no País uma rede de bibliotecas e serviços de documentação.

Com o objetivo de ampliar a discussão das idéias do CNPq, Octávio Martins promoveu uma reunião sobre o assunto na seção paulista do IBECC (38). O encontro, realizado em 20 de novembro de 1952, contou com a participação de representantes de 21 instituições do Estado de São Paulo. Como resultado dessa reunião, foi remetido ao CNPq um documento sobre o pro-

blema das bibliotecas e da bibliografia científica no País. O Conselho considerou o documento um importante auxílio para os trabalhos, e um estímulo e interesse dos meios científicos de São Paulo à iniciativa(39). Quanto à preocupação manifesta da sobre a possibilidade do centro tornar-se um órgão burocrático e ineficiente, o CNPq retrucou com a afirmação de que, embora existindo o perigo, havia motivos para acreditar-se que não seria seguido esse caminho(40).

Essa foi a única referência encontrada sobre uma reunião mais ampla realizada com objetivo de discutir os objetivos e finalidades do centro. Tudo leva a crer que não houve outro encontro com este fim.

Cópias do documento foram enviadas pelo CNPq aos membros da Comissão do IBECC.

Com a finalidade de discutir com as autoridades brasileiras e funcionários da FGV o início do projeto e as atividades do consultor, a Unesco enviou em missão Carlos Victor Penna, especialista em Biblioteconomia do Escritório Regional da Unesco para o Hemisfério Ocidental, em Havana. A missão deveria observar a posição brasileira com relação ao projeto, com particular atenção para a questão da definição dos recursos físicos e financeiros da contraparte brasileira e principalmente verificar o relacionamento da FGV com as outras instituições interessadas no centro, como o CNPq e a Biblioteca Nacional(41).

Victor Penna chegou ao Rio de Janeiro em 30 de outubro de 1952, encontrando a situação indefinida e descoordenada. O projeto sofria resistência por parte do Instituto Nacional do Livro, da Biblioteca Nacional e do CNPq. O fato decorria da

maneira particular como as negociações vinham sendo conduzidas pela representante da FGV, que não levava em conta a participação das referidas instituições no projeto(42).

Foram identificados dois grupos conflitantes. O primeiro representado pela FGV, que detinha a idéia original do projeto. O outro, constituído pelo CNPq com o apoio de outras instituições, como a Biblioteca Nacional e Instituto Nacional do Livro. O CNPq pretendia iniciar o centro independente da participação da FGV ou de outras instituições, inclusive a Unesco, pois considerava ser essa uma das suas atribuições legais(42).

Para discutir as diferentes posições foi realizada, em 6 de novembro de 1952, uma reunião da Comissão do IBECC com o enviado da Unesco. Compareceram, também, representantes de outras instituições, como a Biblioteca Nacional, o Instituto Nacional do Livro, o Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional e o Instituto Oswaldo Cruz. Os resultados dessa reunião foram comunicados à Unesco, através de um relatório(44).

Durante o encontro, a Biblioteca Nacional e o Instituto Nacional do Livro declararam posição de independência, uma vez que se acharam excluídas do planejamento inicial do centro, e que este pretendia assumir atividades que eram atribuições legais dos dois órgãos. Nessa situação, a Biblioteca Nacional e o Instituto Nacional do Livro negavam-se a oferecer colaboração.

Após diversas discussões, chegou-se ao concenso de que as atividades do centro deveriam ser planejadas através de uma ação coordenada das diversas entidades interessadas.

Na ocasião, foi apresentado um projeto de estatutos, aceito por todas as instituições presentes.

De acordo com esse estatuto(45), o centro seria uma sociedade civil fundada pelo IBICC, a FGV e o CNPq, com personalidade jurídica distinta das personalidades de direito público e privado das instituições fundadoras, suas finalidades seriam elaborar e divulgar as informações bibliográficas, especialmente no domínio da ciência e da tecnologia, colaborar com organizações estrangeiras e internacionais de finalidades análogas, e promover no País o desenvolvimento das bibliotecas científicas e técnicas e dos serviços de intercâmbio de informações de interesse para a ciência pura e aplicada.

Para a realização dessas finalidades o centro deveria exercer as seguintes atividades:

a) contribuir para a publicação regular da bibliografia científica e técnica brasileira mediante a elaboração de boletins e a cooperação com a Biblioteca nacional e com serviços bibliográficos nacionais, estrangeiros e internacionais;

b) manter serviços de divulgação bibliográfica e de intercâmbio de informações científicas e tecnológicas, pela distribuição de folhetos, microfilmes, microcards [sic] e outros meios de divulgação;

c) preparar bibliografias especializadas para uso de instituições científicas, tecnológicas e industriais, e cooperar com outras instituições nacionais e estrangeiras em matéria de pesquisa bibliográfica;

d) organizar e manter um catálogo coletivo dos recursos bibliográficos do País, especialmente no domínio da ciência e da tecnologia e manter um serviço de catalogação cooperativa;

e) promover a criação de uma rede cooperativa de bibliotecas científicas e técnicas para maior rendimento dos respectivos serviços e cooperar para seu aperfeiçoamento e desenvolvimento, por meio de assistência técnica e concessão de auxílios financeiros.

A orientação técnica e administrativa do centro caberia a um Conselho Diretor, composto de seis membros designados pelos presidentes das instituições fundadoras. A direção e administração seria exercida por um diretor executivo, eleito pelo Conselho Diretor, com um mandato de cinco anos, passível de renovação.

Os planos de trabalhos do centro seriam apreciados e discutidos por um Conselho Consultivo, que se reuniria anualmente para esse fim, onde estariam representadas as seguintes instituições convidadas: Biblioteca Nacional, Instituto Nacional do Livro, a antiga Universidade do Brasil, Universidade de São Paulo, Academia Brasileira de Ciências, Departamento Nacional do Serviço Público [sic], Departamento de Imprensa Nacional e Confederação Nacional da Indústria.

Nesse estatuto já se pode perceber claramente a definição do escopo do centro voltado para a área científica e tecnológica, o que vem demonstrar a influência do CNPq nas negociações.

5.2 A definição da vinculação administrativa

A questão da vinculação administrativa do centro foi um dos problemas que se configuraram desde o início das discussões.

Embora a FGV tivesse sido definida junto à Unesco como a instituição capaz de sediar o centro, não lhe pareceu que tivesse condições de implantar, por sua própria conta, o projeto, devido, sobretudo, aos encargos financeiros que uma atividade dessa natureza acarretaria. O fato é reconhecido pelo próprio Simões Lopes quando, em sessão conjunta dos Conselhos Diretor e Curador da FGV, afirmou que "a entidade não possuía meios financeiros para enfrentar tão grande realização" (46). Essa posição foi reforçada pelo depoimento de Mário Vianna Dias:

"Eu senti da parte do dr. Luiz Simões Lopes uma preferência para não ficar na Fundação desde que uma outra instituição pudesse acolher. Ele, eu creio, receava encargos financeiros, enfim, os encargos que uma instituição dessas traria e que seriam onerosos para a Fundação" (47).

Uma das alternativas consideradas no início foi a criação de uma fundação autônoma ou sociedade civil como a própria FGV. A idéia, porém, foi desestimulada por Simões Lopes que chamou a atenção para os recursos que seriam necessários ao seu funcionamento (48).

Com a finalidade de resolver essa questão, o presidente da FGV procurou o CNPq a fim de verificar se estaria disposto a participar das despesas" (49).

Como já se verificou, o CNPq demonstrou, desde o início, interesse pelo projeto, tendo, inclusive, aprovado resolução nesse sentido no Conselho Deliberativo, em março de 1952.

Durante as reuniões da Comissão do IBECC, a participação do CNPq foi destacada. A partir de então, o Conselho foi assumindo maior responsabilidade pelo financiamento do centro. Foi prometido, inicialmente, um total de Cr\$3 000 000,00, com possibilidade de atingir até Cr\$8 000 000,00. A FGV por seu lado definiu a sua contribuição em Cr\$1 000 000,00, valor bem inferior ao do CNPq. Assim, o Conselho, tendo assumido a maior responsabilidade de apoio financeiro, passou também a ter o maior controle sobre as atividades. Essa situação foi definida no final de 1952 e registrada pela missão de Victor Penna, que informou à Unesco não existir problemas de financiamento para as atividades do centro, e sim de estabelecimento de procedimentos e definição de objetivos(50).

Outro fator que determinou essa posição do CNPq foi a prerrogativa que facultava a sua lei de criação de promover, para a realização de seus objetivos, a criação de institutos subordinados(51).

5.3 As negociações entre a FGV e o CNPq

Durante o ano de 1953, ocorreu uma série de negociações entre a FGV e o CNPq em torno da formalização do centro.

A FGV definiu a sua contribuição para a formação do centro através da transferência dos três serviços já existentes na estrutura da Fundação: o serviço de Intercâmbio de Catalogação, a Bibliografia Econômico-Social e o Laboratório de Reproduções Fotográficas. Esses serviços representavam um orçamento anual de Cr\$1 000 000,00 (52).

No CNPq, o assunto foi objeto de discussões no Conselho Deliberativo. Foram levantadas questões como a oportunidade de criação do órgão, os recursos financeiros necessários e a compatibilidade da iniciativa com a linha de atuação do Conselho referente ao desenvolvimento das bibliotecas científicas.

O assunto começou a ser discutido no mês de maio, quando Simões Lopes encaminhou ao CNPq o texto de um projeto de decreto relativo à criação do Centro de Bibliografia e Documentação, resultante das discussões entre os membros da Comissão do IBECC. Segundo o projeto, o centro seria um órgão vinculado ao CNPq e criado mediante acordo entre o Conselho e a FGV. Seria administrado por um Conselho Diretor constituído de representantes das entidades fundadas e organizações colaboradoras. A presidência desse Conselho caberia ao representante

do CNPq e a vice-presidência ao representante da FGV. A dire toria executiva caberia ao representante do CNPq e a direção técnica ao representante da FGV(53). Simões Lopes manifestou, na oportunidade, o desejo de que o projeto fosse aprovado ra pidamente, uma vez que o CNPq havia declarado, anteriormente, sua concordância. Por outro lado, era necessário dar satisfa- ção à Unesco sobre o assunto(54).

Pareceu, no entanto, segundo Costa Ribeiro, que o Conse- lho não tinha condições para decidir, no momento, sobre a aprovação do projeto, pois o assunto não havia ainda sido ob- jeto de estudo. Apesar de sua posição favorável, não concorda- va que fosse limitado ao CNPq e FGV a participação nas ativi- dades de criação do centro,

"por quanto já existem em São Paulo algumas ini ciativas que estão [...] obtendo desenvolvimen- to nesse terreno. Os serviços de documentação da Universidade de São Paulo possuem um servi- ço de microfilmes, e já existem serviços de bi- bliografias e fichários coletivos também orga- nizados pelo Fundo Universitário de Pesquisas. [...] Fazer uma duplicata, quando já existe ini ciativa com bom começo, não seria justo; seria interessante a inclusão da Universidade de São Paulo no Centro de Bibliografia e Documentação" (55).

Segundo Olympio da Fonseca, o projeto não parecia necessário, pois os serviços bibliográficos deveriam ser de responsabilidade das instituições que atuavam no setor. O problema poderia ser resolvido mediante a concessão de auxílios às instituições que os solicitassem. Também achava incompreensível a não inclusão no projeto de outras instituições, como a Biblioteca Nacional, a Universidade do Brasil, a Universidade de São Paulo e o Instituto Oswaldo Cruz(56).

Foi deliberado, então, encaminhar o assunto à Divisão Técnico-Científica para estudos e parecer, sendo designado para tanto Mário Vianna Dias, assistente da Presidência do Conselho(57).

O assunto volta à pauta do Conselho Deliberativo na sessão de 27 de julho. Costa Ribeiro levou ao conhecimento do plenário o resultado de uma reunião que teve com Simões Lopes, Mello Flores, Mário Vianna Dias e Herbert Coblans, consultor da Unesco, que chegara no mês de março, sobre a criação do centro bibliográfico. Nessa reunião, foi feito um retrospecto do assunto a partir da sugestão de Paulo Carneiro sobre a criação do centro, nos moldes do que vinha sendo organizado no México, através de um auxílio substancial da Unesco. A idéia, com o interesse do IBECC e da FGV, tinha evoluído para a criação, através de decreto presidencial, de um órgão com atribuições muito amplas, que ficaria subordinado ao CNPq. Costa Ribeiro informou nessa mesma reunião que o projeto era um pouco amplo demais e envolvia uma soma considerável de recursos. Em face das atividades do Conselho, de apoio direto à pesquisa, não parecia prioritário apoiar o centro, "pois não constituía serviço substancial de pesquisa e sim elemen-

to subsidiário" (58). Face a essa situação, o Conselho não poderia dar os recursos da ordem de Cr\$10 000 000,00 que estavam sendo solicitados. Uma alternativa apresentada seria a implantação de um plano mais modesto de acordo com o parecer de Mário Vianna Dias. A alternativa foi rejeitada por Simões Lopes, declarando "que esse assunto é uma coisa por si mesma muito dispensiosa, que com menos de Cr\$10 000 000,00 não se poderia fazer nada interessante" (59).

Face ao impasse, foi solicitado o pronunciamento do Conselho Deliberativo sobre a questão, que, porém, decidiu transferir o assunto para a próxima reunião.

O Conselho Deliberativo, contudo, prosseguiu discutindo algumas questões relativas aos objetivos e atribuições do centro.

A inconveniência da execução de serviços bibliográficos por um órgão deslocado do ambiente da pesquisa e longe do contato com os pesquisadores foi levantada por Sílvio Fróes de Abreu:

"Esses trabalhos têm que ser feitos por pesquisadores diretamente ligados aos técnicos naquele ramo" (60).

Essa posição foi reforçada por Heitor Grillo, que diz:

"Um especialista sabe distinguir o que presta do que não presta. Com isso ele orienta os interessados no seu setor científico com informações precisas. O trabalho de bibliotecário é de

outra natureza. Por isso, creio que a criação de um grande centro seria uma dispersão" (61).

A solução que mais parecia adequada aos conselheiros era a criação de centros de documentação e bibliotecas nos departamentos e institutos de pesquisas, cabendo ao Conselho dar as subvenções necessárias e exercer uma função coordenadora das atividades. Como exemplo, foi citado que o DNPM, a quem o CNPq dera auxílio substancial para complementação da biblioteca, seria o ponto focal de documentação para geologia e mineralogia. A FGV poderia se incumbir das ciências econômicas e sociais, e assim o Conselho definiria os centros indispensáveis em cada área.

"Com isso reuniríamos um bom acervo bibliográfico, que traria indiscutível vantagem para a ciência brasileira" (Heitor Grillo) (62).

Considerações também foram feitas quanto às atividades que o centro poderia desenvolver.

A primeira observação referiu-se à inutilidade de tradução de resumos em língua estrangeira, como o inglês, francês e alemão, como vinha sendo feito pelo centro do México.

"Qualquer pessoa que faça pesquisa científica terá também que conhecer, no mínimo, duas dessas três línguas". (Costa Ribeiro) (63).

Uma tarefa importante seria a divulgação, em língua estrangeira, dos trabalhos científicos brasileiros. Nessa posição, vê-se o descrédito quanto à utilidade da língua portuguesa como instrumento de comunicação científica:

[...] "todos os trabalhos científicos publicados em língua portuguesa estão mortos ou enterrados. A espécie de língua que falamos é inacessível ao resto do mundo civilizado" [...] (Costa Ribeiro) (64).

Ainda com relação à produção científica brasileira, a atividade de controle bibliográfico seria de grande relevância, visando à obtenção de indicadores de desenvolvimento científico:

[...] "o fichamento de artigos e trabalhos brasileiros feitos nos vários domínios da ciência seria muito útil e seria uma espécie de termômetro das atividades técnico-científicas nacionais. Num centro de documentação brasileiro, o que interessaria essencialmente era um balanço dos nossos trabalhos" [...] (Mário Pinto) (65).

Outra importante atividade referia-se ao que hoje entende-se por acesso aos documentos primários. Na época, a cópia de documentos era efetuada principalmente por meio de microfilme. A implantação de uma rede de serviços desse tipo deveria ser uma das responsabilidades do Conselho:

"Esse serviço de documentação acho que poderia funcionar nas várias bibliotecas que já existem e que são para isso utilíssimas, esse serviço de transmissão de artigo é importantíssimo e acho que é função precípua a que o Conselho não pode fugir, pois é tão importante como a de dar aparelhagem científica" (Carlos Chagas) (66).

Entendiam os conselheiros que não é relevante apenas a divulgação do que foi publicado:

"O que interessa não é propriamente o conhecimento de que um artigo foi publicado, porém o conhecimento do próprio artigo, que só poderá ser conseguido através do próprio artigo ou da microfilmagem" (Carlos Chagas) (67).

Assim, a implantação de um serviço dessa natureza era vista como um

[...] "dos trabalhos mais importantes e mais úteis que tal Centro de Documentação poderia fazer. Esses serviços aqui estão muito no início, são muito escassos e muito esparsos. É muito difícil para um técnico no interior do País obter, no País ou no estrangeiro, microfilmes. Se existisse um serviço qualquer encarregado dessa comunicação com o estrangeiro, seria mais fácil

a um técnico brasileiro dirigir-se a essa célula brasileira do que ao estrangeiro" (Mário Pinto) (68).

A atuação do Conselho nesse campo, poderia ser orientada de acordo com as seguintes linhas:

- "a) organização de um lista dos periódicos científicos existentes nas diversas instituições;
- b) publicação de um boletim, mas somente das publicações brasileiras;
- c) serviço de microfilmagem, como os que já existem em pleno funcionamento no Instituto Oswaldo Cruz, na Universidade de São Paulo e outras, e
- d) centralização dos catálogos das bibliotecas nacionais" (Olympio Campos) (69).

A criação do centro na dependência do CNPq é defendida por Mário Vianna Dias. Segundo o seu parecer, seria um órgão com objetivos mais modestos, articulando com outras instituições como a própria FGV e Universidade de São Paulo. Dispondo de uma biblioteca de referência, uma das primeiras tarefas do centro seria o levantamento do catálogo coletivo de livros e periódicos existentes no País. De posse desse instrumento, passaria a atender aos pedidos de cópias de documentos (70).

Como se pode observar, permaneceu uma indefinição no âmbito do Conselho Deliberativo do CNPq quanto à criação do Centro, pelo menos na base do projeto apresentado pela Fundação Getúlio Vargas.

O assunto retorna na sessão de 30 de julho, quando foi apresentada uma proposta menos grandiosa, que considerava a descentralização de determinadas atividades a serem executadas por outros órgãos, mediante acordos. Foi proposto ao plenário, ao invés de discutir a proposta de estrutura do centro, aprovar a criação e votar a verba necessária, ficando para aprovação posterior o projeto de regimento.

Mais uma vez foi colocada a questão de prioridade tendo em vista outras medidas importantes que o Conselho deveria tomar para o desenvolvimento das pesquisas:

"Lembrava que não se levasse esse compromisso a tal ponto de criarmos um novo centro [...] órgão esse que vai atender uma parte fundamental nos nossos recursos, que devem ser destinados, de preferência, ao estímulo direto das pesquisas". (Mário Pinto) (71).

Uma solução seria dar um auxílio à FGV para realizar o trabalho ao invés de se criar, no momento, o centro. Porém, o trabalho desenvolvido pela Fundação não interessava ao Conselho, visto estar voltado para o campo das ciências econômicas e sociais e constava de um

[...] "programa de distribuição de fichas modelo para todas as bibliotecas do país [...] é um programa muito ambicioso, muito bonito mas muito longe da realidade Brasileira e que não in-

teressa à pesquisa científica. A documentação científica que nos interessa é a que se refere a periódicos, e não a obras" (Costa Ribeiro) (72).

O compromisso assumido com a Unesco, porém, preocupava os conselheiros. Com a finalidade de obter maiores esclarecimentos sobre a posição da Unesco, foi convocado o consultor Herbet Coblans. Na sua explanação, Coblans fez um retrospecto das negociações com a Unesco e dos entendimentos que manteve com Paulo Carneiro. Segundo foi informado, já haviam sido ultimados os entendimentos entre a FGV e o CNPq sobre a criação do centro, incluindo a definição dos recursos. Após a sua chegada ao Brasil, verificou que persistiam ainda grandes dificuldades com relação à criação do centro. Quanto à posição da Unesco, informou que a organização não pretendia impor nada nem ao Brasil nem ao Conselho. O CNPq também não deveria se sentir obrigado a cumprir um compromisso feito anteriormente, se considerava que o serviço não era necessário. (73)

A questão orçamentária ainda interferiu na discussão, principalmente devido aos outros encargos do CNPq:

"No momento em que o Conselho discute se deve ou não financiar um programa específico de pesquisas no domínio dos raios cósmicos, por exemplo, que envolve uma despesa para o próximo exercício de 400 contos, se realmente, deveria votar uma prioridade para o Centro de Bibliografia e Documentação que, incontestavelmente, é uma coisa útil, mas que na minha opinião não é uma

coisa essencial à realização da pesquisa científica" (Costa Ribeiro) (74).

O compromisso assumido pelo Conselho, porém, levou os conselheiros a decidir pela criação do centro, votando uma verba de Cr\$1 000 000,00, soma muito inferior a que foi solicitada pela FGV e prometida nas negociações preliminares.

Assim foi aprovada, por unanimidade, a seguintes proposta:

"1. Fica a presidência do Conselho autorizada a criar, nos termos do artigo 13 da lei 1 310, de 15 de janeiro de 1951, um Centro Brasileiro de Bibliografia e Documentação.

2. O Centro Brasileiro de Bibliografia e Documentação, órgão subordinado ao Conselho Nacional de Pesquisas, será uma entidade de natureza técnico-científica, destinada a prestar serviços bibliográficos e de documentação no domínio da ciência e da tecnologia; elaborar e divulgar informações bibliográficas; promover intercâmbio de documentação e de informação entre instituições nacionais e entre estas e instituições estrangeiras ou internacionais; estimular o desenvolvimento e aperfeiçoamento das bibliotecas científicas e técnicas do país; organizar documentação técnico-científica de natureza cinematográfica.

3. Para atingir seus objetivos, o Centro Brasileiro de Bibliografia e Documentação entrará em entendimento com instituições públicas e particulares e com especialistas

5.4 A consultoria prestada pela Unesco

Após a escolha do Brasil como sede do projeto piloto, a Unesco, através da sua Divisão de Bibliotecas, iniciou a recrutamento do consultor que deveria acompanhar o desenvolvimento das atividades na FGV. O perfil desejado para o cargo era o de uma pessoa possuidora de formação científica e com conhecimentos e experiência nas diversas áreas da documentação. Deveria possuir, também, personalidade dinâmica, capacidade de colocar de maneira diplomática suas observações, de promover a implantação de novas idéias e ter espírito cooperativo(80).

Foram realizadas diversas consultas, tanto a indivíduos, quanto a instituições, com a finalidade de selecionar o consultor com as qualificações desejadas(81).

O consultor selecionado foi Herbert Coblans, bibliotecário da Universidade de Natal, Durban, na África do Sul. Ao ser indicado para a missão, Coblans reunia já uma larga experiência no campo da biblioteconomia, na qual se destacava a responsabilidade por cargo como bibliotecário da própria Unesco. Ao ingressar na área de documentação, já era respeitado como um qualificado cientista, sendo possuidor de um doutorado em química(82).

Tendo em vista a não aceitação de projeto brasileiro pe-

lo Comitê do Programa de Assistência Técnica, conforme já se viu, Coblans foi contratado pelo programa normal da Unesco por um período inicial de seis meses.

De acordo com os termos de referência de seu contrato, deveria atuar, como consultor, junto ao Governo Brasileiro, na implantação, como projeto-piloto, de um centro bibliográfico nacional na FGV(83).

Na proposição oficial da consultoria, a Unesco esperava que o Governo Brasileiro tomasse as medidas necessárias para que a missão fosse bem sucedida e que o planejamento das atividades do Centro seguisse as orientações do consultor a fim de garantir as características do projeto-piloto(84).

Em resposta, o Governo declarou estar de acordo com as proposições apresentadas pela Unesco(85). A FGV, por seu lado, se dispôs a acolher o consultor e prestar-lhe a assistência necessária para o cumprimento de sua missão(86).

Durante o seu briefing na Unesco em Paris, no mês de fevereiro de 1953, Coblans recebeu a orientação de que suas atividades deveriam se voltar para o levantamento da situação brasileira no campo da bibliografia e documentação e para a iniciação da pessoa escolhida para a direção do centro(87).

Coblans chegou ao Rio de Janeiro no dia 16 de março de 1953, sendo recebido por representantes da FGV. Foi instalado no CNPq e recebeu, também, um escritório na FGV, o que o levou a dividir o seu expediente de trabalho entre as duas instituições(88).

A sua primeira atividade constou de uma série de visitas a bibliotecas, instituições e contatos com personalidades en-

volvidas com o projeto do centro(89).

Coblans procurou acompanhar todos os acontecimentos e as tratativas entre o CNPq e a FGV referentes à criação do centro.

Através de contatos freqüentes com as pessoas envolvidas diretamente com o projeto, mantinha-se informado de todas as decisões que foram tomadas no decorrer da negociações.

Conforme já foi verificado, Coblans chegou a participar da reunião do Conselho Deliberativo de julho de 1953, quando teve oportunidade de fazer um retrospecto das negociações com a Unesco que resultaram na sua vinda ao Brasil(90). Também participou das reuniões com representantes do CNPq designados para elaborar os estatutos do centro, que deveriam ser levados à consideração do Conselho Deliberativo do CNPq, contribuindo com uma série de comentários(91) (92).

O rumo dos acontecimentos, porém, determinado principalmente pela participação do CNPq, distanciou os objetivos do centro das idéias do projeto piloto, tal como foi inicialmente negociado. Esse fato provocou um grande desapontamento na Unesco e o esvaziamento da finalidade principal da consultoria(93).

No dia 11 de dezembro de 1953, Coblans teve uma entrevista com o presidente Álvaro Alberto, que retornava de viagem ao exterior. Nessa ocasião, Álvaro Alberto considerou não existir compromisso do CNPq com a Unesco, pois não havia solicitado nenhum tipo de ajuda. Por esse fato, o Conselho não se sentia obrigado a criar o centro(94). Houve na ocasião um desentendimento entre os dois, provocando, a partir de então,

o deterioramento do relacionamento entre ambos(95).

O agravamento dessa situação ocorreu quando Coblans tomou conhecimento do convite formulado por Álvaro Alberto ao diretor do Centre National de la Recherche Scientifique, da França, para vir ao Brasil prestar consultoria a fim de implantar serviços de documentação científica no CNPq(96).

Tendo ficado à margem do processo de criação do centro, o próprio Coblans questionou junto às autoridades da Unesco a sua permanência no Brasil(97). A Unesco, porém, considerou que, apesar do objetivo principal da sua missão estar sendo prejudicado, as outras atividades que estava desempenhando eram de importância para o desenvolvimento dos diferentes aspectos da bibliografia e da biblioteconomia no Brasil(98).

A partir de setembro de 1953, foram iniciadas negociações com vistas à representação do projeto brasileiro ao Comitê do Programa de Assistência Técnica para execução em 1954. O representante residente do Comitê no Brasil, Henri Laurentie, manteve uma série de contatos nesse sentido com autoridades do CNPq e da FGV e da própria Unesco. O projeto, porém, para ser aceito pelo Comitê, deveria restringir suas atividades à área de ciência e tecnologia. Assim, com o conhecimento das autoridades brasileiras, foi submetido em outubro de 1953 ao Comitê do Programa da Assistência Técnica o Projeto 145-53, denominado "Scientific & Technical Documentation Centre (SDC)". O projeto objetivava o desenvolvimento de atividades especializadas de bibliografia e documentação na área científica e técnica durante um ano e previa a alocação de recursos apenas para o pagamento de um consultor. Por esse novo projeto, o centro se chamaria Centro de Documentação Científica e Técnica(99). Coblans foi consultado sobre o seu interesse em

prosseguir a consultoria dentro do novo enfoque. Considerando a decepção das autoridades brasileiras ocorrida quando da não aceitação do pedido anterior, em 1952, Coblans apresentou a alternativa de que fosse negociado um projeto significativo para o ano de 1955 no qual fossem incluídos dois consultores e um soma substancial para a aquisição de equipamentos. A aprovação desse projeto estaria condicionada ao efetivo funcionamento do centro até o final de 1954(100).

Essa sugestão, porém, não foi adotada e o projeto foi aprovado na sua forma inicial, com a contratação de Coblans através do Programa de Assistência Técnica.

Na oportunidade, a FGV reagiu com relação à limitação do escopo do centro e à inexistência de recursos para outras finalidades, além do pagamento do consultor(101).

Logo após iniciar suas atividades no âmbito do Programa de Assistência Técnica, Coblans foi comunicado da interrupção da missão. Naquela ocasião, o IBBB acabara de ser criado como um órgão do CNPq, que "não estava disposto a aceitar a orientação de uma organização internacional como a Unesco"(102).

Na reunião do Conselho Deliberativo do CNPq, ocorrida em março de 1954, Álvaro Alberto esclareceu que o CNPq não havia firmado qualquer compromisso com relação à permanência de Coblans, como também não tinha assumido responsabilidade pela metade das despesas relativas à sua manutenção(103). Dessa forma, foi enfático em insentar o compromisso do CNPq:

"Se houve algum convite, do qual não tenho conhecimento, nem tinha que tomar, por parte da Fundação Getúlio Vargas, para que a Unesco

mandasse alguém para aqui a fim de prestar colaboração, é assunto que não interessa ao Conselho" (104).

De acordo com o segundo objetivo de sua missão relacionado com o levantamento da situação brasileira no campo da bibliografia e documentação, Coblans desenvolveu uma intensa atividade. Manteve contatos com bibliotecários, cientistas, educadores e autoridades universitárias, e prestou consultorias individuais a instituições sobre diferentes atividades na área de biblioteconomia. As ações mais destacadas foram:

- . assistência ao trabalho realizado na Universidade de São Paulo relativo à elaboração do Catálogo Coletivo de Periódicos;

- . realização de uma série de conferências na Biblioteca Nacional sobre bibliografia e documentação, que resultou na edição do livro Introdução ao Estudo de Documentação, editado pelo DASP, reunindo as palestras proferidas (105).

- . assistência técnica à Biblioteca Pública da Bahia com relação à microfilmagem de jornais antigos;

- . apresentação de sugestões sobre o currículo de biblioteconomia em nível universitário que estava sendo preparado pela Escola de Biblioteconomia da Bahia para encaminhamento ao Ministério da Educação;

- . realização de estudos sobre a situação da catalogação de livros na Biblioteca Nacional;

- . assistência à organização da Biblioteca do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e à elaboração da Bibliografia Brasileira de Educação;

. assistência no planejamento do Índice Tecnológico, da Escola Politécnica da Universidade da Bahia, e da bibliografia de tuberculose, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Investigação de Tuberculose;

Atendendo recomendação específica da Unesco, Coblans criou, com o apoio do IBECC, a Comissão Nacional da Bibliografia, que teve como presidente o prof. Lourenço Filho e como secretária - geral a bibliotecária Irene Dória(106). Foram, também, realizados contatos para a criação do Comitê Nacional de Documentação em Ciências Naturais, que não chegou a ser concretizado.

Essa atividade foi muito estimulante para Coblans, que a ela se referiu da seguinte forma:

"Fortunately for my sanity I have been able to find many other groups to get on with the work and in that way I feel that Unesco has not wasted its money here. This work with people whom I have stimulated, whom I can trust and who in most cases are the very salt of the Brazilian earth is very satisfying and well worthwhile. But it is all unofficial as it were in relation to the CBBB"(107).

Durante o período da consultoria, Coblans teve oportunidade de viajar a alguns Estados, tendo visitado São Paulo, Bahia e Pernambuco. Por ocasião da sua ida a Recife, no mês de setembro de 1953, encontrou-se com Edson Nery da Fonseca que foi por ele entrevistado com a finalidade de sua possível indicação para a direção do Centro.

As providências para a realização desse encontro teriam

partido de Costa Ribeiro, diretor científico do CNPq. No seu retorno ao Rio, Coblans encaminhou carta ao presidente Álvaro Alberto relatando a sua impressão sobre o entrevistado e anexando o seu curriculum vitae(108). Semelhante comunicação foi enviada a Costa Ribeiro(109).

Com relação à indicação da pessoa que deveria vir assumir a direção do centro, já havia um candidato em vista desde o início das negociações. Durante o primeiro encontro que Coblans manteve com Mello Flôres, logo após a sua chegada ao País, em março de 1953, foi informado que Lydia Sambaquy era a pessoa mais capacitada para vir a dirigir o centro(110). A indicação de Lydia Sambaquy foi um dos pontos negociados entre Simões Lopes e Álvaro Alberto durante a fase final do processo de criação do centro(111).

Coblans teve uma grande preocupação em documentar suas atividades, a ponto de enviar sua primeira carta à Unesco cinco dias após a sua chegada. A missão foi relatada em seis relatórios preliminares elaborados a cada dois meses, concluindo com o relatório final da atividade(112). Os relatórios foram acompanhados por cartas pessoais, principalmente dirigidas a E.J. Carter, nas quais detalhava a descrição dos fatos e acrescentava comentários adicionais, segundo seu ponto de vista, sobre a situação, o comportamento das pessoas e das instituições. A sua atividade no País também foi documentada por meio de uma série de correspondência com autoridades, bibliotecários, cientistas e livreiros.

A análise da correspondência pessoal demonstra um grande interesse seu em trabalhar no Brasil, ao mesmo tempo em

que revela desapontamento, decepções e frustrações com relação ao rumo dos acontecimentos.

O relatório final da consultoria contém a sua conclusão sobre o trabalho realizado, que justifica a sua transcrição, tendo em vista a interpretação pessoal que dá aos fatos:

"Although it is clearly unwise to generalize about a country so vast and complex administratively as Brazil, I shall hazard some comment based on my own experience of 16 months and my observation of TA and other international projects. In the first place there are the aspects in which the mission failed to achieve its aim.

The concept of the Centre as a pilot project for Latin America soon showed itself to be an entirely visionary hope. In Brazil there is surprisingly little bibliographical interest in the rest of Latin America. Partly due to the slowness of communications there is little enough knowledge in one State of Brazil of what is happening in another. (The practical difficulties of enforcing legal deposit makes comprehensive national bibliography a somewhat vain hope). For specific jobs like a pilot project or a clearly defined bibliographical undertaking, it would be wiser for Unesco to send its own independent team working on a precise agreement with the Government as to the local clerical staff and accommodation to be provided. In terms of national and international bibliography it is a serious deficiency, that there is so little cooperation in Latin America. This is typical a field for Unesco help. Perhaps the area could be divided into 4 or 5 working regions each treated as a unit. Brazil must certainly be considered as one such region. Some of the co-ordination

and the bibliographical work can be undertaken in agreement with the Organisation of American States.

A second failure is that, with the creation of the IBBD in its present form, the all round character originally hoped for does not exist. Since it is mainly financed and controlled by the CNPq its emphasis is naturally on science and technology. In its present structure it has no formal links with the 2 bodies with statutory responsibility for national bibliography, the Biblioteca Nacional and the Instituto Nacional do Livro. Fortunately during the last few years these bodies have greatly improved their work in national bibliography. However, the IBBD can play a significant national role in producing subject bibliographies in its fields and co-ordinating the work in other subjects, in maintaining (and publishing where possible) union catalogues for periodicals and books, in centralising microfilm work for the Federal capital and acting as a microfilm clearing house for foreign acquisitions for the whole country. The co-operation of the IBBD with the Comissão Nacional de Bibliografia, which is a body much more representative of Brazil as a whole, could ensure many of the advantages hoped for in the originally planned National Bibliographical Centre.

Lastly the CNPq decision (after the creation of the IBBD) not to take advantage of the Unesco-TA offer is partly a reflection of the disappointment at the smallness of the Unesco contribution in relation to the anticipation. This type of misunderstanding, confusing hopes expressed in 1952 with promises is an ever present difficulty in Unesco work.

This suggests that perhaps the functions of an Unesco expert in this field should be more limited. It is clearly difficult for a foreign consultant to stir local groups to action in a setting where administrative procedures are so fundamentally different. At best, and there is undoubtedly, some value in it a consultant can make an independent survey, act as a peripatetic adviser and judge the extent of professional and official support for a specific project. The situation in Brazil in the library field is not like that in some under-developed areas. Broadly speaking there are enough highly trained and competent Brazilian librarians, who can undertake surveys and organise the services needed. Unfortunately there is not enough co-operation and co-ordination to enable them to carry out their plans on a national scale.

However, there is one field in which foreign aid can have an important stimulative effect - the education and training of librarians and documentalists. There is a widespread realisation in Brazil that standards must be raised. It is hoped to achieve this partly by closer association with university faculties. I would like to make the following suggestions. Visiting lecturers, who are specialists in a group of related subjects, could be sent to give the same 3 months course at 3 or 4 of the important library schools. Subsequently in the light of an understanding of Brazilian needs these lectures could provide the basis of textbooks in the Portuguese language for general use on library schools. Ultimately what is needed is a model library school in the form of a pilot project starting with a fair number of foreign lecturers, gradually giving place to local staff" (113).

Uma análise, porém, das atividades que o IBBD veio a realizar revela que o Instituto acabou desenvolvendo muitas das idéias que foram imaginadas por Coblans.

Para a Unesco, a atividade que Coblans exerceu no Brasil foi de grande importância. Esta impressão pode ser observada no trecho transcrito abaixo da sua biografia escrita por E. J. Carter, para o Journal of Documentation:

"His time of decision had come: in that same year he let me know that he would be free to come to Unesco. We had a place, tailor-made it would seem for him, as consultant for a year to the Brazilian Government on their documentation services. In 1953 he came to Paris for "briefing" and left almost at once for Rio. He did a first class job despite endless frustrations caused by government changes, but for him and all his family the time in Brazil was an enlivening and liberating experience. Douglas Foskett, Librarian of the University of London, who was closely associated with Coblans throughout his European career, has commented that in this Brazilian mission Coblans played the major role in the first organization of what was to become a highly efficient national system for documentation in the whole of the country's science and technology, with the formation of the Brazilian Institute for Bi-

bliography and Documentation. This Coblans-inspired Institute not only carried out documentation itself but also helped to train librarians and scientists in the techniques of information work" (114).

Entre os brasileiros, Coblans também deixou boa impressão. Segundo Edson Nery da Fonseca, "a presença de Coblans no Brasil foi altamente estimulante. Ele viajou por todo o País fazendo contatos com bibliotecários e pesquisadores, inventando recursos e ouvindo sugestões. O curso que ele deu na Biblioteca Nacional foi um sucesso [...] Foi o primeiro curso sobre documentação promovido no Brasil com abordagem de problemas da informação científica, em vez das fastidiosas dissertações sobre bibliotecas, arquivos e museus que caracterizavam cursos anteriores com a mesma denominação" (115).

Durante o I Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, realizado no Recife, em julho de 1954, foi aprovado um voto de louvor e agradecimento a Coblans pelo "valioso trabalho que realizou no Brasil, especialmente quanto à sua contribuição ao desenvolvimento da bibliografia no País" (116).

5.5 A formalização da proposta e a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD)

As discussões ocorridas no Conselho Deliberativo do CNPq, que resultaram na aprovação da Resolução autorizando a criação do centro, não foram acompanhados por Álvaro Alberto. O presidente encontrava-se em viagem à Europa, onde permaneceu por um período de seis meses. No seu retorno, no início do mês de agosto, não reconheceu a Resolução aprovada pelo Conselho Deliberativo (117). Considerou, também, não existir compromisso do CNPq com a Unesco relativo à criação do centro sob a responsabilidade do Conselho em 1953 (118).

Dessa forma, a discussão sobre o regimento do centro não entrou na pauta das reuniões do Conselho Deliberativo no mês de setembro, como estava previsto.

As negociações foram retomadas no final de outubro, quando Simões Lopes também retornava de uma viagem à Europa. Nessa ocasião, Simões Lopes teve oportunidade de discutir o assunto com Paulo Carneiro, em Paris, que se dispôs a contactar Álvaro Alberto no sentido de viabilizar o centro (119).

O desenrolar das negociações foi assim observado pelo consultor da Unesco:

"The whole structure is individualistic patriarchal and semi-feudal. The President of the CNPq, Alberto promises Simões Lopes (FGV) 8 million cruzeiros. A few months later he leaves the country for 6 months. His Executive Board hears about this scheme and wants to

throw the whole thing out altogether. By great effort we manage to get agreement on a resolution granting 1 million cruzeiros. Lopes refuses to accept this decision. The President returns and in the mean time Lopes goes off for 2 months to Istamboul. For fear of displeasing Lopes (who is a very close friend of Getúlio Vargas) the President now refuses to act and implement the resolution passed by his own Board. Lopes may be back in weeks time and he may see the President in 3 weeks time (they are all very busy as the patriarchal structure leads to the necessity for personal attention to the most trivial office details). And so we dangle on ! " (120).

Dos contatos mantidos entre Álvaro Alberto e Simões Lopes resultou a idéia da criação do centro através de decreto presidencial, cujo projeto seria submetido, mediante exposição de motivos conjunta, à Presidência da República. A minuta do decreto que foi elaborada não diferiu substancialmente da que tinha sido encaminhada pela FGV ao CNPq, no mês de maio. De acordo com essa nova proposta, o centro passaria a ter a denominação de Instituto.

A assinatura da exposição de motivos por Álvaro Alberto ocorreu durante a sessão solene do Conselho Deliberativo comemorativa do 3º aniversário de criação do CNPq, no dia 15 de janeiro de 1954. O fato foi anunciado por Álvaro Alberto como de grande repercussão para a formação dos pesquisadores e a ampliação dos meios de pesquisa do País. (121). Também, res-

saltou, na ocasião, a participação da FGV, representada na pessoa de Lydia Sambaquy, como principal responsável pela elaboração da exposição de motivos e do projeto de decreto:

"O Conselho Nacional de Pesquisas, dando um exemplo a outras instituições brasileiras, uniu-se à Fundação Getúlio Vargas, cujos serviços todos nós tão bem conhecemos e que durante muitos anos exerceu várias das funções de um Conselho Nacional de Pesquisas. Essa instituição está lindamente representada, nesta nossa reunião, pela sra. Lydia Sambaquy, principal elaboradora de um projeto de decreto que dentro em pouco farei entrega ao Sr. Presidente da República, em audiência marcada por S. Excia. para o dr. Luíz Simões Lopes e para mim próprio. Vamos entregar ao Sr. Presidente da República uma exposição de motivos, brilhantemente elaborada pela sra. Lydia Sambaquy, e que desejo assinar perante todos vós, à mesa do Conselho.

Por esse projeto de decreto, fica criado o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, que será organizado e mantido, conjuntamente, pelo Conselho Nacional de Pesquisas e pela Fundação Getúlio Vargas. Esse órgão será destinado à difusão e formação científica e, especialmente destinado aos pesquisadores o que lhe dá o caráter específico de ser matéria de nossa alçada. É com profundo desvanecimento que me congratulo com as eminentes personalidades aqui presentes" (122).

Os documentos foram entregues por Álvaro Alberto e Si-

mões Lopes ao Presidente Getúlio Vargas, em audiência conjunta, ocorrida naquele mesmo dia.

A exposição de motivos argumentava a necessidade da existência de serviços de documentação bibliográfica para apoiar as atividades da indústria, das universidades, dos centros de investigação científica do País. A manutenção desses serviços, através de um centro, havia sido levantada pela Unesco e contou com o apoio e interesse de diversas instituições. Assim, através da conjugação de esforços entre a FGV e o CNPq estava sendo proposta a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) para atender a essas necessidades. O novo órgão não acarretaria, porém, maiores ônus para a Unesco, pois seria mantido com recursos das instituições proponentes(123).

O projeto de decreto foi encaminhado para o exame do DASP. Nessa ocasião, foi feita uma série de considerações sobre a forma jurídica e administrativa da entidade, seu grau de autonomia e vinculação com os órgãos promotores de sua criação. Não foi recomendada a forma autárquica, visto depender o encaminhamento do projeto ao Congresso Nacional. Foram apresentadas três soluções(124):

- a) criação através de ato interno da Fundação Getúlio Vargas, como um de seus órgãos, à semelhança do que já fez e vem fazendo com outras atividades, ora a cargo do Instituto Brasileiro de Administração, do Instituto Brasileiro de Economia, do Instituto de Orientação e Seleção Profissional, do Instituto Brasileiro de Direito Público e Ciência Política;

- b) criação por decreto, pelo Poder Executivo, subordinando-o ao Conselho Nacional de Pesquisas, do qual passa a ser uma unidade de trabalho dotada de certa autonomia, caracterizada por orçamento próprio, anexado ao orçamento do Conselho;
- c) criação por decreto, pelo Poder Executivo, integrando-o no Conselho Nacional de Pesquisas, do qual passa a ser uma unidade de trabalho como as demais previstas no Regulamento baixado pelo Decreto nº 29 433, de 4 de abril de 1951.

Foi recomendada a terceira alternativa. Entendeu também o DASP que o novo órgão deveria manter contato permanente com as unidades da administração pública federal atuantes na área da documentação, para poder cumprir de forma adequada as suas necessidades. Sugeriu-se que o órgão viesse a dispor de um Conselho Diretor, de cunho deliberativo, do qual deviam fazer parte representantes dos serviços de documentação da área federal, como o INL, a Biblioteca Nacional e o próprio DASP.

A criação do IBBD foi efetivada através do Decreto nº 35 124, de 27 de fevereiro de 1954. As características mais relevantes deste Decreto são as seguintes(125):

- a) vinculação ao CNPq como um dos seus institutos subordinados, tornando a FGV posição secundária;
- b) definição de suas finalidades no que diz respeito a:
 - . promover a criação e o desenvolvimento de serviços especializados de bibliografia e documentação;
 - . estimular o intercâmbio entre bibliotecas e centros de documentação, no âmbito nacional e internacional,

- . incentivar e coordenar o melhor aproveitamento dos recursos bibliográficos e documentários do País, tendo em vista, em particular, sua utilização na informação científica e tecnológica destinada aos pesquisadores.
- c) execução do programa de atividades do Instituto de acordo com os objetivos e interesses do CNPq, do DASP e da FGV, principalmente no que concerne à:
- . publicação de boletins bibliográficos;
 - . prestação de serviços de referência especializados;
 - . manutenção de um serviço de catalogação cooperativa;
 - . organização de um catálogo coletivo dos recursos bibliográficos do País;
 - . preparação de bibliografias especiais;
 - . publicação de guias gerais das fontes de pesquisas bibliográficas;
 - . cooperação no campo da pesquisa, do intercâmbio bibliográfico e da documentação com as entidades especializadas do País e do exterior;
 - . manutenção de um serviço de foto-reprodução, e ao
 - . desenvolvimento de cursos de formação e aperfeiçoamento em biblioteconomia e documentação.
- d) constituição de um Conselho Diretor para administrar as atividades do Instituto, no qual estariam representados o CNPq, a FGV, o DASP e outras entidades que viessem a colaborar com a manutenção do Instituto. Os membros do Conselho seriam designados pelo CNPq que,

também, designaria o seu presidente e o vice-presidente;

- e) garantia das prerrogativas e vantagens conferidas ao CNPq nos termos da sua lei de criação e decreto de regulamentação.

Também pelo decreto da criação, o DASP foi introduzido como uma das entidades mantenedoras, no mesmo nível da FGV, o que não estava previsto inicialmente.

No dia 23 de março, mediante portaria de designação da presidência do CNPq, foram empossados Lydia de Queiroz Sambaquy e Mário Vianna Dias, na qualidade de presidente e vice-presidente, respectivamente, do Conselho Diretor do IBBD(126).

A escolha de Lydia Sambaquy para a presidência foi resultado de um processo natural, iniciado desde que a proposta de criação do centro foi colocada. Lydia Sambaquy foi a autora das idéias básicas que constituíram o Instituto, tendo participado, ativamente, de todas as etapas das negociações, em nível elevado da estrutura administrativa.

Os demais componentes do Conselho Diretor foram empossados no dia 5 de abril o qual ficou assim constituído(127):

- a) representantes do CNPq:

Joaquim da Costa Ribeiro

Mário Vianna Dias (vice-presidente)

Octacílio Pinto Cordeiro de Souza

- b) representantes da FGV:

Rafael da Silva Xavier

Jorge Oscar de Mello Flôres

Benedicto Silva

c) representantes do DASP:

Lydia de Queiroz Sambaquy (presidente)

José Maria dos Santos Araújo Cavalcanti

A primeira atividade do Conselho Diretor foi a elaboração do regimento relativo à organização e funcionamento do IBBD, a ser submetido à aprovação do Presidente da República, através de Decreto.

O presidente do CNPq designou uma comissão para elaborar o anteprojeto dos estatutos que trabalhou tendo por base uma proposta elaborada por Costa Ribeiro e Mário Vianna Dias. Essa comissão foi composta das pessoas já mencionadas e de Octacílio Pinto Cordeiro de Souza, pelo CNPq e Rafael Xavier, Lydia de Queiroz Sambaquy e Tacílio da Silva Leal, como representante da FGV. O anteprojeto também recebeu o parecer de Araújo Cavalcanti, diretor de Orçamento e Organização do DASP.

Durante os trabalho de elaboração do regimento, esteve presente o prof. J. Wyart, diretor do Serviço de Documentação do Centre Nationale de la Recherche Scientifique (CNRS), da França. A sua presença foi resultante da visita realizada por Álvaro Alberto ao CNRS, por ocasião de sua última estada na Europa, quando teve oportunidade de conhecer o serviço de documentação mantido pelo Centro(128). Considerou Álvaro Alberto que o serviço organizado no CNRS era o mais conveniente para ser implantado no Brasil(129). Foi então convidado o prof. Dupouy, diretor do CNRS, para assessorar o CNPq na organização de um serviço semelhante(130). O prof. Dupouy, impossibilitado de vir, indicou o prof. J. Wyart.

A estada do prof. Wyart restringiu-se a uma semana por

considerar ser sua presença desnecessária em face aos trabalhos estarem seguindo um caminho adequado(131). Sua contribuição significativa foi a sugestão da criação, entre os serviços do IBBD, de uma coleção centralizada de periódicos científicos, como a existente no CNRS(132).

O projeto de regimento foi encaminhado, através de exposição de motivos, à Presidência da República, no dia 12 de abril de 1954(133). A aprovação foi efetivada através do Decreto nº 35 430, de 29 de abril de 1954(134).

O regimento explicitava a finalidade e atividades do IBBD. Quanto à suas finalidades o Instituto deveria:

- a) elaborar e divulgar informações bibliográficas;
- b) promover intercâmbio de documentação e de informações entre instituições nacionais e entre estas e instituições estrangeiras ou internacionais, e
- c) estimular o desenvolvimento e aperfeiçoamento das bibliotecas científicas e técnicas do País.

O regimento definia também que o principal escopo do IBBD seria constituído no provimento de informação científica e tecnológica.

As atividades que o Instituto exerceu foram as seguintes:

- a) elaborar e publicar boletins bibliográficos referentes a livros, revistas e outras publicações científicas e técnicas e colaborar com instituições nacionais e estrangeiras, no sentido de tornar mais rápido e eficiente o registro da produção cultural, científica e tecnológica brasileira;

- b) manter serviços de difusão e de intercâmbio de documentação e de informações científicas, técnicas e culturais, preparar bibliografias especializadas para uso de instituições

científicas e industriais, e cooperar com instituições nacionais e estrangeiras, em matéria de pesquisa bibliográfica;

c) organizar e manter um catálogo coletivo das principais bibliotecas brasileiras; promover a criação de uma rede cooperativa dessas bibliotecas para maior rendimento dos respectivos serviços e incentivar seu desenvolvimento e aperfeiçoamento por meio de assistência técnica e concessão de auxílios financeiros;

d) manter um serviço de catalogação cooperativa com bibliotecas e outras instituições;

e) manter serviços de tradução, de reprodução e de impressão de documentos de interesse para suas finalidades;

f) organizar documentação científica e tecnológica de natureza cinematográfica;

g) gerir o fundo especial para bibliografia e documentação.

Com relação à execução dos serviços de bibliografia e documentação, o Instituto deveria entrar em entendimentos com instituições públicas ou particulares e com especialistas de diversos ramos do conhecimento para a execução desses serviços mediante acordos cooperativos.

A organização do Instituto foi determinada pelo artigo 4º do regimento e tinha a seguinte composição:

Conselho Diretor

Direção Executiva

Serviço de Informações Técnico-Científicas

Serviço de Bibliografia

Catálogo Coletivo

Serviço de Intercâmbio de Catalogação

Bibliotecas

Serviço de Publicações

Laboratório de Reprodução Fotográficas

Serviço de Administração

O Conselho Diretor era constituído por representantes do CNPq, da FGV e do DASP. Dele poderiam participar outras instituições que viessem a contribuir para a manutenção do Instituto.

A Direção Executiva era exercida pelo presidente e vice-presidente do Conselho Diretor, ambos designados pela presidência do CNPq.

O Serviço de Informações Tecnológicas e Científicas tinha as atribuições de prover aos pesquisadores documentação científica ou tecnológica; promover o intercâmbio de informações entre as instituições de pesquisas nacionais e estrangeiras; divulgar no País e no exterior a produção científica brasileira; realizar traduções a pedido, e prestar assistência técnica a bibliotecas e centros de documentação, promovendo cursos para treinamento de pessoal especializado. Esse serviço era constituído das seções de Informações e Intercâmbio, de Assistência Técnica e de Pesquisas Bibliográficas e Traduções.

O Serviço de Bibliografia tinha por atribuições compilar a bibliografia corrente técnico-científica brasileira, elaborar bibliografias de interesse das instituições mantenedoras e compilar, a pedido, bibliografias sob temas específicos. Fora dividido em duas seções: Ciências Físicas e Naturais e Ciências Naturais.

O Catálogo Coletivo tinha sob sua responsabilidade a composição de um repertório bibliográfico, incluindo os acervos das principais bibliotecas brasileiras e a localização de pe-

riódicos ou livros para atender a interessados, e tinha as seguintes seções: Revisão, Impressão e Venda e Distribuição.

A Biblioteca tinha o objetivo de reunir um acervo de livros, periódicos e, sobretudo, de revistas científicas e técnicas especializadas que não existiam em outras bibliotecas do País, coletar documentos técnico-científicos inéditos e servir como centro para empréstimo entre bibliotecas, no âmbito nacional e internacional. A Biblioteca era formada das seções de Preparação, de Referência e de Empréstimo.

Cabia ao Serviço de Publicações a divulgação, promoção da impressão de fichas do Serviço de Intercâmbio de Catalogação, dos boletins e bibliografias elaboradas pelo Serviço de Bibliografia e demais publicações do Instituto.

O Laboratório de Reproduções Fotográficas tinha a atribuição de providenciar a reprodução de documentos, através de processos fotomecânicos.

Ao Serviço de Administração competia prestar os serviços de administração geral do Instituto.

Os recursos financeiros para a manutenção das atividades do Instituto eram provenientes de subvenções semestrais antecipadas do CNPq e FGV ou de outras entidades colaboradoras; de auxílios ou subvenções provenientes de dotações orçamentárias atribuídas pela União, Estados ou Municípios e renda de serviços prestados ou de outras atividades renumeradas. Estava previsto que os recursos não utilizados durante o exercício financeiro passariam a constituir um Fundo Especial para Bibliografia e Documentação, gerido pelo Instituto.

As atividades que o IBBD passou a desenvolver estão bem representadas na introdução do relatório do Instituto de 1954:

"Devido à dispersão e ao desamparo do trabalho intelectual em nosso País, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação reúne as funções próprias dos centros de documentação especializados e ainda aquelas peculiares aos centros bibliográficos gerais, a fim de não somente tornar mais fácil o trabalho das instituições científicas, técnicas e industriais, mas ainda colaborar no desenvolvimento dos trabalhos biblioteconômicos e bibliográficos de interesse básico para o desenvolvimento da pesquisa científica e da educação de nível superior, no Brasil.

Cabe, pois, ao I.B.B.D. incentivar o desenvolvimento dos trabalhos bibliográficos em execução nas diferentes instituições especializadas, e, quando solicitado, participar diretamente desses trabalhos, auxiliando e colaborando ativamente, sempre evitando qualquer duplicação de serviço. Cumpre-lhe, ainda, inventariar as disponibilidades de novos acervos bibliográficos e envidar os melhores esforços no sentido de uní-los através da mais perfeita cooperação, a fim de que cada estudioso venha a ter permanentemente a sua serviço o total das coleções bibliográficas existentes no País" (135).

Essa orientação marcou a ação do Instituto durante os vinte e dois anos de sua existência, quando foi extinto através da Revolução Executiva nº 20, de 25 de março de 1976, da Presidência do CNPq (136). Essa resolução criava o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) como desenvolvimento natural do IBBD, assumindo todos os seus direitos e obrigações.

Notas e referências

- 1 Paulo Carneiro foi o primeiro delegado brasileiro junto à Unesco, tendo participado da comissão preparatória da organização, em 1946. Sua atuação foi muito destacada tendo assumido diversos cargos no período em que esteve na Unesco. Ver nota biográfica no Anexo II.
- 2 CNPq. Anais da 314ª sessão do Conselho Deliberativo. 22 de março de 1956.
- 3 CNPq. Anais da 60ª sessão do Conselho Deliberativo. 28 de janeiro de 1952.
4. MONTE-MQR, Jannice & Sambaquy, Lidia. Entrevista conjunta em 1986.
- 5 DOCUMENTAÇÃO relativa à criação do IBBD. s.n.t. O sr. Malcolm S. Adsheshian era na época o diretor do Departamento de Assistência Técnica da Unesco. Na ocasião a FGV estava negociando o apoio do Programa de Assistência Técnica para a criação da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP).
- 6 Idem, Ibidem.
- 7 Idem, ibidem.

- 8 Memorando de E. J. Carter, diretor da Divisão de Bibliotecas da Unesco, a Paulo Carneiro, delegado do Brasil junto à Unesco. 24 de julho de 1952. Arquivo da Unesco, parte I, doc. 14.
- 9 FGV. Relatório e balanços do exercício de 1951. Rio de Janeiro, 1952. p. 42. Arquivo da FGV.
- 10 Idem, Ibidem
- 11 Memorando de E. J. Carter a Jean Thomas, diretor do Departamento de Atividades Culturais da Unesco. 4 de janeiro de 1952. Arquivo da Unesco, parte I, doc. 20.
- 12 UNESCO. Development of public libraries in Latin America; the São Paulo conference. Paris, 1972 p.
- 13 Memorando de E. J. Carter a Jean Thomas. 4 de janeiro de 1952. Arquivo da Unesco, parte I doc. 20.
- 14 RESOLUTIONS et décisions adoptées. Conseil Exécutif. Vingt-neuvième session. Paris, 13 mars-7 avril 1952. Unesco Bulletin Officiel, 4(3):115, mar./mai., 1952.
- 15 INFORMATION Unesco. Communiqué de presse nº 666. 15 de avril de 1952. Création d'un Centre de Bibliographie au Brésil. Arquivo da Unesco, parte I, doc. 27.

- 16 Carta de Paulo Carneiro, Delegado do Brasil junto à Unesco, a J. Torres Bodet, diretor geral da Unesco. 4 de julho de 1952. Arquivo da Unesco, parte I , doc. 47.
- 17 Idem, ibidem.
- 18 Memorando de E. J. Carter, a Paulo Carneiro. 24 de julho de 1951. Arquivo da Unesco, parte I , doc. 14.
- 19 Carta de E. J. Carter a Paulo Carneiro. 21 de maio de 1952. Arquivo da Unesco, parte I , doc. 28.
- 20 COBLANS, Herbert. Pilot project - bibliographical Centre, Brazil. Preliminary reports nº 1. p. 1. Arquivo da Unesco, parte I, doc. 376.
- 21 Carta de E. J. Carter, a J. O. de Mello Flores, Diretor da FGV. 14 de janeiro de 1953. Arquivo da Unesco, parte I , doc. 172.
- 22 Carta de Herbert Coblans a Lydia Sambaquy. 4 de setembro de 1953. Arquivo da Unesco, parte II, doc. 300.
- 23 Carta de E. J. Carter a Paulo Carneiro. 19 de setembro de 1952. Arquivo da Unesco, parte I , doc. 73.
- 24 Carta de J. Torres Bodet a Paulo Carneiro. 21 de novembro de 1952. Arquivo da Unesco, parte I , doc. 103 e 104.

- 25 Idem, ibidem.
- 26 Carta de W. Taylor, diretor-geral, em exercício da Unesco, a Paulo Carneiro. 16 de dezembro de 1952. Arquivo da Unesco, parte I , doc. 127.
- 27 Carta de Paulo Carneiro ao diretor-geral da Unesco. 27 de novembro de 1952. Arquivo da Unesco, parte I , doc. 110.
- 28 Idem, ibidem.
- 29 Mr. Penna's mission to Rio de Janeiro. Arquivo da Unesco, parte I , doc. 137.
- 30 CNPq. Anais da 60ª sessão do Conselho Deliberativo. 28 de janeiro de 1952.
- 31 Idem, ibidem.
- 32 CNPq. Anais da 76ª sessão do Conselho Deliberativo. 31 de março de 1952.
- 33 Ofício de Armando Dubois Ferreira, presidente em exercício do CNPq, a Luiz Simões Lopes, presidente da FGV. 4 de março de 1952. Arquivo do CNPq.

- 34 O IBECC é o órgão de enlace entre o governo brasileiro e a Unesco. Sua criação foi estabelecida pelo Decreto-lei nº 9 355, de 13 de junho de 1946, em atendimento ao artigo 7º da Convenção que criou a Unesco, da qual o Brasil foi signatário.
- 35 MONTE-MÓR, Jannice & SAMBAQUY, Lídia. Entrevista conjunta em 1986.
- 36 A notícia sobre a criação da Comissão do IBECC e as finalidades do centro foi publicada na seção intitulada Novidades biblioteconômicas - setembro a dezembro de 1952, no boletim A Biblioteca, publicado pela Biblioteca do DASP. A Biblioteca; publicação da Biblioteca do DASP. 1:17-8, jan./abr. 1953.
- 37 CNPq. Relatório das atividades do Conselho Nacional de Pesquisas em 1952. Rio de Janeiro, Jornal do Commercio, 1955. p. 74-7.
- 38 COBLANS, Herbet. Pilot project-Bibliographical Centre, Brazil. Preliminary reports. nº 1. p. 1. Arquivo da Unesco, parte I, doc. 376.
- 39 Carta de Octávio Martins, diretor técnico do CNPq, a Paulo Mendes da Rocha, da seção paulista do IBECC. 12 de janeiro de 1953. Arquivo do CNPq.

- 40 Idem, ibidem.
A preocupação foi manifestada por Paulo Emílio Vanzolini,
professor da USP.
- 41 Carta de E. J. Carter a Carlos Victor Penna. 17 de outu-
bro de 1952. Arquivo da Unesco, parte I, doc. 83.
- 42 Carta de Carlos Victor Penna a E. J. Carter. 4 de novem-
bro de 1952. Arquivo da Unesco, parte I, doc. 93.
- 43 Mr. Penna's mission to Rio de Janeiro. Arquivo da Unesco,
parte I, doc. 199.
- 44 Idem, ibidem.
- 45 Anteprojeto dos estatutos do Centro Brasileiro de Bi-
bliografia e Documentação (CBBDD). Arquivo da Unesco,
parte I, doc. 149.
- 46 FGV. Ata da sessão conjunta dos Conselhos Diretor e Cura-
dor da FGV. 17 de setembro de 1954. Arquivo da FGV.
- 47 DIAS, Mário Vianna. Entrevista em 1986.
- 48 MONTE-MÓR, Jannice & SAMBAQUY, Lydia. Entrevista conjunta
em 1986.

- 49 FGV, opus cit.
- 50 Mr. Penna's mission to Rio de Janeiro. Arquivo da Unesco, parte I , doc. 199.
- 51 MONTE-MÓR, Jannice & SAMBAQUY, Lydia. Entrevista conjunta em 1986.
- 52 COBLANS, Hebert. Pilot project-Bibliographical Centre, Brazil. Preliminary reports nº 1. Arquivo da Unesco, Parte I, doc. 376.
- 53 _____ . _____ . Apêndice I.
- 54 CNPq. Anais da 156ª sessão do Conselho Deliberativo, 28 de maio de 1953.
- 55 Idem, ibidem.
- 56 Idem, ibidem.

Nessa sessão, Olympio da Fonseca informou que, em 1922, tentou organizar um centro bibliográfico, no Rio de Janeiro, com a colaboração de um técnico estrangeiro, mas não obteve o apoio necessário:

"Propus o contrato de um bibliotecário americano, para vir ao Brasil tratar desse assunto, mas foi impossível levar avante esse programa, pois o Ministério se propunha a pagar Cr\$ 800,00 ao técnico".

57 Idem, ibidem.

58 CNPq. Anais da 161ª sessão do Conselho Deliberativo, 27 de julho de 1953.

59 Idem, ibidem.

60 Idem, ibidem.

61 Idem, ibidem.

62 Idem, ibidem.

63 Idem, ibidem.

64 Idem, ibidem.

65 Idem, ibidem.

66 Idem, ibidem.

67 Idem, ibidem.

68 Idem, ibidem.

69 Idem, ibidem.

- 71 CNPq. Anais da 164ª sessão do Conselho Deliberativo. 30 de julho de 1953.
- 72 Idem, ibidem.
- 73 Idem, ibidem.
- 74 Idem, ibidem.
- 75 CNPq. Ata da 164ª sessão do Conselho Deliberativo. 30 de julho de 1953.
- 76 COBLANS, Herbert. Pilot project - Bibliographical Centre Brazil. Preliminary reports nº 3. Arquivo da Unesco, parte I, doc. 388.
- 77 COBLANS, Herbert. opus cit. Apêndice.
- 78 COBLANS, Herbert. opus cit.
- 79 Dias, Mária Vianna. Entrevista em 1986.
- 80 Carta de Edward Carter, chefe da Divisão de Bibliotecas da Unesco, a Leslie Wilson, diretor da Aslib. 11 de junho de 1952. Arquivo da Unesco, parte I, doc. 35.
- 81 Foram contactados Barbara Kyle, do Royal Institute of International Affairs, de Londres, K. C. Harrison, diretor da Escola de Biblioteconomia de Manchester, Inglaterra, Wilfred J. Plumbe e Zeferino Ferreira Paulo,

- de Portugal. As instituições contactadas para a indicação de candidatos foram a Library Association, de Londres, e a Association of Special Libraries and Information Bureaux, também de Londres.
- 82 Carta de Edward Carter a Paulo Carneiro. 19 de setembro de 1952. Arquivo da Unesco, parte I, doc. 73.
- 83 Carta de Edward Carter a Herbert Coblans. 16 de dezembro de 1952. Arquivo da Unesco, parte I, doc. 129.
Anexo a este documento encontra-se a cópia do contrato de Coblans com a Unesco, doc. 130-2.
- 84 Carta de J. Torres Bodet a Paulo Carneiro. 21 de novembro de 1950. Arquivo da Unesco, parte I, doc. 103.
- 85 Carta de Paulo Carneiro ao diretor-geral da Unesco, 27 de novembro de 1952. Arquivo da Unesco, parte I, doc. 110
- 86 Idem, ibidem.
- 87 COBLANS, Herbert. National Bibliographical Centre in Brazil; final report. s.n.t. p.6. Arquivo da Unesco, parte IV, doc.157,

- 88 COBLANS, Herbert. Pilot Project - Bibliographical Centre, Brasil; preliminary reports. Nº 1. Arquivo da Unesco, parte I, doc. 376.
- 89 COBLANS, Herbert. Opus cit.
O programa foi organizado por Lydia Sambaquy e incluiu visita e contatos com as seguintes instituições: FGV, INL, CBDF, Cursos de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, SIC, Bibliotecas do DASP, do Ministério da Fazenda, do Ministério da Educação e Saúde, da antiga Universidade do Brasil, da Faculdade de Medicina, e do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura. O programa foi encerrado com a reunião da Comissão IBECC, no dia 27 de março de 1953, que contou com a participação de Coblans.
- 90 CNPq. Anais da 164ª sessão do Conselho Deliberativo. 30 de julho de 1953.
- 91 COBLANS, Herbet. Pilot project-Bibliographical Centre - Brazil. Preliminary reports. Nº 3. Arquivo da Unesco, parte I, doc. 388.
- 92 Carta de Herbert Coblans a Mário Vianna Dias. 26 de setembro de 1953. Arquivo da Unesco, parte II, doc. 246 agosto de 1953.

- 93 Memorando de Jean Thomas, diretor do Departamento de Atividades Culturais a Luther H. Evans, diretor-geral da Unesco. 16 de outubro de 1953. Arquivo da Unesco, parte II , doc. 421.
- 94 COBLANS, Herbert. National Bibliographical Centre in Brazil. Final report. p. 4. Arquivo da Unesco, part IV, doc. 157.
- 95 DIAS, Mário Vianna. Entrevista em 1986.
- 96 Carta de Herbert Coblans a E. J. Carter. 16 de outubro de 1953. Arquivo da Unesco, parte II , doc. 423.
- 97 Carta de Herbert Coblans a E. J. Center. 17 de dezembro de 1953. Arquivo da Unesco, parte III.
- 98 Memorando de Jean Thomas a Luther Evans. 16 de outubro de 1953. Arquivo da Unesco, parte II , doc. 421.
- 99 BRAZIL. Project submission for the executive chairman and TAB - 1954. Arquivo da Unesco, parte III , doc. 71.
- 100 COBLANS, Herbert. Opus cit. p. 4.
- 101 Carta de Herbert Coblans a Edward Carter. 17 de dezembro de 1953. Arquivo da Unesco, parte II, doc. 138.

- 102 COBLANS, Herbert. Opus cit. p. 5.
- 103 CNPq. Anais da 201ª sessão do Conselho Deliberativo. 26 de março de 1954.
- 104 Idem, ibidem.
- 105 COBLANS, Herbert. Introdução ao estudo de documentação. Trad. por Maria Antonieta Requião Piedade. Rio de Janeiro, DASP, 1957. 149 p. (Ensaio de Administração, 8)
- 106 Esta Comissão foi criada em atendimento à recomendação da Conferência sobre o Melhoramento dos Serviços Bibliográficos no Mundo, realizada pela Unesco em 1950. como o órgão de enlace do Brasil com o Comitê Consultivo Internacional de Bibliografia da Unesco. Um dos objetivos da missão de Coblans referia-se a criação deste Comitê que, segundo o seu pensamento devia estar integrada às atividades do centro bibliográfico. Na impossibilidade de ocorrer dessa forma, o Comitê foi criado junto ao IBECC. Uma das atividades desta Comissão era a elaboração do relatório sobre a situação bibliográfica do País, para inclusão na publicação da Unesco: Les services bibliographiques dans le monde. O primeiro relatório foi elaborado por Coblans por solicitação de L. N. Malclès e incluído na segunda publicação do relatório da Unesco. Brésil. In: MALCÈS, L. -N. Les services bibliographiques dans le monde.

- Unesco, 1955. p. 159-63.
- 107 Carta de Herbert Coblans a Edward Carter. 12 de outubro de 1953. Arquivo da Unesco, parte II, doc. 409.
- 108 Carta de Herbert Coblans a Álvaro Alberto. 6 de outubro de 1953. Arquivo da Unesco, partII , doc. 383.
- 109 Carta de Herbert Coblans a Costa Ribeiro. 6 de outubro de 1953. Arquivo da Unesco, parte II, doc. 384.
- 110 Carta a Herbert Coblans a Edward Carter. 22 de março de 1953. Arquivo da Unesco, parte I, doc.
- 111 Carta de Herbert Coblans a Edward Carter. 18 de janeiro de 1954. Arquivo da Unesco, parte II, doc. 151.
- 112 COBLANS, Herbert. Pilot project - Bibliographical Centre. Brazil. Preliminary reports. Nº 1. for period 16th. March to 15th. May. 1953. 4 f. Appendices. Arquivo da Unesco, parte I, doc. 376.
_____ . _____ . Preliminary reports. Nº 2. for period 16th. May to 17th. July, 1953. 3 f. Arquivo da Unesco, parte I, doc. 385.
_____ . _____ . Preliminary reports. Nº 3. for period 17th May to 14th Sept. 1953. 3 f. Apendices. Arquivo da Unesco, parte I, doc. 388.
_____ . _____ . Preliminary reports. Nº 4. for period 15th Sept. to 15th. Oct. 1953. 3 f. Arquivo da Unesco, parte II, doc. 331.

- _____. _____. Preliminary reports. Nº 5.
period 16th Oct. to 31st. Dec. 3 f. Arquivo da
Unesco, parte III, doc. 187.
- _____. _____. Preliminary reports. Nº 6.
Period 1st Jan. to 15th March. 3 f. Arquivo da Unesco,
parte III, doc. 352.
- _____. National Bibliographical Centre in Brasil; fi-
nal report 14 f. Arquivo da Unesco, parte IV, doc. 157.
- 113 COBLANS, Herbert. Opus cit.
- 114 CARTER, Edward. Herbert Coblans: a biography. Journal of
Documentation, 34(4):261, Dec. 1978.
- 115 FONSECA, Edson Nery. A biblioteconomia brasileira no
contexto mundial. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro;
Brasília, INL, 1979. p. 41-2.
- 116 CONGRESSO Brasileiro de Biblioteconomia, 1. Recife, 18
a 25 de julho de 1954. Ata da sessão extraordinária do
Primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia. Tema
7, recomendação 7.
- 117 COBLANS, Herbert. National Bibliographical Centre in
Brazil; final report. s.n.t. p.4. Arquivo da Unesco,
parte IV, doc. 157.

- 118 COBLANS, Herbert. Pilot project - Bibliographical Centre - Brazil; preliminary reports. nº 5. p. 1. Arquivo da Unesco.
- 119 Carta de Jean Thomas a Herbert Coblans. 29 de outubro de 1953. Arquivo da Unesco, parte II, doc. 473.
- 120 Carta de Herbert Coblans a Edward Carter. 12 de outubro de 1953. Arquivo da Unesco, parte II, doc. 409.
- 121 CNPq. Anais da 189ª sessão do Conselho Deliberativo do CNPq. 15 de janeiro de 1954.
- 122 Idem, ibidem.
- 123 CNPq. Exposição de Motivos nº 2, de 15 de janeiro de 1954. Criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. Arquivo do CNPq.
- 124 DASP. Exposição de Motivos nº 317, de 23 de fevereiro de 1954. Arquivo da FGV.
- 125 BRASIL. Leis, etc. Decreto nº 35 124, de 27 de fevereiro de 1954. Arquivo da FGV.
- 126 CNPq. Termo de posse da senhora Lydia de Queiroz Sambaquy, nas funções de Presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. 23 de

março de 1954. Arquivo do CNPq.

CNPq. Termo de Posse do Professor Mário Vianna Dias nas funções de vice-presidente do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. 23 de março de 1954. Arquivo do CNPq.

127 CNPq. Termo de Posse do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. 5 de abril de 1954. Arquivo do CNPq.

128 CNPq. Anais da 201ª sessão do Conselho Deliberativo. 26 de março de 1954.

129 Idem, ibidem.

130 Carta de Herbert Coblans a Edward Carter. 16 de outubro de 1953. Arquivo da Unesco. Parte II , doc. 423.

131 CNPq. Opus cit.

132 COBLANS, Herbert. Pilot project - Bibliographical Centre Brazil. Preliminary reports. n. 6. Arquivo da Unesco, parte III , doc. 187.

133 CNPq. Exposição de Motivos nº 18, de 12 de abril de 1954. Projeto de Regimento do IBBD. Arquivo do CNPq.

- 134 BRASIL. Leis, etc. Decreto nº 35 430, de 29 de abril de 1954.
- 135 IBBD. Relatório de 1954. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1955. p. 13-4.
- 136 CNPq. Resolução Executiva Nº 20/76, 25 de março de 1976. Criação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT. Arquivo do IBICT.

6 AS PRIMEIRAS REVISÕES

Como se verificou nos capítulos anteriores, o procedimento que levou à criação do IBBD foi bastante complexo. Nem todas as instituições envolvidas nas negociações se sentiram satisfeitas com a forma pela qual se chegou ao resultado final. Demonstram isso os fatos descritos a seguir, ocorridos nos anos imediatamente posteriores à criação do Instituto.

A nova administração do CNPq que se seguiu ao Almirante Álvaro Alberto, questionou a forma jurídica de criação do IBBD. Na reunião do Conselho Deliberativo, realizada no dia 29 de novembro de 1955, foi examinada a questão referente à doação de materias de propriedade do CNPq a outras instituições. Ficou entendido que o Conselho não poderia alienar os bens de seu patrimônio em favor de outras instituições. Como caso típico dessa situação, o presidente do CNPq, José Baptista Ferreira, citou a criação do IBBD para a qual o Conselho havia contribuído com a cessão de material:

"[...] Esta instituição tem uma situação legal muito estranha. É uma instituição semi-pública, - não sendo particular. Tem estatuto especial porque nasceu de uma proposta conjunta do Presidente do

Conselho Nacional de Pesquisas e do Presidente da Fundação Getúlio Vargas, ao Senhor Presidente da República, que a aprovou, mas não tem a forma normal; é uma espécie de autarquia, mas, uma autarquia toda particular; uma simbiose de uma repartição pública e de uma instituição particular. Assim, é muito difícil definir bem qual a relação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação em relação ao Conselho Nacional de Pesquisa. O Conselho fez numerosas doações em material, quer dizer, entregou o material ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, que considera isso como doação e consta como patrimônio próprio da Instituição. Nos termos da nossa lei, esse patrimônio continua a ser do Conselho"(1).

A questão levantada demonstra que a administração do CNPq não absorveu a forma final pela qual foi criado o Instituto.

Um outro fato que causou repercussão nas primeiras atividades do IBBD foi a exclusão da Unesco, através do seu órgão de enlace no Brasil, o IBECC, do Conselho Diretor do Instituto. Este fato provocou um afastamento da Unesco com relação ao IBBD, o que foi reconhecido pelo Conselho Diretor do Instituto em reunião extraordinária realizada no dia 27 de março de 1956, que recepcionou Paulo Carneiro. Nessa ocasião, a presidente do Conselho Diretor indagou o que poderia ser feito para um maior entrosamento do IBBD com a Unesco, lamentando que o Instituto estivesse ficando à margem das atividades de bibliografia e documentação patrocinados pela Organização. Entre essas atividades, citou a não participação do Instituto,

como representante oficial do Brasil, no último Congresso Mundial de Bibliografia e Documentação e a negativa da Unesco para que o IBBD se tornasse depositário das suas publicações, como também fosse no País a agência para a operação dos bônus destinados à aquisição de material bibliográfico no exterior (2). Essas atividades vinham sendo desenvolvidas junto ao IBCEC que havia criado a Comissão Nacional de Bibliografia, conforme já se viu anteriormente. A criação dessa Comissão fora da estrutura do IBBD foi questionada em outra ocasião, durante reunião dos Conselhos Curadores e Diretor da FGV, quando o Conselheiro Mello Flores estranhou que o IBCEC criara uma Comissão Nacional de Bibliografia, interferindo com as atividades do Instituto. Acrescentou, na oportunidade, que ele próprio, como presidente da Comissão incumbida do planejamento do Instituto, não fora consultado sobre a criação da referida comissão de bibliografia. Informou que estava fazendo gestão para a anexação da Comissão ao IBBD(3).

Nessa reunião, foi também informado que o IBBD havia proposto ao CNPq, para fins de encaminhamento à Presidência da República, projeto de alteração do seu regimento para possibilitar a participação do IBCEC no Conselho Diretor do Instituto(4). A transição política pela qual estava passando o País não havia permitido que o projeto fosse transformado em lei.

O Conselheiro Mello Flores, representante da FGV, salientou que "parte da culpa desse afastamento do IBCEC coube ao IBBD que excluiu aquele Instituto da participação no seu Conselho Diretor, quando foram tratados os assuntos da criação do Instituto"(5). Esta observação teve a concordância da

Presidente do Conselho Diretor do IBBD(6). Ficou decidido tomar-se providências necessárias para que o IBECC viesse a participar das atividades do Instituto, proporcionando, dessa forma, a reaproximação com a Unesco. Nesse caso particular, esperava-se contar com o apoio de Paulo Carneiro junto àquela Organização.

Esses fatos demonstram que não houve um processo concensual quanto à criação do IBBD, o que levou, já nos primeiros anos de existência do Instituto, a se iniciar uma revisão do procedimento que havia sido adotado.

Notas e referências

- 1 CNPq, Anais da 291ª sessão do Conselho Deliberativo. 29 de novembro de 1955.
- 2 IBBD. Atas da 3ª reunião extraordinária do Conselho Diretor. 24 de março de 1956.
- 3 FGV. Ata da sessão conjunta dos Conselhos Diretor e Curador. 17 de setembro de 1954. Arquivo da FGV.
- 4 IBBD. opus cit.
- 5 Idem, ibidem.
- 6 Idem, ibidem.

7. Conclusões

7.1 Não houve um projeto baseado em levantamento da situação e das necessidades de serviços bibliográficos e de documentação no País. A análise da documentação disponível leva-nos a acreditar que o IBBD foi concretizado muito mais pelo idealismo de um grupo restrito de pessoas interessadas, do que pela constatação, devidamente fundamentada, de uma necessidade claramente definida. Esse grupo, unido por relações profissionais e sociais, teve vários dos seus componentes atuando, num momento ou outro, na criação e administração das três entidades que tiveram papel destacado na formação do Instituto: o DASP, a FGV e o CNPq.

7.2 As discussões sobre a criação do IBBD ficaram praticamente restritas à FGV e ao CNPq, baseadas, no início, em declarações de intenções de caráter informal, sem o necessário comprometimento que assegurasse respaldo institucional. Foi reduzida a participação de outras instituições, mesmo aquelas que já desenvolviam atividades no campo da bibliografia e da documentação.

A discussão da idéia com cientistas esteve praticamente restrita às reuniões do Conselho Deliberativo do CNPq. Este limitou-se a receber a proposta já sob a forma de anteprojeto

de decreto, que foi objeto de substitutivo, não chegando, porém, a ser apreciado em reuniões subseqüentes do Conselho como previsto. É importante salientar que, nessas discussões, não foram bem sucedidas as sugestões de que esse anteprojeto levasse em conta as propostas do CNPq relativas às bibliotecas científicas e serviços de bibliografia.

Com relação ao meio bibliotecário, provavelmente não houve debates, pois não foram encontradas referências sobre o fato na documentação de arquivo e na literatura especializada.

7.3 O Instituto criado deferiu do projeto-piloto inicialmente proposto pela Unesco, e que foi aceito pelo Governo Brasileiro, que previa a instalação de um centro bibliográfico com características regionais. A participação da Unesco, em consequência, foi reduzida e o seu consultor não teve influência direta no processo de criação do IBBD. É pertinente ressaltar o fato da aceitação, por parte do País, da consultoria de um organismo internacional sem a necessária discussão interna dos objetivos do trabalho e das atividades que o consultor deveria desenvolver.

7.4 A base de serviços preexistentes, como o SIC e o Catálogo Coletivo, sobre a qual se formou o IBBD, aproximava-se muito mais de atividades inerentes a uma biblioteca nacional do que a serviços caracteristicamente bibliográficos e de documentação técnico-científica.

Apesar de ter sido criado como órgão vinculado ao CNPq, o IBBD não levou em conta as propostas antes formuladas pelo

próprio Conselho em seu plano inicial relativo à infra-estrutura de serviços bibliotecários, necessários ao apoio das pesquisas científicas que esse órgão iria formular.

Anexo I

Cronologia dos principais fatos
relacionados com a criação do IBBD

-
- 1938 É criado, pelo Decreto-Lei nº 579, de 30 de julho, o Departamento Administrativo do Pessoal Civil (DASP), cuja biblioteca constitui-se num dos principais centros de atividades bibliotecárias no País, na época.
- 1942 Junto à Biblioteca do DASP é criado o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC)
- 1944 É criada a Fundação Getúlio Vargas (FGV) cujos estatutos estabelecia, entre seus objetivos, "constituir-se um centro de documentação para sistematizar e divulgar conhecimentos técnicos".
- 1947 Mediante acordo com o DASP, a FGV passa a colaborar com o SIC, tornando-se a principal responsável pela manutenção do serviço.
- 1950 É realizada em Paris, de 7 a 10 de novembro, por convocação da UNESCO, a Conferência sobre Melhoria dos Serviços Bibliográficos.

Paulo Carneiro, delegado brasileiro junto à Unesco, mantém os primeiros contatos com a Fundação Getúlio Vargas para a criação de um centro bibliográfico nacional.

1951

A 6ª Conferência Geral da Unesco aprova resolução autorizando o diretor-geral a apoiar o Estado-membro que apresentar solicitação, para estabelecer um centro bibliográfico nacional modelo.

É realizada em São Paulo, no mês de outubro, sob o patrocínio da Unesco, a Conferência sobre o Desenvolvimento dos Serviços de Bibliotecas Públicas na América Latina.

É criado o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), que entre as suas competências previa "manter-se em relação com instituições nacionais e estrangeiras para intercâmbio de documentação técnico-científica". Já no seu primeiro ano de funcionamento toma medidas para a criação de uma rede de bibliotecas no País.

César Lattes, primeiro diretor-científico do CBPF, mantém contato com a Unesco sobre a criação de um centro bibliográfico no País.

É iniciado no mês de novembro um programa de visitas e estágios em bibliotecas e serviços de documentação dos Estados Unidos, Canadá e países europeus por Lydia Sambaquy, chefe do SIC e Jannice Monte-Mór, da FGV, através de bolsas oferecidas pela Unesco. O programa durou até setembro de 1952.

Paulo Carneiro entra em contato com o CNPq sobre a criação do centro bibliográfico.

1952

O Conselho Deliberativo do CNPq, na reunião do dia 31 de março, aprova resolução autorizando o Conselho a acompanhar as negociações entre a FGV e a Unesco sobre a criação do Centro.

O Conselho Executivo da Unesco reunido no mês de abril, aprova resolução relativa à escolha do Brasil para sediar o centro bibliográfico a ser criado na FGV.

No dia 4 de julho, Paulo Carneiro encaminha ao diretor-geral da Unesco solicitação oficial de apoio do Governo Brasileiro para criação de um centro bibliográfico sediado na FGV, através do Programa de Assistência Técnica.

O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) cria uma comissão para discutir o projeto do centro que se reúne pela primeira vez

no dia 18 de outubro. A partir dessa ocasião, o CNPq passa a ser o maior responsável pela criação do centro.

No dia 21 de novembro, a Unesco comunica oficialmente ao Governo Brasileiro o apoio para a criação do centro e o envio do consultor.

No dia 27 de novembro, Paulo Carneiro, em nome do Governo Brasileiro, confirma a aceitação do apoio da Unesco.

A Unesco envia Carlos Victor Penna, especialista em biblioteconomia do Escritório Regional da Unesco para o Hemisfério Ocidental, em Havana, para discutir com as autoridades brasileiras o início do projeto, que chega no dia 30 de outubro.

É realizado, em 20 de novembro, por iniciativa do CNPq, uma reunião na sede da seção paulista do IBECC para discussão dos objetivos do centro.

1953

No dia 16 de março, chega ao Brasil o Consultor designado pela Unesco, Herbert Coblans.

O Conselho Deliberativo, na reunião do dia 28 de maio, inicia discussões sobre o projeto de lei relativo à criação do centro que foi encaminhado ao CNPq pela FGV.

O Conselho Deliberativo, na reunião do dia 30 de julho, aprova resolução autorizando o CNPq a criar o Centro Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.

Ao retornar de viagem ao exterior, no início do mês de agosto, o presidente do CNPq, Álvaro Alberto, não reconhece a resolução aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Após negociações entre Simões Lopes e Álvaro Alberto é decidido a elaboração de um projeto de lei relativo à criação do centro a ser submetido, através de exposição de motivos conjunta, à Presidência da República.

1954

É criado, através do Decreto nº 35 124, de 27 de fevereiro de 1954, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD).

Tomam posse, no dia 23 de março, Lydia de Queiroz Sambaquy e Mário Vianna Dias, como presidente e vice-presidente, respectivamente, do Conselho Diretor do IBBB.

É aprovado, através do Decreto nº 35 430, de 29 de abril de 1954, o estatuto do IBBB.

No dia 30 de abril termina a missão de Herbert Coblans.

Anexo II

Notas biográficas das principais pessoas envolvidas com o IBBD e outras entrevistadas, até a data de criação do Instituto.

Álvaro Alberto da Mota e Silva.

Militar; Engenheiro pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro; professor da Escola Naval (1961); capitão-de-mar-e-guerra (1942); presidente da Academia Brasileira de Ciências (1935-37 e 1949-51), presidente da Sociedade Brasileira de Química (1926-28); representante do Brasil na Comissão de Energia Atômica das Nações Unidas (1946-48); Contra Almirante (1948), presidente da Comissão elaboradora do projeto de lei de criação do Conselho Nacional de Pesquisas - CNPq (1950); presidente do CNPq (1951-55).

Armando Dubois Ferreira.

Militar e engenheiro; curso de Engenharia da Escola Militar de Realengo; curso de Engenharia Militar da Escola Nacional de Engenharia; vice-presidente do CNPq (1951-54); presidiu o CNPq durante diversos períodos em 1953, em substituição a Álvaro Alberto, quando o processo de criação do centro bibliográfico foi discutido no Conselho Deliberativo.

César Mansueto Giulio Lattes.

Físico (1943) e doutor honoris causa (1948) pela Universidade de São Paulo; professor da UFRJ; do CBPF; da USP; da PUC/RJ e da UNICAMP; diretor científico do CBPF (1948-55); manteve contato com a Unesco sobre a criação do centro bibliográfico no Brasil (1950 ?); membro do Conselho Deliberativo do CNPq (1951-55).

*Edson Nery da Fonseca.

Bibliotecário pelo Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional (1947); bibliotecário da Universidade do Recife (1948-51); fundador do curso de Biblioteconomia da Universidade do Recife (1950); professor e coordenador (1950-51); bibliotecário contratado pelo Governo do Estado da Paraíba (1952-53); em 1953 foi entrevistado por Herbert Coblans sobre sua possível indicação para o cargo de diretor do centro bibliográfico.

Herbert Coblans.

Bacharel em Química, Física e Matemática pela Universidade de Natal, Durban, África do Sul (1929); mestre em Química (1930); doutor em Físico-Química; professor de Química no University College, Durban; chefe do Departamento de Química do Engineering College, Durban; bibliotecário pela Universidade de Capetown (1945); bibliotecário da Universidade de Natal (1946-52); contemplado com um "Carnegie Library Fellowship" (1949); bibliotecário da Unesco (1950); consultor da Unesco para o projeto do centro bibliográfico piloto no Brasil (1953-54).

*Ibany da Cunha Ribeiro.

Veterinário; diretor do Serviço de Organização e Métodos do DASP; professor dos Cursos de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional; diretor da Divisão Administrativa do CNPq (1951-1953); membro da Comissão do IBECC para criação do centro bibliográfico em substituição a Otávio Martins (1953).

*Irene de Menezes Dória.

Bibliotecária pela Escola de Biblioteconomia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, SP; chefe da Biblioteca do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1945-52); Coordenadora do Núcleo de Documentação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1953-55); Secretária-geral da Comissão Nacional de Bibliografia do IBECC (1954).

*Jannice de Mello Monte-Mór.

Bibliotecária pelo Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional (1947); bibliotecária da FGV (1947-57); chefe do Expediente (1950-51) e da Seção de Vendas e Distribuição (1952-54) do Serviço de Intercâmbio de Catalogação (Sic); bolsista da Unesco para visitas e estágios a bibliotecas e serviços bibliográficos dos Estados Unidos, Canadá e países europeus (1951-52).

Joaquim Costa Ribeiro .

Engenheiro pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1928); livre-docente em Física (1933); catedrático de Física Experimental da Escola de Ciências da Universidade do Distrito Federal (1935); catedrático da cadeira de Física da Faculdade Nacional de Filosofia (1946); diretor-geral da Divisão Técnico-Científica do CNPq (1951-1954).

*Jorge Oscar de Mello Flôres .

Engenheiro; membro fundador da FGV; diretor executivo da FGV (1946-50); presidente da Comissão IBECC para criação do Centro bibliográfico (1952).

*Luiz Simões Lopes -

Engenheiro agrônomo pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz; oficial de gabinete do Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930); presidente do Conselho Federal do Serviço Público Civil (1936); fundador e primeiro diretor-geral do DASP (1939-45); fundador e primeiro presidente da Fundação Getúlio Vargas (a partir de 1944) -

*Lydia de Queiroz Sambaquy .

Bibliotecária pelo Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional (1938); curso de Biblioteconomia da Colombia University (1942); assistente técnico do DASP (1939-40); administração do DASP (1940-41); bibliotecária do Ministério da Educação e Saúde (1941-43); bibliotecária concursada ao DASP (1943-65); chefe do Serviço de Intercâmbio de Catalogação (1942- fev. 54); membro da Comissão IBEC para criação do centro bibliográfico (1952); professora

dos Cursos de Formação e Preparação de Bibliotecários do DASP (1941-5); professora dos Cursos de Biblioteconomia da BN (1945-69). Presidente do IBBD (1954-65).

*Mario Vianna Dias.

Médico pela Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro (1937); estágio em pesquisa no National Institute for Medical Research em Londres (1948-9); chefe do Laboratório de Neurofisiologia do Instituto Oswaldo Cruz (1945-71); professor do Instituto Oswaldo Cruz, da Escola de Medicina da Universidade do Brasil (1951-58); membro da comissão do IBEEC para criação do centro bibliográfico (1952); assistente da presidência do CNPq (1953); relator do processo de criação do centro bibliográfico na Divisão Técnico-Científica do CNPq (1953) e vice-presidente do IBBD (1954-1965).

*Mýriam Gusmão de Martins.

Bibliotecária pelo Curso de Biblioteconomia da Divisão de Aperfeiçoamento do DASP (1946); bibliotecária auxiliar do INL (1946); bibliotecária auxiliar do DASP (1946-48); assistente do bibliotecário geral da Universidade do Recife (1949-51); professora do curso de Biblioteconomia da Universidade do Recife (1950-53); bibliotecário-geral e coordenadora dos cursos de Biblioteconomia da Universidade do Recife (1952-53).

Otávio A. L. Martins.

Diretor Técnico da Divisão Técnico-Científica do CNPq (1951-53); representante do CNPq na Comissão do IBECC para criação do centro bibliográfico (1952); organizou, na seção Paulista do IBECC, uma reunião para discutir o centro bibliográfico (nov. 1952).

Paulo Estevão Berredo Carneiro.

Químico industrial pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1923); delegado brasileiro na primeira Assembléia das Nações Unidas em Londres (1946); representante brasileiro junto à Comissão preparatória da Unesco (a partir de 1946); delegado brasileiro na primeira Conferência-Geral da Unesco (1946); membro do Conselho Executivo da Unesco (1946 à 1952, 1954 à 1962); chefe da Delegação Brasileira à terceira, quarta e quinta Conferência Geral da Unesco, respectivamente em 1947, 1948, 1949, 1950.

QUADRO COMPARATIVO DAS DIVERSAS PROPOSTAS QUE RESULTARAM NA CRIAÇÃO DO IBED

	FGV - Entendimentos com Paulo Carneiro Cesar Lattes em 12/50 e Adsheshian em 2/51	Primeira proposta apresentada na Comissão IBECC, outubro de 1952.	Ante-Projeto dos Estatutos apresentado por ocasião da missão de Penna em novembro de 1952.
Denominação	Centro Brasileiro de Documentação Científica	Centro Brasileiro de Bibliografia e Documentação	Centro Brasileiro de Bibliografia e Documentação
Forma Jurídica	Entidade vinculada a FGV	Entidade organizada e mantida pela FGV e CNPq	Sociedade Civil fundada pelo IBECC, FGV e CNPq
Entidades Colaboradoras	Unesco	Unesco, DASP, DIN	
Finalidade	<ul style="list-style-type: none"> .Promover a coordenação da documentação periódica na área a seu alcance (D.Federal, S.Paulo e adjacências) .Manter um serviço de informação sobre existência de periódicos nas bibliotecas dos centros de estudos científicos do D.Federal, S.Paulo e adjacências. .Manter em dia tanto quanto possível e completas as coleções de periódicos dos tais centros. .Fornecer, ou providenciar o fornecimento em original ou em microfilme, da documentação periódica que lhe fôr solicitada pelos pesquisadores. .Catalogar analiticamente as revistas científicas brasileiras providenciando o preparo de resumos, através de especialistas dos órgãos de estudos específicos. .Traduzir os artigos escritos em língua estrangeira, conforme as requisições que forem feitas. .Colaborar com Centro Latina Americano de Documentação Científica (México), para o qual enviaria o material catalogado e resumido. 	<ul style="list-style-type: none"> .Publicar um boletim bibliográfico técnico-científico .Manter um serviço de reproduções fotográficas; .Prestar serviço de referência especializada às instituições científicas, técnicas e industriais; .Manter um serviço de catalogação cooperativa; .Organizar o catálogo coletivo dos recursos bibliográficos do país; .Preparar bibliografias especiais, necessárias aos trabalhos do Conselho Nacional de Pesquisas, Fundação Getúlio Vargas, Centro Nacional de Pesquisas Físicas e das outras instituições elaboradoras; .Compor e publicar guias gerais das fontes de pesquisa bibliográficas; .Cooperar internacionalmente no campo da pesquisa bibliográfica; .Colaborar com a Biblioteca Nacional na publicação da bibliografia brasileira; .Promover o empréstimo de livros entre as bibliotecas. 	<ul style="list-style-type: none"> .Elaborar e divulgar informações bibliográficas, especialmente no domínio da ciência e da tecnologia; .Colaborar com organizações estrangeiras e internacionais de finalidades análogas; .Promover no país o desenvolvimento das bibliotecas científicas e técnicas dos serviços de intercâmbio de informações de interesse para a ciência pura e aplicada.
			<ul style="list-style-type: none"> . Contribuir para a publicação da bibliografia científica e técnica brasileira, mediante a elaboração de boletins e cooperar com a Biblioteca Nacional e com serviços bibliográficos nacionais, estrangeiros e internacionais; . Manter serviços de divulgação bibliográfica e de intercâmbio de informações científicas e tecnológicas, pela distribuição de folhetos, microfiches, microcards e outros meios de divulgação;

QUADRO COMPARATIVO DAS DIVERSAS PROPOSTAS QUE RESULTARAM NA CRIAÇÃO DO IBBD

	<p>FGV - Entendimentos com Paulo Carneiro Cesar Lattes em 12/50 e Adsehsian em 2/51</p>	<p>Primeira proposta apresentada na Comissão IBECC, outubro de 1952.</p>	<p>Ante-Projeto dos Estatutos apresentado por ocasião da missão de Penna em novembro de 1952.</p>
<p>Denominação</p>	<p>Centro Brasileiro de Documentação Científica</p>	<p>Centro Brasileiro de Bibliografia e Documentação</p>	<p>Centro Brasileiro de Bibliografia e Documentação</p>
<p>Forma Jurídica</p>	<p>Entidade vinculada a FGV</p>	<p>Entidade organizada e mantida pela FGV e CNPq</p>	<p>Sociedade Civil fundada pelo IBECC, FGV e CNPq</p>
<p>Entidades Colaboradoras</p>	<p>Unesco</p>	<p>Unesco, DASP, DIN</p>	
<p>Finalidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> .Promover a coordenação da documentação periódica na área a seu alcance (D.Federal, S.Paulo e adjacências) .Manter um serviço de informação sobre existência de periódicos nas bibliotecas dos centros de estudos científicos do D.Federal, S.Paulo e adjacências. .Manter em dia tanto quanto possível e completas as coleções de periódicos dos tais centros. .Fornecer, ou providenciar o fornecimento em original ou em microfilme, da documentação periódica que lhe for solicitada pelos pesquisadores. .Catalogar analiticamente as revistas científicas brasileiras providenciando o preparo de resumos, através de especialistas dos órgãos de estudos específicos. .Traduzir os artigos escritos em língua estrangeira, conforme as requisições que forem feitas. .Colaborar com Centro Latina Americano de Documentação Científica (México), para o qual enviaria o material catalogado e resumido. 	<ul style="list-style-type: none"> .Publicar um boletim bibliográfico técnico-científico .Manter um serviço de reproduções fotográficas; .Prestar serviço de referência especializada às instituições científicas, técnicas e industriais; .Manter um serviço de catalogação cooperativa; .Organizar o catálogo coletivo dos recursos bibliográficos do país; .Preparar bibliografias especiais, necessárias aos trabalhos do Conselho Nacional de Pesquisas, Fundação Getúlio Vargas, Centro Nacional de Pesquisas Físicas e das outras instituições elaboradoras; .Compor e publicar guias gerais das fontes de pesquisa bibliográficas; .Cooperar internacionalmente no campo da pesquisa bibliográfica; .Colaborar com a Biblioteca Nacional na publicação da bibliografia brasileira; .Promover o empréstimo de livros entre as bibliotecas. 	<ul style="list-style-type: none"> .Elaborar e divulgar informações bibliográficas, especialmente no domínio da ciência e da tecnologia; .Colaborar com organizações estrangeiras e internacionais de finalidades análogas; .Promover no país o desenvolvimento das bibliotecas científicas e técnicas dos serviços de intercâmbio de informações de interesse para a ciência pura e aplicada.
			<ul style="list-style-type: none"> . Contribuir para a publicação da bibliografia científica e técnica brasileira, mediante a elaboração de boletins e cooperar com a Biblioteca Nacional e com serviços bibliográficos nacionais, estrangeiros e internacionais; . Manter serviços de divulgação bibliográfica e de intercâmbio de informações científicas e tecnológicas, pela distribuição de folhetos, microfilmes, microcards e outros meios de divulgação;

.Colaborar com Centro Latino Americano de Documentação Científica (México), para o qual enviaria o material catalogado e resumido.

.Colaborar com a Biblioteca Nacional na publicação da bibliografia brasileira;
.Promover o empréstimo de livros entre as bibliotecas.

Atividades

- . Contribuir para a publicação da bibliografia científica e técnica brasileira, mediante a elaboração de boletins e cooperar com a Biblioteca Nacional e com serviços bibliográficos nacionais, estrangeiros e internacionais;
- . Manter serviços de divulgação bibliográfica e de intercâmbio de informações científicas e tecnológicas, pela distribuição de folhetos, microfílm, microcards e outros meios de divulgação;
- . Preparar bibliografias especializadas para uso de instituições científicas, tecnológicas e industriais, e cooperar com outras instituições nacionais e estrangeiras em matéria de pesquisa bibliográfica;
- . Organizar e manter um catálogo coletivo dos recursos bibliográficos do país, especialmente no domínio da ciência e da tecnologia e manter um serviço de catalogação cooperativa;
- . Promover a criação de uma rede cooperativa de bibliotecas científicas e técnicas para maior rendimento dos respectivos serviços e cooperar para seu aperfeiçoamento e desenvolvimento, por meio de assistência técnica e concessão de auxílios financeiros.

Direção

- . Conselho Consultivo com representantes das seguintes instituições: Biblioteca Nacional, INL, Universidade do Brasil; Universidade de São Paulo, Academia Brasileira de Ciências, Departamento Nacional do Serviço Público, Departamento de Imprensa Nacional e Confederação Nacional de Indústria.
- . Conselho Diretor composto de seis representantes das instituições fundadoras.
- . Diretor Executivo eleito pelo Conselho Diretor com mandato de cinco anos.

Fonte:

Documentação relativa a criação do IBBD.
s.n.t. IBICT-CCI.

Centro Brasileiro de Bibliografia e Documentação. s.n.t. Arquivo da FGV.

Mr. Penna's mission to Rio de Janeiro.
Arquivo da Unesco, parte I, doc. 149

QUADRO COMPARATIVO DAS DIVERSAS PROPOSTAS QUE RESULTARAM NA CRIAÇÃO DO IBED

	Minuta de decreto encaminhada pelo presidente da FGV ao CNPq em maio de 1953.	Projeto de estatuto elaborado pelo CNPq em agosto de 1953.	Decreto nº 35 124, de 27 de fevereiro de 1954.
Denominação	Centro Brasileiro de Bibliografia e Documentação	Centro Brasileiro de Bibliografia e Documentação	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação.
Forma Jurídica	Entidade criada por decreto, mediante exposição de motivos conjunta da FGV e do CNPq, vinculada ao CNPq, e organizada através de acordo entre a FGV e o CNPq.	Entidade criada pelo CNPq	Instituto criado por Decreto, mediante exposição de motivos conjunta da FGV e CNPq, e vinculado ao CNPq.
Entidades Colaboradoras			
Finalidades	<ul style="list-style-type: none"> promover a criação e o desenvolvimento de serviços especializados de bibliografia; promover o intercâmbio entre bibliotecas e centros de documentação no âmbito nacional e internacional; promover o aproveitamento dos recursos bibliográficos do País, tendo em vista, em particular sua utilização pelos pesquisadores científicos. 	No domínio da ciência e da tecnologia: elaborar e divulgar informações bibliográficas promover intercâmbio de documentação e de informações entre instituições nacionais e entre estas e instituições estrangeiras ou internacionais e estimular o desenvolvimento e aperfeiçoamento das bibliotecas científicas e técnicas do país.	<ul style="list-style-type: none"> promover a criação e o desenvolvimento dos serviços especializados de bibliografia e documentação; estimular o intercâmbio entre bibliotecas e centros de documentação no âmbito nacional e internacional; incentivar e coordenar o melhor aproveitamento dos recursos bibliográficos e documentários do País, tendo em vista, em particular, sua utilização na informação científica e tecnológica destinada aos pesquisadores.
Atividades		<ul style="list-style-type: none"> elaborar e publicar boletins bibliográficos referentes a livros, revistas e outras publicações científicas e técnicas, e colaborar com a Biblioteca Nacional e com outras instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, no sentido de tornar mais rápido e eficiente o registro da produção científica e tecnológica brasileiras; manter serviços de difusão e de intercâmbio de documentação e de informações científicas e técnicas, preparar bibliografias especializadas para uso de instituições científicas e industriais, e cooperar com instituições nacionais e estrangeiras em matéria de pesquisa bibliográfica; organizar e manter um catálogo dos periódicos e livros existentes nas bibliotecas científicas e técnicas brasileiras, promover a criação de uma rede cooperativa dessas bibliotecas para maior rendimento dos respectivos serviços, e incentivar seu desenvolvimento e aperfeiçoamento por meio de 	<ul style="list-style-type: none"> publicação de boletins bibliográficos; prestação de serviços de referência especializadas; manutenção de um serviço de catalogação cooperativa; organização de um catálogo coletivo dos recursos bibliográficos do País; preparação de bibliografias especiais, solicitadas pelo Conselho Nacional de Pesquisas, pela Fundação Getúlio Vargas, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público e entidades colaboradoras do Instituto; publicação de guias gerais das fontes de pesquisas bibliográficas; cooperação, no âmbito da pesquisa, do intercâmbio bibliográfico e da documentação com as entidades especializadas do País e do Exterior;

<p>Atividades</p>		<p>ção científica e tecnológica brasileiras;</p> <ul style="list-style-type: none"> • manter serviços de difusão e de intercâmbio de documentação e de informações científicas e técnicas, preparar bibliografias especializadas para uso de instituições científicas e industriais, e cooperar com instituições nacionais e estrangeiras em matéria de pesquisa bibliográfica; • organizar e manter um catálogo dos periódicos e livros existentes nas bibliotecas científicas e técnicas brasileiras, promover a criação de uma rede cooperativa dessas bibliotecas para maior rendimento dos respectivos serviços, e incentivar seu desenvolvimento e aperfeiçoamento por meio de assistência técnica e concessão dos auxílios financeiros; • manter um serviço de catalogação em cooperação com bibliotecas e outras instituições; <p>e) manter serviços de tradução, reprodução e impressão de documentos de interesse para suas finalidades;</p> <ul style="list-style-type: none"> • organizar documentação sobre filmes científicos do país e do exterior, e facilitar a obtenção dos mesmos; • colaborar com a Comissão Nacional Brasileira para documentação nas Ciências Nacionais e o Grupo Bibliográfico Nacional Brasileiro, bem como todas outras organizações que impliquem na participação brasileira internacional no campo da bibliografia e documentação. 	<p>recursos bibliográficos do País;</p> <ul style="list-style-type: none"> • preparação de bibliografias especiais, solicitadas pelo Conselho Nacional de Pesquisas, pela Fundação Getúlio Vargas, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público e entidades colaboradoras do Instituto; • publicação de guias gerais das fontes de pesquisas bibliográficas; • cooperação, no âmbito da pesquisa, do intercâmbio bibliográfico e da documentação com as entidades especializadas do País e do Exterior; • manutenção de um serviço de foto-reprodução; • desenvolvimento de cursos de formação e aperfeiçoamento em biblioteconomia e documentação.
<p>Direção</p>	<p>Conselho Diretor formado por representantes das instituições fundadores e entidades colaboradoras.</p> <p>O presidente do Conselho Diretor será o representante do CNPq e o vice presidente o representante da FGV.</p> <p>A Direção executiva será exercida pelo representante do CNPq e a direção técnica pelo representante da FGV.</p> <p>A organização</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Consultivo com representante da Biblioteca Nacional, Ministério da Educação e Cultura, Universidade do Brasil, Universidade de São Paulo, FGV e o IBCEC, através de seu presidente. • Diretor escolhido pelo CNPq 	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Diretor com representantes do CNPq, FGV, DASP e outras entidades colaboradoras. • Presidente e vice-presidente designados pelo CNPq.
<p>Fonte:</p>	<p>COBLANS, Herbert. <u>Pilot project - Bibliographical Centre. Brazil. Preliminary reports. Nº 1. Appardix 1. Arquivo da Unesco, parte</u> , doc. 376.</p>	<p>COBLANS, Herbert. <u>Pilot project - Bibliographical Centre - Brazil. Preliminary reports. Nº 3.</u></p>	

Anexo IV

Documentação seletiva relacionada com o processo
que resultou na criação do IBBD

Paris, le juillet 1952

Monsieur le Directeur général,

Depuis fort longtemps le Département des Sciences Naturelles de l'Unesco a pressenti nos institutions scientifiques sur la création éventuelle d'un Centre bibliographique national. Le Chef du Centre de Coopération Scientifique de Montevideo s'en est personnellement occupé il y a plus d'un an à Rio de Janeiro. Quelques plans ont été, à ce moment-là, esquissés et des devis établis. Plus tard, lors de mon voyage, au mois d'octobre 1951 au Brésil, j'ai eu des contacts avec le Conseil National de la Recherche Scientifique, La Bibliothèque Nationale et la Fondation Getulio Vargas, dans le même sens.

Mon Gouvernement serait très intéressé dans la création d'un tel Centre, couvrant en même temps les problèmes scientifiques, techniques et économiques du Brésil, avec la possibilité de rayonnement sur tous les autres pays de l'Amérique Latine.

L'institution brésilienne qui nous semble la plus à même de prendre en main le Centre Bibliographique National, en collaboration étroite avec les institutions scientifiques et techniques du pays, est la Fondation Getulio Vargas. Lors du passage à Paris de Mme Lydia Bezbaquy, Chef des Services Bibliographiques de la Fondation, j'ai eu l'occasion d'examiner le problème de plus près avec le Département des Bibliothèques de l'Unesco. Je vous revêts ci-joint une note préliminaire comme base d'étude pour la création du Centre Bibliographique National.

L'énorme étendue de l'Amérique Latine exige, en plus du Centre déjà existant à Mexico, qu'un nouveau Centre soit créé à Rio de Janeiro. Il serait impossible de réunir dans un seul point de notre continent les travaux qui s'imposent dans ce domaine.

Je vous suggère de bien vouloir appliquer à la création du Centre Bibliographique brésilien les ressources dont pourrait disposer à cette fin l'Assistance Technique. La Fondation Getulio Vargas fait de son côté un effort financier et fournirait le personnel brésilien nécessaire aux services prévus. Les sommes actuellement appliquées par l'Assistance Technique en faveur de la Fondation Getulio Vargas pourraient être destinées, l'année prochaine, à la création du Centre en question. Il faudrait naturellement y ajouter des sommes plus considérables pour la bonne réussite d'un tel projet. J'aime à penser, Monsieur le Directeur général, que vous voudrez bien, une fois de plus, donner votre appui à cette proposition destinée à répondre à des besoins urgents de toute l'Amérique du Sud.

Je vous prie d'agréer, Monsieur le Directeur général, les assurances de ma très haute considération.

Pour Ivale E. de Berrêdo Caetano
Délégué au Brésil auprès de l'Unesco

Signé : V. Imbard
Secrétaire

Monsieur J. Torres Bodet
Directeur général de l'Unesco
Palais de l'Unesco
Paris 16ème

BRAZILIAN BIBLIOGRAPHIC CENTRE

The Brazilian Government requests technical assistance from the United Nations in the development of the services of the Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, as a National Bibliographic Centre. In recent years, great progress has been made in Brazil in developing bibliographical services. Two librarian fellowships holders from Brazil have recently been able to study techniques of cooperative cataloguing and other bibliographical services in Europe. Their studies have largely helped to throw into relief the existing problems of bibliographical coordination and services in Brazil and to point the way to solutions; particularly the role of the Fundação Getúlio Vargas as a central and coordinating bibliographical authority has been clarified. Services of the kind now planned are entirely appropriate to the Fundação Getúlio Vargas and can be carried out in direct and close association with all the most important national economic, scientific and library organizations.

The services contemplated are recognized by the Brazilian Government and the authorities of the Fundação Getúlio Vargas to be essential to the economic development of the country. In this connection, the following features can especially be emphasized.

Vast progress in technical and scientific development in Brazil, increases the urgent necessity for an improvement in the services to Brazilian industry, education, administration and sciences, as well as all the other sides of Brazilian life of the latest information from abroad. Also, Brazil is a country of vast extent; within Brazil, it is only possible to assure efficient and rapid scientific communication if a centrally placed institution such as the Fundação Getúlio Vargas is able to fulfil a national role as a bibliographical information Centre.

Organization:

The organization of the Centre will be sponsored by the Fundação Getúlio

- 2 -

19

Vargas with the cooperation of Unesco and several departments of Brazilian public administration and national cultural and scientific institutions, tasks to be accomplished :

The main task of the Centre shall be to maintain the bibliographical and documentation services which contribute most directly to Brazilian economic, scientific and technical development.

It is not proposed that every part of the work should be done by the Fundação Getulio Vargas, but that the Fundação should have a promoting and coordinating responsibility in relation to certain work which will be primarily executed by and be the responsibility of other organizations.

Certain tasks would be maintained as common services by the Fundação Getulio Vargas to all subject fields and all institutions, namely : (i) the maintenance of a cooperative cataloguing service ; (ii) maintenance of a production unit for documentary reproduction ; (iii) the duplication and printing of bibliographical publications for the government agencies ; (iv) the maintenance of the finest standards in bibliographical technique in all related institutions or projects, and finally (v) to serve in every respect as the national bibliographical information service competent to direct all enquiries from within or out of the country to specialised institutions most competent to give the detailed and correct answer.

The present state of public administration and the organization of scientific and technical services in Brazil is such that the country is ready for the development contemplated in this project.

21/11/52

LBA/337754

Création d'un Centre national bibliographique
à Rio de Janeiro, Brésil.

Monsieur le Délégué,

Conformément aux termes de la résolution 4.451 adoptée par la Conférence générale lors de sa 6ème session, et comme suite à la demande présentée par le Gouvernement du Brésil, le Conseil exécutif, lors de sa 29ème session, a décidé que l'Unesco coopérerait avec le Gouvernement brésilien en vue de la création d'un Centre national bibliographique auprès de la Fondation Getulio Vargas, à Rio de Janeiro. Ce centre constituera une expérience témoin dont les résultats pourront bénéficier à tous les pays de l'Amérique latine ; il servira également de champ d'expérience pour déterminer les méthodes bibliographiques les mieux appropriées au Brésil et aux autres pays de l'Amérique latine.

Afin de réaliser ce projet, je suis autorisé à nommer un spécialiste qui remplira les fonctions de Conseiller auprès de la Fondation Getulio Vargas. Ce Conseiller résidera au Brésil pendant six mois en 1953 et quatre mois en 1954 ; des fonds seront mis à sa disposition pour lui permettre de visiter certains pays voisins du Brésil.

Le Gouvernement brésilien prendra de son côté toutes mesures nécessaires pour mettre ce Conseiller à même de remplir sa mission d'une façon satisfaisante ; il mettra notamment à sa disposition des bureaux dans les locaux de la Fondation Getulio Vargas et lui assurera, si nécessaire, les services d'une secrétaire.

Le Gouvernement brésilien, ainsi que la Fondation Getulio Vargas, chargée de la mise en oeuvre du projet sur le plan technique, veilleront au développement progressif des services du Centre bibliographique, à la lumière des recommandations présentées par le Conseiller et de manière à garantir à ce projet son plein caractère d'expérience témoin. Les spécialistes résidant dans les autres pays de l'Amérique latine pourront ainsi bénéficier librement des résultats acquis par cette expérience, grâce à des publications ou par toute autre méthode appropriée.

J'ai l'honneur de proposer le Dr. Herbert C. Cobians, de l'Union Sud-Africaine, pour remplir les fonctions de Conseiller au cours de la

Monsieur le Professeur Paulo L. de Lorrêdo Vargas, Délégué permanent du Brésil auprès de l'Unesco, Maison de l'Unesco (Annexe).

REG Dossier 002 + 011 A 031 (81) Bibliographical and documentation centre - Brazil



- 2 -

période 1952-1953. Le Dr. Sobians est actuellement bibliothécaire de l'Université de Natal à Durban (Afrique du Sud) ; il a antérieurement occupé avec un plein succès le poste de bibliothécaire de l'Unesco.

L'Unesco participera aux frais de mise en oeuvre du projet au cours des années 1952, 1953 et 1954, en apportant une contribution totale de 12.130 dollars, sous réserve de l'approbation par la Conférence générale, au cours de sa 7^{ème} session, des dépenses prévues pour 1953 et 1954. La contribution de l'Unesco se répartira de la manière suivante : en 1952 : \$2.630 ; en 1953 : \$5.700 ; en 1954 : \$3.800.

Sur ce total, une somme de 1.000 dollars sera mise en 1952 à la disposition de la Fondation Getulio Vargas, pour l'achat de l'équipement nécessaire à la mise en oeuvre du programme. Le versement de cette somme sera effectué sur présentation d'une liste d'achats dressée en accord avec le Secrétariat de l'Unesco. Le reste des versements de l'Unesco en 1952 sera affecté aux honoraires du Conseiller et à ses frais de voyage entre l'endroit où il sera recruté et Rio de Janeiro.

Il me serait précieux d'avoir la confirmation que ces dispositions reçoivent l'accord du Gouvernement du Brésil.

Je vous prie d'agréer, Monsieur le Délégué, l'assurance de ma considération très distinguée.

Jaimo Torres Rodet,
Directeur général.

Paris, le 27 novembre 1952

Monsieur le Directeur général,

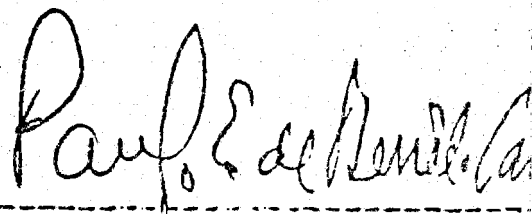
En réponse à votre lettre du 21 novembre 1952 au sujet de la création d'un Centre National Bibliographique à Rio de Janeiro, j'ai l'honneur de vous faire savoir que mon Gouvernement est parfaitement d'accord avec les propositions qu'elle contenait.

La Fondation Getulio Vargas se fera un plaisir d'accueillir le Docteur Herbert C. Coblans et de lui prêter toute l'assistance nécessaire à l'accomplissement de sa mission.

Nous espérons que la collaboration entre l'Unesco et le Gouvernement brésilien dans le domaine en question nous permettra d'installer en 1955 un véritable Centre National Bibliographique, dans le style et avec les proportions du Centre créé à Mexico. Les besoins du Brésil, son extension territoriale, le développement rapide de sa vie culturelle, de ses bibliothèques, de ses instituts de recherche, de ses Universités, demande un Centre National Bibliographique parfaitement équipé en matériel et en personnel.

En acceptant la contribution que nous apportera le Département des Activités Culturelles, et spécialement sa Division des Bibliothèques, pour atteindre ce but, nous comptons, Monsieur le Directeur général, sur une aide financière très large de la part de l'Assistance Technique pour que le Centre de Documentation Bibliographique soit à même de rendre au Brésil et à ses pays voisins les services qu'on est en droit d'en attendre.

Veuillez agréer, Monsieur le Directeur général, les assurances de ma plus haute considération.



Paulo E. de Berrêdo Carneiro
Délégué du Brésil auprès de
l'Unesco

Monsieur le Directeur général
de l'Unesco
Maison de l'Unesco
PARIS

... de um órgão que prepara, atualiza e coordena a lista de
... sendo difícil o levantamento e a atualização de dados,
... em vista de serem realizados
... em centros de documentação e de documentação
... de documentação e de documentação
... de documentação e de documentação
... de documentação e de documentação

... de documentação e de documentação
... de documentação e de documentação
... de documentação e de documentação
... de documentação e de documentação

... de documentação e de documentação
... de documentação e de documentação
... de documentação e de documentação
... de documentação e de documentação

... de documentação e de documentação
... de documentação e de documentação
... de documentação e de documentação
... de documentação e de documentação

... de documentação e de documentação
... de documentação e de documentação
... de documentação e de documentação
... de documentação e de documentação

2/1257-2

desenvolvimento de pesquisa e de cultura entre os povos, em geral.

11. A Unesco, na prática, tem realizado este

trabalho, e que se refere a presença de

leis de organização de Instituto Brasileiro de Bibliografia e

10. Para estabelecer a cultura nacional, surgiu a

coordenação e desenvolvimento de atividades

organizado, especializado e integrado por um serviço central,

de documentação literária, artística, científica e técnica, em

geral, visando a documentação em geral, especialmente

nao que representa a catalogação e classificação de livros, manua

na de normas bibliográficas, de acordo com o sistema de classifica

ções de consulta, cujo fim é a organização das bibliotecas de modo

que as melhores técnicas de organização, representação e

manutenção de arquivos e bibliotecas de todos os países, interes

centros de documentação e informação que um serviço central se

no de publicações e a troca de informações entre as bibliotecas e

portuguesa dos interessados, e práticas que se desenvolvem e

notícias técnicas, científicas, tecnológicas e culturais e

nao e notícias científicas e tecnológicas, bem como estudos e

6. Será a Unesco, através de seu Conselho, que se

a qualquer momento e em qualquer lugar, venha a obter

portantes, que terão em vista as necessidades de todos os países que

vão, compreendendo as bibliotecas públicas e privadas, em

no fato, o que poderá ser feita pelo Conselho de um catálogo

para o nível de nossa empreendimentos no campo intelectual, neces

8. Por outro lado, para que possam ser

atividades.

8/1554-5

2/1954-1

enviados os melhores esforços no sentido de estabelecer e orientar a co-
ordenação de centros nacionais de bibliotecas, havendo mesmo entre-
to em contacto com instituições brasileiras, estudando a possibilidade
de ser estabelecido no Brasil um Centro Nacional de Bibliotecas.

12. Em várias instituições brasileiras de alta cultura
ta - o Instituto Brasileiro de Linguística, Ciências e Cultura, Univer-
sidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de
o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, o Instituto de Física de
Escola - entre outras, a ideia de criação de um Instituto Bra-
sileiro de Bibliotecas e Documentação encontrou a melhor compreensão,
pois que vem de bastante tempo a uma importância necessária, con-
siderando a importância do desenvolvimento cultural do nosso
país.

13. A Fundação Getúlio Vargas que, desde 1947, vem
realizando trabalhos no campo da biblioteconomia e documentação, por
meio de um Departamento de Administração de Serviço Público e Departamento
de Imprensa Nacional, na organização de Serviço de Informação de
Bibliotecas, mantendo moderno laboratório para microfilmagem, com
equipamentos e técnicas de instalação em questão, e entre as
condições para a criação de um Instituto de Bibliotecas e Documentação
de Instituto Brasileiro de Bibliotecas e Documentação.

14. O Conselho Nacional de Pesquisas, tendo como um
das suas prioridades principais a organização de documentação e
Bibliotecas, para promover em conjunto a criação de Insti-
tuto e que se refere o Decreto em anexo, sendo, assim, cumprimentado
o disposto na Lei nº 1.310, de 15 de Janeiro de 1951, e Regulamento

2/10/55.

Regulamento aprovado pelo Decreto nº 29.453, de 4 de abril de 1951, página.

15. Portanto, para satisfazer aos realmos gerais, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, cuja criação é agora proposta, dada as condições especiais do trabalho intelectual em nosso País, deverá reunir as funções próprias dos centros de documentação especializados já existentes em outros países, e ainda aquelas peculiares aos centros bibliográficos gerais, a fim de que venha facilitar, não somente o trabalho nas instituições científicas, tecnológicas e industriais, mas também colaborar no desenvolvimento dos trabalhos biblioteconômicos e bibliográficos de interesse básico para o progresso da educação em todo o Brasil.

16. Assim, deverá o referido Centro incentivar o desenvolvimento dos trabalhos bibliográficos em execução pelas diferentes instituições especializadas, participando e colaborando, quando desejada a sua cooperação direta nos trabalhos em execução, e evitando sempre que possível qualquer duplicação de serviços; ficará inibido de inventariar as disponibilidades de nossos serviços bibliográficos e de envidar os melhores esforços no sentido de unir esses serviços através da mais perfeita cooperação, a fim de que cada entidade tenha permanentemente ao seu serviço o total das coleções bibliográficas existentes no País.

17. Outrossim, é preciso ressaltar que a organização do Instituto em causa será feita aos valores onus para o País, posto que será mantido com os recursos próprios do Conselho Nacional de Pesquisas e da Fundação Getúlio Vargas.

18. Diante do exposto, o Conselho Nacional de Pesquisas e a Fundação Getúlio Vargas têm a honra de submeter à alta consi

2/1/54

consideração da Vossa Excelência e sobre projeto de decreto.

Aproveitando a oportunidade para renovar a Vossa
Excelência, Senhor Presidente, os protestos do nosso mais profundo
respeito.

Contra-Almirante Alvaro Alberto
Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas

Luiz Sinhor Lopes
Presidente da Fundação Getúlio Vargas

Proc. 397/54
IS/OP.

S. R. 201
J. 633/54.

Decreto n.º 35.124 de 27 de janeiro de 1954

Cria o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, nos termos da Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, e tendo em vista a proposta conjunta do Conselho Nacional de Pesquisas e da Fundação Getúlio Vargas, e o disposto na Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado, no Conselho Nacional de Pesquisas, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (I.B.B.D.), com as seguintes finalidades:

- a) - promover a criação e o desenvolvimento dos serviços especializados de bibliografia e documentação;
- b) - estimular o intercâmbio entre bibliotecas e centros de documentação, no âmbito nacional e internacional;

internacional;

- c) - incentivar e coordenar o melhor aproveitamento dos recursos bibliográficos e documentários do País, tendo em vista, em particular, sua utilização na informação científica e tecnológica destinada aos pesquisadores.

Parágrafo Único - O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (I.B.B.D.) executará o seu programa de atividades de acordo com os objetivos e interesses do Conselho Nacional de Pesquisas, do Departamento Administrativo do Serviço Público e da Fundação Getúlio Vargas, tendo em vista, principalmente:

- a) - publicação de boletins bibliográficos;
- b) - prestação de serviços de referência especializados;
- c) - manutenção de um serviço de catalogação cooperativa;
- d) - organização de um catálogo coletivo dos recursos bibliográficos do País;
- e) - preparação de bibliografias especiais, solicitadas pelo Conselho Na-

Nacional de Pesquisas, pela Fundação Getúlio Vargas, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público e entidades colaboradoras do Instituto;

- f) - publicação de guias gerais das fontes de pesquisas bibliográficas;
- g) - cooperação, no campo da pesquisa, do intercâmbio bibliográfico e da documentação com as entidades especializadas do País e do Exterior;
- h) - manutenção de um serviço de foto-reprodução;
- i) - desenvolvimento de cursos de formação e aperfeiçoamento em biblioteconomia e documentação.

Art. 2º - A fim de atender à plena realização dos objetivos fundamentais do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (I.B.B.D.), poderá o Conselho Nacional de Pesquisas firmar convênios, acordos ou contratos com entidades públicas e particulares.

Art. 3º - A organização e funcionamento do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (I.B.B.D.), serão disciplinados em regimento, a ser elaborado pelo Conselho Diretor e submetido à aprovação do Presidente da Re

República, no prazo de sessenta dias.

Art. 4º - O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (I.B.B.D.) será administrado por um Conselho Diretor, no qual se farão representar o Conselho Nacional de Pesquisas, a Fundação Getúlio Vargas, o Departamento Administrativo do Serviço Público e outras entidades colaboradoras que contribuam com recursos financeiros, técnicos ou materiais, para a manutenção de seus serviços.

§ 1º - Os membros do Conselho Diretor serão designados pelo Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, mediante indicação das entidades colaboradoras.

§ 2º - O Conselho Diretor terá um Presidente e um Vice-Presidente, que substituirá o primeiro em suas faltas e impedimentos, ambos designados pelo Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas.

Art. 5º - O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (I.B.B.D.) será mantido pelas dotações e contribuições que lhe destinarem o Conselho Nacional de Pesquisas, a Fundação Getúlio Vargas e demais entidades colaboradoras, na conformidade dos acordos previstos no art. 2º.

Art. 6º - Os bens e direitos vinculados ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (I.B.B.D.) somente poderão ser utilizados para a realização dos objetivos específicos da entidade.

entidade.

Art. 7º - A utilização dos recursos, auxílios, subvenções, contribuições e doações atribuídos ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (I.B.B.D.) será objeto, em cada ano, de uma prestação de contas especial às entidades colaboradoras.

Art. 8º - Anualmente, até o último dia útil do mês de janeiro, deverá o Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (I.B.B.D.) apresentar aos Presidentes do Conselho Nacional de Pesquisas e da Fundação Getúlio Vargas um relatório circunstanciado das atividades do Instituto no ano anterior.

Art. 9º - Ficam asseguradas ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (I.B.B.D.) as prerrogativas e vantagens conferidas ao Conselho Nacional de Pesquisas, nos termos da Lei 1.310, de 15 de janeiro de 1951, e de seu Regulamento aprovado pelo Decreto nº 29.433, de 4 de abril de 1951.

Art. 10 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de janeiro de 1954; 133º da Independência e 66º da República.

Getúlio Vargas
Antônio Vargas

DASP

314

Em 23 de fevereiro de 1954

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Sim
Tracy

Submeteu Vossa Excelência à consideração deste Departamento o anexo processo, em que os Presidentes do Conselho Nacional de Pesquisas e da Fundação Getúlio Vargas propõem a criação, através de decreto, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação.

2. Este Departamento reconhece o mérito e a oportunidade da iniciativa, julgando, todavia, prudente chamar a atenção para certos aspectos formais atinentes ao ato de criação da mencionada entidade.

3. A fim de que tal ato não contenha vício que o infirme, cumpre que a configuração jurídica e administrativa da entidade nêle instituída seja claramente definida, dentro da melhor doutrina. Assim, de início, cabe discutir sôbre se o futuro Instituto disporá ou não de personalidade jurídica, e de que natureza, bem como sôbre a legitimidade da outorga dêsse atributo por ato do Poder Executivo. Paralelamente, releva apreciar o grau de autonomia da nova entidade, precisando-se, com maior nitidez, a sua vinculação com os órgãos que promovem a sua criação ou, tal

/1954/2.

talvez, com outros, se fôr o caso.

4. Conquanto no projeto anexo não haja dispositivo que expressamente defina o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, depreende-se do texto encaminhado a Vossa Excelência, uma certa presunção de personalidade jurídica quando se procurou dotar o referido Instituto de real capacidade para o exercício de direitos e obrigações. Embora seja sempre desejável que apareçam no texto normativo todos os elementos característicos da entidade, a ausência, na letra, de um deles, não importa em sua inexistência.

5. Entre outros aspectos de relêvo, o texto em exame refere-se aos bens do Instituto, ao seu patrimônio. Ora, é sabido que a noção de patrimônio é juridicamente indissociável da noção de pessoa. A existência de patrimônio pressupõe a existência de pessoa, isto é do sujeito titular dos direitos compreendidos no patrimônio. Se o Instituto tem um patrimônio, é de concluir-se que se atribui personalidade. Esta é uma indagação de fundamental importância. Disposto de personalidade jurídica própria, o Instituto poderá ser demandado e comparecer em juízo, bem como firmar contratos, em seu próprio nome.

6. Ora, em função da hipótese de que o Instituto dispõe de personalidade jurídica, impõe-se caracterizar-lhe a natureza: se pública, se privada. Reconhece o Código Civil três espécies de pessoas jurídicas de direito público interno: a União, os Estados e os Municípios. Corrigindo o atraso do Código em relação aos fatos que o

/1954/3.

o superaram neste particular, admite-se a inclusão, no gênero, das autarquias. É, também, matéria incontroversa em nosso direito a necessidade de intervenção do Poder Legislativo quando se pretende outorgar personalidade jurídica de direito público. No caso de pretender-se dar forma autárquica ao novo Instituto, torna-se, portanto, imprescindível encaminhar o assunto ao Congresso Nacional, mediante Mensagem.

7. No caso em aprêço não se delineiam as características das personalidades jurídicas de direito privado. O Instituto não se amolda a nenhuma das categorias de entidades que dispõem desse atributo, não é sociedade comercial, nem fundação, nem associação civil. Nada obsta que o Estado promova a criação de sociedades comerciais (as emprêsas de economia mista), ou fundações (como, por exemplo, a Fundação Getúlio Vargas), ou associações civis (como a Associação dos Servidores Civis). Entretanto, tal como o incluso projeto de decreto o situa, o novo Instituto repele a classificação em qualquer das categorias assinaladas. E não há outras.

8. São os seguintes os três principais motivos que justificam as considerações acima formuladas. Se rejeitada a forma autárquica, ou qualquer outra que dependa de pronunciamento do Poder Legislativo, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação poderá orientar-se segundo três soluções:

a) - ser criado, em ato interno pela Funda-

/1954/4.

Fundação Getúlio Vargas, como um de seus órgãos, à semelhança do que já fêz e vem fazendo com outras atividades, ora a cargo do Instituto Brasileiro de Administração, do Instituto Brasileiro de Economia, do Instituto de Orientação e Seleção Profissional, do Instituto Brasileiro de Direito Público e Ciência Política;

- b) - ser criado em decreto, pelo Poder Executivo, subordinando-o ao Conselho Nacional de Pesquisas, do qual passa a ser uma unidade de trabalho dotada de certa autonomia, caracterizada por orçamento próprio, anexado ao orçamento do Conselho;
- c) - ser criado em decreto, pelo Poder Executivo, integrando-o no Conselho Nacional de Pesquisas, do qual passa a ser uma unidade de trabalho como as demais previstas no Regulamento baixado pelo Decreto nº 29.433, de 4 de abril de 1951.

9. Os bons frutos que vem produzindo a terceira solução justificam a preferência para ela. Nada impede que, criado, em caráter experimental, como unidade de trabalho do Conselho Nacional de Pesquisas, venha o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação a adquirir posteriormente outro "status", atingida a fase de pleno funcionamento, quando assim o entender e julgar oportuno o Conselho Nacional de Pesquisas, ouvida, naturalmen

/1954/5.

naturalmente, a Fundação Getúlio Vargas.

10. Admitida essa preliminar, êste Departamento entende que o novo órgão preencherá de melhor modo suas finalidades se mantiver contacto constante com tôdas as unidades de serviço que, na Administração Pública Federal, cuidam de documentação. Assim, será conveniente que o projetado Instituto venha a dispor de um órgão de liberativo, do tipo colegial, um Conselho Diretor, para o qual sejam convidados representantes dos serviços de Documentação ministeriais (inclusive os que não tenham explicitamente êsse nome), do Instituto Nacional do Livro, da Biblioteca Nacional e do Departamento Administrativo do Serviço Público.

11. Outras sugestões poderão ser formuladas após a decisão de Vossa Excelência criando o referido Instituto, nos termos conjuntamente propostos pelo Conselho Nacional de Pesquisas e pela Fundação Getúlio Vargas, isto é, ao ensejo da regulamentação da nova entidade cuja existência êste Departamento considera indispensável.

12. Isto pôsto, êste Departamento tem a honra de sugerir a Vossa Excelência a aprovação da proposta de criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, constante do projeto de decreto anexo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

Mário de Moraes
Diretor-Geral

18

Em 12 de abril de 1954

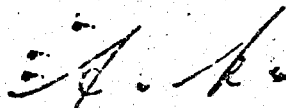
Projeto de Regimento do I.
B.B.D.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Tenho a honra de submeter à alta apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Regimento do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, criado neste Conselho, nos termos da Lei nº 1.310, de 15 de Janeiro de 1951, pelo Decreto nº 55.124, de 27 de fevereiro de 1954, e por proposta conjunta do Conselho Nacional de Pesquisas e da Fundação Getúlio Vargas.

2. Haza o art. 3º do referido Decreto que "a organização e funcionamento do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação serão disciplinados em Regimento, a ser elaborado pelo Conselho Diretor e submetido à aprovação do Presidente da República, no prazo de sessenta dias".

3. Designado o Conselho Diretor, na conformidade com o art. 4º e seus §§ 1º e 2º do mesmo Decreto, ficou ele constituído dos Representantes do Conselho Nacional de Pesquisas, Professor



Joaquim da Costa Ribeiro, Diretor Geral da Divisão Técnico-Científica, Professor Mário Vianna Dias, Assistente da mesma Divisão, o Professor Octacílio Pinto Cordeiro de Souza, Chefe do Serviço de Documentação deste Conselho; dos Representantes da Fundação Getúlio Vargas, Senhores Doutores Rafael da Silva Xavier, Jorge Oscar de Mello Fílores e Benedicto Silva e dos Representantes do Departamento Administrativo do Serviço Público, Doutor José Maria dos Santos de Araújo Cavalcanti e Professora Lydia de Queiroz Zambiquy.

4. O Conselho Diretor foi empossado neste Conselho a 5 do corrente, passando a examinar e discutir o projeto de Regulamento de que resultou o projeto ora submetido à consideração de Vossa Excelência, o qual foi unanimemente aprovado.

5. O ante-projeto foi, originariamente, elaborado pelos Senhores Professores Joaquim da Costa Ribeiro e Mário Vianna Dias,

Esse trabalho serviu de base ao ante-projeto formulado por uma Comissão por mim designada de acordo com o Presidente da Fundação Getúlio Vargas, tendo feito parte da citada Comissão as Senhoras Professoras Joaquim da Costa Ribeiro, Mário Vianna Dias e Octacílio Pinto Cordeiro de Souza, como Representantes deste Conselho e Doutor Rafael Xavier, Professora Lydia de Queiroz Zambiquy e Tacillo da Silva Leal, como Representantes da Fundação Getúlio Vargas.

6. Tive pessoalmente oportunidade de sugerir alguns acréscimos, tendo em vista o mais completo enquadramento na Lei nº 1.310, de 15 de Janeiro de 1951, que constitui a base legal do novo Instituto, cuja criação se incluirá entre os mais relevantes serviços

P. N. - CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

/1954-2.

que o Governo de Vossa Excelência terá prestado à cultura e ao progresso de nossa Pátria.

7. Feço vênias para esclarecer que o presente projeto de Regulamento foi estudado e aperfeiçoado pelo Senhor Diretor de Orçamento e Organização do DASP, Doutor Araujo Cavalcanti, que o aprovou, conforme consta dos itens 3 e 4, supra.

Valho-me do ensejo, Senhor Presidente, para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

Alvaro Alberto
Presidente

REGIMENTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃOCAPÍTULO I

Das Finalidades e Competências

Art. 19. O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (I.B.D.), criado, nos termos da Lei nº 1.210, de 13 de Janeiro de 1951, pelo Decreto nº 35.127, de 27 de Fevereiro de 1954, por proposta conjunta do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e da Fundação Getúlio Vargas (F.G.V.), tem por finalidade elaborar e divulgar informações bibliográficas; promover intercâmbio de documentação e de informações entre instituições nacionais e entre estas e instituições estrangeiras ou internacionais; estimular e desenvolver o aumento e o aperfeiçoamento das bibliotecas científicas e técnicas do país.

Parágrafo Único. Constituirá principal campo do I.B.D. prestar informação científica e tecnológica aos pesquisadores que a solicitarem.

Art. 20. Para atingir suas objetivos, o I.B.D. deverá exercer as seguintes atividades, no prejuízo de outras que vierem a ser postas em prática, nos termos desta Regimento:

I - Elaborar e publicar boletins bibliográficos referentes a livros, revistas e outras publicações científicas e técnicas, e colaborar com instituições nacionais e estrangeiras, no sentido de tornar mais rápido e eficiente o registro da produção cultu-

cultural, científica e tecnológica brasileira.

II - Manter serviços de difusão e de literatura, de documentação e de informações científicas, técnicas e culturais, preparar bibliografias especializadas para uso de instituições científicas e industriais, e cooperar com instituições nacionais e estrangeiras, em matéria de pesquisa bibliográfica.

III - Organizar e manter um catálogo coletivo das principais bibliotecas brasileiras; promover a criação de uma rede cooperativa dessas bibliotecas para maior rendimento dos respectivos serviços; e incentivar seu desenvolvimento e participação, por meio da existência técnica e concessão de auxílio financeiro.

IV - Manter um serviço de catalogação cooperativa com bibliotecas e outras instituições.

V - Manter serviços de tradução, de reprodução e de impressão de documentos de interesse para suas finalidades.

VI - Organizar documentação científica e tecnológica de natureza cinematográfica.

VII - Gerir o Fundo Especial para bibliografia e documentação.

Parágrafo Único. O I.B.P.D. entrará em contato com instituições públicas ou particulares e com especialistas de diversos ramos de conhecimento, com o fim de estabelecer, mediante acordos, um sistema de órgãos cooperativos, que servirá de base para a execução dos serviços de bibliografia e documentação.

Art. 39. O I.B.B.D. terá sede na Capital Federal e poderá instalar institutos bibliográficos em outros pontos do País, que lhe sejam subordinados técnicas e administrativamente.

CAPÍTULO II

Da Organização

Art. 40. O I.B.B.D. terá a seguinte organização:

- I - Conselho Diretor (C.D.)
- II - Direção Nacional (D.N.)
- III - Serviços de Informações Técnico-Científicas (S.I.T.C.)
- IV - Serviço de Bibliografia (S.B.)
- V - Catálogo Coletivo (C.C.)
- VI - Serviço de Interemblio e Catalogação (S.I.C.)
- VII - Bibliotecas (Bt)
- VIII - Serviço de Publicações (S.P.)
- IX - Laboratório de Reproduções Integradas (L.R.T.)
- X - Serviço de Administração (S.A.).

Parágrafo Único. Os serviços a que se refere este artigo, quando o volume de trabalho exigir, poderão ser subdivididos em seções, cujo número, denominação, organização e atribuições serão fixados pelo Conselho Diretor, por proposta do presidente do I.B.B.D.

CAPÍTULO III

Do Conselho Diretor

CAPÍTULO III

Do Conselho Diretor

Art. 59. O I.B.B.D. será administrado por um Conselho Diretor (C.D.), no qual se farão representar o CNPq., a F.G.V. e o D.A.S.P. e, sem direito de voto, as entidades colaboradoras, quando existirem.

§ 19. O Conselho Diretor terá um Presidente e um Vice-Presidente, que substituirá o primeiro em suas faltas e impedimentos, ambos designados pelo Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas e que serão, respectivamente o Presidente e o Vice-Presidente do I.B.B.D.

§ 29. A escolha do Presidente e dos demais membros do Conselho Diretor recairá em brasileiro de notória competência e reconhecido devotamento ao serviço e aos interesses do país.

§ 39. A duração dos mandatos do Presidente e Vice-Presidente será de três anos, podendo ser renovada.

§ 49. Os demais membros do C.D. deverão ter seus mandatos confirmados anualmente pelas instituições que representarem, ou pelas instituições que os indicarem.

§ 59. Até que existam instituições colaboradoras, nos termos do art. 49 do Decreto nº 35.124 de 27 de fevereiro de 1954, o Conselho Diretor será constituído por três representantes do CNPq., três da F.G.V. e dois do D.A.S.P.

§ 69. O C.D. reunir-se-á ordinariamente quatro

vezes por ano e, extraordinariamente, por concessão do seu Presidente.

§ 7º. As instituições colaboradoras só serão admitidas por proposta ao C.D., homologada pelo Conselho Nacional de Pesquisas.

§ 8º. As gratificações de presença às reuniões, as ajudas de custo e diárias para despesas de viagem dos membros do C.D. serão as mesmas que corresponderem aos membros do Conselho Diretivo do Conselho Nacional de Pesquisas.

§ 9º. O Presidente do I.B.B.D. poderá convidar cientistas e técnicos, a título de consultores, até o número de três, para participar, sem direito a voto, das sessões do Conselho Diretor, cabendo-lhes, entretanto, as vantagens previstas no parágrafo 8º deste Artigo.

§ 10º. O Conselho só poderá reunir-se com dois terços dos seus membros com direito a voto.

§ 11º. As decisões do Conselho serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao seu Presidente o voto de desempate.

§ 12º. Para os efeitos do art. 13 da Lei nº 1.310, de 15 de Janeiro de 1951, o Presidente do I.B.B.D. se entenderá com o Conselho Nacional de Pesquisas, por intermédio do Presidente deste órgão.

§ 13º. O Presidente do I.B.B.D. solicitará do Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas todas as providências ne-

necessárias ao serviço e que se enquadrarem nos recursos e atribuições do referido Conselho.

§ 14º. O Presidente terá um gabinete constituído por um secretário e Assistentes necessários ao serviço.

Art. 6. Caberá ao Conselho Diretor:

I - Examinar e aprovar:

- a) o orçamento anual do I.B.B.D.;
- b) os planos de trabalho a longo prazo;
- c) o relatório anual e a prestação de contas referente ao exercício anterior;
- d) o programa anual de trabalho;
- e) o quadro do pessoal;

II - Sugerir normas e providências tendentes ao aperfeiçoamento dos trabalhos do Instituto;

III - aprovar a minuta dos convênios ou acordos de cooperação do Instituto com organizações nacionais, estrangeiras e internacionais, ou dar parecer sobre os mesmos, quando sua aprovação dependa de autoridade superior, de acordo com o § 12 do art. 5º.

CAPÍTULO IV

Da Direção Executiva

CAPÍTULO IVDa Direção Executiva

Art. 79. O Presidente do Conselho Diretor terá a seu cargo a direção executiva dos trabalhos do I.B.B.D. cabendo-lhe:

I - Superintender, coordenar e controlar as atividades do Instituto.

II - Assegurar a execução dos planos, programas e projetos adotados.

III - Submeter à aprovação do Conselho Diretor:

- a) o plano de trabalhos a longo prazo, com indicação, para cada projeto, do custo global provável;
- b) modificações que se fizerem necessárias na estrutura administrativa do I.B.B.D., estabelecidas por este Regimento;
- c) o quadro do pessoal;
- d) o programa anual de trabalho;
- e) o orçamento anual e a abertura de créditos adicionais;
- f) o relatório anual das atividades do Instituto;
- g) os minutos de convênios e acordos de cooperação.

IV - Baixar portarias, instruções e ordens de serviço.

V - Admitir e dispensar o pessoal.

VI - Aprovar a escala de férias do pessoal.

necessárias ao serviço e que se enquadrarem nos recursos e atribuições do referido Conselho.

§ 14º. O Presidente terá um gabinete constituído por um secretário e Assistentes necessários ao serviço.

Art. 6. Caberá ao Conselho Director:

I - Examinar e aprovar:

- a) o orçamento anual do I.B.B.D.;
- b) os planos de trabalho a longo prazo;
- c) o relatório anual e a prestação de contas referente ao exercício anterior;
- d) o programa anual de trabalho;
- e) o quadro do pessoal;

II - Sugerir normas e providências tendentes ao aperfeiçoamento dos trabalhos do Instituto;

III - aprovar a minuta dos convênios ou acordos de cooperação do Instituto com organizações nacionais, estrangeiras e internacionais, ou dar parecer sobre os mesmos, quando sua aprovação dependa da autoridade superior, de acordo com o § 12 do art. 5º.

CAPÍTULO IV

Da Direcção Executiva

CAPÍTULO IVDa Direção Executiva

Art. 79. O Presidente do Conselho Diretor terá a seu cargo a direção executiva dos trabalhos do I.B.B.D. cabendo-lhe:

I - Superintender, coordenar e controlar as atividades do Instituto.

II - Assegurar a execução dos planos, programas e projetos adotados.

III - Submeter à aprovação do Conselho Diretor:

- a) o plano de trabalhos a longo prazo, com indicação, para cada projeto, do custo global provável;
- b) modificações que se fizerem necessárias na estrutura administrativa do I.B.B.D. estabelecidas por este Regimento;
- c) o quadro do pessoal;
- d) o programa anual de trabalho;
- e) o orçamento anual e a abertura de créditos adicionais;
- f) o relatório anual das atividades do Instituto;
- g) os minutos de convênios e acordos de cooperação.

IV - Baixar portarias, instruções e ordens de serviço.

V - Admitir e dispensar o pessoal.

VI - Aprovar a escala de férias do pessoal.

VII - Veler pela disciplina do pessoal, applicação das regras regulamentares.

VIII - Conceder licenças.

IX - Designar e dispensar os ocupantes das funções de chefia.

X - Autorizar e fiscalizar a movimentação dos recursos orçamentários.

XI - Presidir o Conselho Diretor.

XII - Convocar, extraordinariamente, o Conselho Diretor.

XIII - Assinar contratos, convênios ou acordos.

Parágrafo Único. O Vice-Presidente auxiliará o Presidente nos trabalhos técnicos e executivos do I.B.B.D., substituindo-o em suas faltas e impedimentos e desincumbindo-se das tarefas que lhe forem atribuídas pelo Conselho Diretor ou pelo Presidente.

Art. 89. Ao Presidente e Vice-Presidente caberá, anualmente, além das gratificações correspondentes às sessões do Conselho Diretor, uma verba de representação fixada anualmente, de comum acordo, pelos Presidentes do CNPq e F.C.V.

Art. 90. As condições gerais de trabalho, forma de remuneração, atribuições, deveres e direitos do pessoal técnico ou administrativo do I.B.B.D., obedecendo as normas fixadas pela Lei nº 1.310, de 15 de Janeiro de 1951, para o CNPq, serão detalha-

determinadas pelo Presidente do I.B.B.D. ad referendum do Conselho Diretor.

CAPÍTULO V

Das atribuições dos Diferentes Serviços

Art. 109. O Serviço de Informações Técnico-Científicas terá por atribuições fundamentais: prover aos pesquisadores documentação científica ou tecnológica, enviando-lhes cópias dos textos de que necessitarem; promover o intercâmbio de informações entre as instituições de pesquisa nacionais e estrangeiras; fornecer dados bibliográficos a pedido; divulgar no País e no estrangeiro, os trabalhos técnico-científicos brasileiros; promover a divulgação dos serviços do I.B.B.D.; realizar, a pedido, traduções de trabalhos científicos e tecnológicos; e prestar assistência técnica a bibliotecas especializadas ou a centros de documentação, promovendo, quando necessário, cursos especiais de treinamento para bibliotecários e documentalistas.

Art. 119. O Serviço de Bibliografia terá por atribuições fundamentais compilar a bibliografia corrente técnico-científica brasileira; compor bibliografias de interesse para o CNPq., a F.U.V., o D.A.S.P. e instituições que lhes são subordinadas, incluídas no Programa Anual de Trabalho do I.B.B.D.; compilar a pedido de pessoas ou instituições, bibliografias diversas.

Art. 129. O Catálogo Coletivo terá por atribuições a composição de um repertório bibliográfico que inclua os acervos das principais bibliotecas brasileiras e a localização de periódicos.

periódicos ou livros procurados por estudiosos e por instituições.

Art. 139. O Serviço de Intercâmbio e Catalogação terá por finalidade facilitar e orientar a reorganização dos catálogos existentes nas bibliotecas brasileiras por meio de um sistema cooperativo de catalogação, em que se imprimam as fichas fornecidas pelas bibliotecas cooperantes e se facilite o intercâmbio de informações bibliográficas entre elas.

Art. 149. A Biblioteca terá por finalidade reunir um acervo de livros, periódicos e, sobretudo, de revistas científicas e técnicas especializadas que não possam ser encontrados em outras bibliotecas do País; colecionar os documentos técnico-científicos inéditos; e servir como centro para empréstimo-entre-bibliotecas, no âmbito nacional e internacional.

Art. 159. O Serviço de Publicações e Divulgação terá como atribuições fundamentais promover a impressão de fichas do Serviço de Intercâmbio de Catalogação, dos boletins e bibliografias do Serviço de Bibliografia e demais publicações do I.B.B.D.

Art. 169. O Laboratório de Reproduções Fotográficas terá por atribuição reproduzir, pelos diversos processos foto-mecânicos que forem mais convenientes, os documentos necessários à pesquisa e ao estudo, cabendo-lhe, ainda, estudar e aperfeiçoar os diversos processos.

Art. 179. Ao Serviço de Administração compete prestar os serviços de administração geral que se fizerem necessários à consecução das finalidades do I.B.B.D.

Art. 189. Os serviços sancionados nos artigos de

número 10 a 17 terço diretor e suas seções, chefes.

CAPÍTULO VI

Dó Regime Financeiro

Art. 197. Os recursos para manutenção e desenvolvimento das atividades do I.B.B.D. serão provenientes de:

I - Subvenções semestrais antecipadas do CNPq., F.O.V. e, eventualmente, das entidades colaboradoras.

II - Auxílios ou subvenções provenientes de dotações orçamentárias, que lhe forem atribuídas pela União, pelos Estados, ou pelos Municípios;

III - Doações, legados ou outros auxílios, com ou sem fim especial, que receber de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

IV - Rendos de serviços prestados, ou de outras atividades remuneradas;

V - Rendas eventuais de outra natureza.

§ 19. Os recursos à disposição do I.B.B.D. só poderão ser utilizados para realização de suas finalidades próprias, o que não impede sua inervação para obtenção de rendas destinadas ao mesmo fim.

§ 20. Os recursos não utilizados durante o exercício financeiro, serão incorporados a um Fundo Especial para Bibliografia e Documentação e administrado pelo I.B.B.D., como multa o

Capítulo 67 da Lei nº 1.310, de 15 de Janeiro de 1951, e do Decreto com o art. 99 do Decreto nº 35.124, de 27 de fevereiro de 1951.

§ 37. A utilização dos recursos financeiros atribuídos ao I.B.B.D. será, anualmente, objeto de prestação de contas até o dia 10 de fevereiro do ano subsequente.

§ 47. Até o dia 31 de Janeiro de cada ano, o Presidente deverá encaminhar ao CNPq. e à F.C.V., o Relatório das atividades do I.B.B.D. referente ao ano anterior, junto aos balancetes do movimento econômico e financeiro da instituição.

Art. 209. A movimentação de recursos do I.B.B.D. será feita por meio de cheques e ordens de pagamento assinados conjuntamente pelo Presidente e pelo Diretor do Serviço de Administração.

Art. 219. Todas as pessoas e instituições que, a qualquer título, movimentarem recursos do I.B.B.D. ficam obrigadas à prestação de contas.

Parágrafo Único. Ao I.B.B.D. aplicar-se, no que couber, as disposições sobre o regime financeiro vigente para o CNPq.

CAPÍTULO VII

Do pessoal

Art. 227. Ao I.B.B.D. aplicar-se, no que couber, as disposições sobre pessoal, vigentes para o CNPq., inclusive no que diz respeito ao regime de trabalho.

CAPÍTULO VIIIDisposições Gerais

Art. 238. Sempre que solicitadas, o I.N.P. e o I.O.V. prestarão assistência administrativa ao I.B.B.D., na realização dos trabalhos de sua competência.

Art. 248. Para a promoção de seus fins, mediante autorização do Conselho Nacional de Pesquisas e por delegação deste, poderá o I.B.B.D. estabelecer acordos ou convênios de cooperação com entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais.

Art. 258. O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação no exercício de suas atividades, adotará, a pedido do Conselho Nacional de Pesquisas, as medidas que se fizerem necessárias à observância das disposições dos artigos 25 e 26 e seus parágrafos, da Lei nº 1.510, de 15 de Janeiro de 1951.

Art. 268. As normas complementares para organização e funcionamento do I.B.B.D. constarão de Instruções de Serviço a serem aprovadas pelo Conselho Diretor.

Art. 278. Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do I.B.B.D., ad referendum do Conselho Diretor.